



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
CURSO DE MESTRADO

HELOÍSA FERNANDA DA SILVA SANTOS

**O Direito Humano ao Protagonismo Juvenil Vivenciado no
Projeto Batuque.**

Recife
2017

HELOÍSA FERNANDA DA SILVA SANTOS

**O Direito Humano ao Protagonismo Juvenil Vivenciado no
Projeto Batuque.**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Direitos Humanos da
Universidade Federal de Pernambuco,
como requisito parcial para obtenção do
grau de mestre em Direitos Humanos.

Orientadora: Prof^a Dr^a Jaciara Josefa
Gomes

Recife
2017

Catálogo na fonte
Bibliotecária Nathália Sena, CRB4-1719

S237d Santos, Heloísa Fernanda da Silva
O direito humano ao protagonismo juvenil vivenciado no Projeto
Batuque / Heloísa Fernanda da Silva Santos. – Recife, 2017.
139 f.: il.

Orientadora: Jaciara Josefa Gomes
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco,
Centro de Artes e Comunicação. Direitos Humanos, 2017.

Inclui referências.

1. Direitos Humanos. 2. Criança e adoslescente. 3. Protagonismo
juvenil. 4. Organização não governamental. I. Gomes, Jaciara Josefa
(Orientadora). II. Título.

341.48 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2017- 210)

HELOÍSA FERNANDA DA SILVA SANTOS

O Direito Humano ao Protagonismo Juvenil Vivenciado no Projeto Batuque.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Direitos Humanos.

Orientadora: Prof^a Dr^a Jaciara Josefa Gomes

Data da defesa: 28/08/2017

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Jaciara Josefa Gomes
Presidente e Orientadora

Prof. Dr. Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda
Examinador Interno

Prof. Dr. Humberto da Silva Miranda
Examinador Externo

Dedico este trabalho ao meu querido amigo Prof. Msc. Jalmir Junior (*in memoriam*) por todo incentivo nesta caminhada acadêmica. Uma pena você ter alçado esse vôo eterno tão cedo. À você também esta linda canção:

*“Amigo é coisa para se guardar
Debaixo de sete chaves
Dentro do coração
Assim falava a canção que na América ouvi
Mas quem cantava chorou
Ao ver o seu amigo partir*

*Mas quem ficou, no pensamento voou
Com seu canto que o outro lembrou
E quem voou, no pensamento ficou
Com a lembrança que o outro cantou*

*Amigo é coisa para se guardar
No lado esquerdo do peito
Mesmo que o tempo e a distância digam “não”
Mesmo esquecendo a canção
O que importa é ouvir
A voz que vem do coração*

*Pois seja o que vier, venha o que vier
Qualquer dia, amigo, eu volto
A te encontrar
Qualquer dia, amigo, a gente vai se encontrar”*

(Canção da América – Milton Nascimento)

AGRADECIMENTOS

Ao longo dessa caminhada acadêmica, pude contar com o auxílio de algumas pessoas muito queridas e aqui gostaria de registrar minha gratidão.

À Deus, pela minha vida e por cada oportunidade de vivenciar experiências enriquecedoras, como esse mestrado, e que me levam a buscar sempre ser um ser humano melhor a cada dia.

Aos meus seis pais – Renato e Lourdes(*in memoriam*), José Panta(*in memoriam*) e Maria Constância(*in memoriam*), Wilton e Mirtes pelas lições de amor e respeito ao próximo que sempre me ensinaram; verdadeiras sementes do bem que prometo cuidar e cultivar para florescer em todas as estações. Ser filha de “tiquinho/pouquinho” de cada um de vocês só prova o quanto Deus não abandona seus filhos! Amo cada um de vocês com todo o meu coração!

Ao meu querido esposo Antônio Manuel da Silva Junior por segurar na minha mão ao longo desse percurso, sendo companheiro de estudos, de diálogos produtivos, tendo a paciência necessária, vez que também era mestrando. A você todo meu amor, respeito e admiração hoje e pelos próximos 35 anos (risos).

A todos os amigos queridos e de forma especial, ao amados Ricardo Vigoderis, Adriana Maciel e Elder Marcílio e famílias, pelos momentos de renovação das forças e energias, regados a um bom café com bolo, boas conversas e muitas risadas. Vocês me inspiram a prosseguir!

À minha amada tia Graça Borges pelo acolhimento tão carinhoso sempre que eu precisei me deslocar de Garanhuns a Recife, me recebendo com tanto afeto e incentivo; bem como ao seu filho Tiago Borges e a secretária Maria, pelas conversas e companhias ao longo dessa jornada.

À querida prima Ana Cecília por ter me recebido com tanto carinho em seu lar.

À minha querida orientadora Prof^aDr^aJaciara Josefa Gomes, por acreditar em mim e aceitar este desafio, de mãos dadas, me conduzindo sempre de modo positivo, com palavras de confiança e incentivo, quando as dúvidas se achegavam. Te levarei para sempre em meu coração, com carinho e gratidão pela sua companhia ao longo desses meses.

Ao Prof. Dr.Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda, por aceitar o convite para compor essa banca, contribuindo com minha formação acadêmica desde o início do mestrado; e pela companhia e palavras de incentivo durante os dois anos de mestrado; tudo isso foi fundamental para que eu chegasse até aqui.

Ao Prof. Dr. Humberto da Silva Miranda que também aceitou de forma tão gentil, demonstrando tamanha disponibilidade para compor a banca de defesa dessa dissertação; minha admiração e respeito a ti, enquanto pesquisador e garantidor dos direitos das crianças e adolescentes, mostrando uma sensibilidade às vezes perdida em muitos seres humanos, mas indispensável para a construção de uma sociedade onde se acredita que a juventude de hoje fará a diferença no amanhã.

À coordenação do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e a todo o corpo docente, pelos ensinamentos e pelos riquíssimos debates em sala de aula, nos corredores, durante o cafezinho; sempre comprometidos com a ética e a justiça social.

Aos companheiros de mestrado: Ana Cristina, Bruno Arrais, Bruno Correia, Denise Moura, Eduardo Scanoni, Elis Costa, Fabiana Moura, Fernanda Matos, Gonzalo Salcedo, Jefferson França, João Paulo, Julieta Jacob, Mariana Arcoverde e Rafael Morato. Gratidão pela forma que me receberam e pelas experiências

compartilhadas. Em especial, a Fabiana Moura, nossa querida Fabi, e ao seu filho Davi, que abriram as portas de sua casa e me acolheram durante um tempo com tanto amor e carinho. Vocês compõem uma linda parte da minha história de vida. Deus os proteja sempre e que não percamos a esperança, a força e a coragem para continuarmos lutando pela valorização dos direitos humanos!

Aos queridos Karla e Ênio, técnicos da secretaria do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, por terem sido tão prestativos, disponíveis, nos auxiliando a resolver nossas demandas acadêmicas e sempre com tanto carinho.

E, por fim, a todos os integrantes do Projeto Batuque – coordenação, instrutores, as crianças e adolescentes, os jovens entrevistados – pelo carinho com que me receberam em seu espaço, colaborando para que eu realizasse esse trabalho da melhor forma possível.

Ao CNPQ por ter me concedido a bolsa de estudos.

A todos vocês, o meu MUITO OBRIGADO!

RESUMO

Ao longo da história, a relação entre o jovem e a sociedade no qual ele está inserido sofreu modificações bastante significativas. Os jovens deixaram de ser vistos apenas como adolescentes rebeldes e tornaram-se sujeitos de direitos com a garantia constitucional de participação social, devendo ser-lhes possibilitado, tanto pelo Estado como pela sociedade civil, o direito de expressar-se livremente por meio de pensamento e opinião, atuando juntamente com os adultos na busca por soluções para os conflitos e problemas sociais com os quais eles convivem. Essa participação social também é denominada protagonismo juvenil e tem como proposta possibilitar o desenvolvimento pessoal e o social dos jovens, principalmente daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Por meio do protagonismo juvenil que também é um direito humano garantido pela legislação nacional e internacional, criam-se espaços e condições capazes de possibilitar aos adolescentes o envolvimento em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso. A presente pesquisa teve por objetivo verificar qual a compreensão de um grupo de jovens que integram um grupo de percussão – Projeto Batuque, desenvolvido pela Organização Não Governamental Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento Social de Garanhuns (NADESG) – acerca do que vem a ser o direito humano ao protagonismo juvenil e se o mesmo é vivenciado e garantido pela instituição da sociedade civil acima mencionada, visto ser este um dos objetivos da ONG na busca pela garantia dos direitos de crianças e adolescentes. A compreensão do protagonismo juvenil se dá a partir dos estudos do pesquisador e pedagogo mineiro Antônio Carlos Gomes da Costa (2006), pioneiro nos estudos sobre esta temática no Brasil, bem como com base nos estudos de Roger Hart (1992), psicólogo e pesquisador sobre os direitos da criança e do adolescente na Universidade de Nova York. A metodologia utilizada foi a Análise de Conteúdo nos termos propostos por Bardin (1977), com a realização de entrevistas do tipo semiestruturadas e o uso da técnica de observação-participante. A finalização desta pesquisa nos possibilitou verificar que o direito humano ao protagonismo juvenil é pouco conhecido didaticamente pelos jovens da referida ONG, contudo é vivenciado por eles quanto ao aspecto de desenvolvimento pessoal, fortalecendo uma autoestima elevada, bem como o sentimento de capacidade e autonomia, indispensáveis a uma existência digna. Todavia, quanto ao desenvolvimento social, este aspecto restou comprometido, não sendo satisfatória a sua vivência no projeto social Batuque, sendo interessante a propositura de cursos de formação sobre o que vem a ser o direito humano ao protagonismo juvenil para os próprios instrutores e coordenadores.

Palavras-chaves: Direitos Humanos. Criança e Adolescente. Protagonismo Juvenil. Organização Não Governamental.

ABSTRACT

Throughout history, the relationship between the young person and the society in which he is inserted has undergone quite significant modifications. Young people have ceased to be seen only as rebellious adolescents and have become subjects of rights with the constitutional guarantee of social participation, and both the State and civil society must be able to express themselves freely through thought and opinion, acting together with the adults in the search for solutions to the conflicts and social problems with which they coexist. This social participation is also called juvenile protagonism and its purpose is to enable the personal and social development of young people, especially those who are in a situation of social vulnerability. Through the youthful role that is also a human right guaranteed by national and international legislation, spaces and conditions are created capable of enabling adolescents to be involved in activities aimed at solving real problems, acting as a source of initiative, freedom and commitment. The present research had the objective of verifying the understanding of a group of young people that are part of a percussion group - Batuque Project, developed by the Non - Governmental Organization of Support to Social Development of Garanhuns (NADESG) - about what is the right Human being to the youth protagonism and if the same is experienced and guaranteed by the institution of civil society mentioned above, since this is one of the objectives of the NGO in the search for the guarantee of the rights of children and adolescents. The understanding of the youth protagonism comes from the studies of the researcher and pedagogue Antônio Carlos Gomes da Costa (2006), pioneer in the studies on this subject in Brazil, as well as based on the studies of Roger Hart (1992), psychologist and researcher On the rights of children and adolescents at New York University. The methodology used was the Content Analysis in the terms proposed by Bardin (1977), with semi-structured interviews and the use of the participant observation technique. The conclusion of this research enabled us to verify that the human right to youth protagonism is little known didacticamente by the youth of this NGO, however it is experienced by them as to the aspect of personal development, strengthening a high self esteem, as well as the feeling of capacity and autonomy, Indispensable to a dignified existence. However, as far as social development is concerned, this aspect remains compromised and its experience in the Batuque social project is not satisfactory, and it is interesting to propose training courses on what constitutes the human right to youth protagonism for the instructors and coordinators themselves.

Keywords: Human rights. Child and Adolescent. Juvenile Protagonism. Non Governmental Organization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 – Aula Teórica no Batuque	137
Foto 2 – Ensaio no Parque dos Eucaliptos	137
Foto 3 – Ensaio na Praça da Fonte Luminosa	137
Foto 4 - Confeccção de Ahbe	138
Foto 5 – Ahbe Confeccionados	138
Foto 6 - Confeccção de Alfaia I	138
Foto 7 – Confeccção de Alfaia II	138
Foto 8 – Alfaias Confeccionadas	138
Foto 9 – Apresentação do Projeto Batuque no Festival de Jazz/Garanhuns 2014	137
Foto 10 - Apresentação do Projeto Batuque no Festival de Jazz/Garanhuns 2015	139
Foto 11 – Apresentação do Projeto Batuque no Festival de Inverno/Garanhuns 2015	139
Foto 12 – Apresentação do Projeto Batuque com o guitarrista Kiko Loureiro – 215	139
Foto 13 – Momento de conversa com as crianças	140
Foto 14 – Momento de Aula Prática/Ensaio com as crianças do projeto	140

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –Quantitativo de Cursos de pós-graduação (mestrado) em Direitos Humanos cadastrados na Plataforma Sucupira

17

LISTA DE SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ACE	Ação Católica Especializada
AI	Ato Institucional
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CF	Constituição Federal
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GIFE	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICE	Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
NADESG	Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento Social de Garanhuns
OCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
ONG	Organização Não Governamental
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
OS	Organização Social
SDH/PR	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SINAJUVE	Sistema Nacional de Juventude
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENQUANTO SUJEITOS DE DIREITOS	23
1.1 A Condição e a Participação Social dos Adolescentes na História	23
1.2 O Adolescente no Ordenamento Jurídico Brasileiro: Doutrina da Situação Irregular X Doutrina da Proteção Integral	34
1.3 De Qual Juventude Falamos?	38
1.3.1 <i>A Juventude Pobre ou Marginalizada</i>	40
1.3.2 <i>Os Efeitos da Vulnerabilidade ou Exclusão Social na Vida dos Jovens</i>	42
1.4 Os Adolescentes do Projeto Batuque	45
2 O PROTAGONISMO JUVENIL E AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGs)	49
2.1 Compreendendo o Protagonismo Juvenil	49
2.2 O Ser Jovem: a adolescência e seus desafios	50
2.3 O Protagonismo Juvenil Enquanto Educação	53
2.4 Etapas do Protagonismo Juvenil	55
2.5 Formas de Não Protagonismo	57
2.6 O Protagonismo Juvenil Enquanto Direito Humano Positivado	60
2.7 AS ONG's Enquanto Espaço De Protagonismo Juvenil	67
3 PROTAGONISMO JUVENIL E DIREITOS HUMANOS NO PROJETO BATUQUE	76
3.1 Aspectos Metodológicos	76
3.2 Análise do Estatuto Social da NADESG e do Projeto Batuque	80
3.3 Análise das Entrevistas com os Adolescentes do Projeto Batuque	82
3.4 Formas de Não Protagonismo no Projeto Batuque	97
3.4.1 <i>Episódio da foto: 'Você tá excluída já que não quer obedecer'</i>	97
3.4.2 <i>"Batucando Sem a Camisa Preta"</i>	100
Considerações Finais	102
Referências	108
Anexos	114

1 Introdução

Desde muito cedo os pais, os responsáveis, os professores, a sociedade como um todo apresentam um discurso aos jovens no sentido de que eles devem se preparar para a vida adulta, quando terão que enfrentar diversas situações no dia a dia, quer sejam no trabalho, na família, em outros grupos sociais; todos os deixam cientes de que eles serão cobrados por excelentes resultados e que precisam ter capacidade de autonomia, decisão, liderança, poder de argumentação e que precisam começar ainda na juventude¹, justificando muitas vezes que na idade deles os pais já trabalhavam e já sabiam direcionar suas vidas; o discurso é lançado, aceito, naturalizado e reproduzido de tal forma que parece que a simples transição da adolescência para a fase adulta terá o condão de capacitar e desenvolver nos jovens tais qualidades e competências.

Contudo, em regra, os jovens não são preparados ou estimulados para desenvolverem tais habilidades e a própria condição da fase de adolescência, tida como um período de grandes transformações pessoais, acaba por justificar muitas condutas denominadas de irresponsáveis ou de rebeldia.

A preocupação em meio a uma sociedade cada vez mais utilitarista, na qual busca-se a excelência e a capacitação constantes do ser humano, além da habilidade de saberem conviver em um mundo multicultural faz com que seja necessário a busca de um percurso que possibilite ao adolescente essa preparação para a vida adulta, tornando-o protagonista da própria história.

O protagonismo juvenil traz a ideia de que a prática ensina muito mais do que o discurso, ou seja, a mensagem verbal em si mesma, sendo indispensável que os adolescentes sejam compelidos a participar de situações-problemas a fim de que possam desenvolver as potencialidades necessárias ao mundo adulto. Estas situações-problemas estariam relacionadas ao próprio contexto de vivência do adolescente, questões que permeiam o universo deles, tais como família, drogas, sexualidade, DST/AIDS, redes sociais, consumismo, educação, primeiro emprego, etc; e a partir deste envolvimento e resolução de tais conflitos, eles estariam desenvolvendo condições e capacidades de solucionarem situações adversas no

¹ Neste estudo os vocábulos juventude e adolescência serão considerados sinônimos.

âmbito local como na escola, grupo religioso, comunidade; passando a pensar em nível mais global, questões políticas e sociais, por exemplo.

Nos termos do protagonismo juvenil, a participação dos adolescentes nas situações problemas, além de possibilitar uma autodeterminação deles, é capaz de romper com práticas educativas tradicionais que impedem uma maior atuação dos adolescentes, levando-os a uma alienação que facilita a manipulação do pensamento deles (COSTA *apud* HART; 2006); é a famosa educação “bancária” por meio da qual o educador é detentor de todo o conhecimento e os educandos em nada contribuem, restando-lhes apenas a passividade em acolher as informações apresentadas pelo educador, sem discuti-las ou delas discordar, mantendo-os ajustados ao mundo e a um tipo rígido de educação que oferece por única margem de atuação dos adolescentes a de receberem o conhecimento, guardá-los e arquivá-los, negando a educação como sendo a própria busca, o próprio percurso para se alcançar o conhecimento e desenvolver as potencialidades de cada indivíduo (FREIRE, 1987).

As Organizações Não Governamentais (ONGs) são reconhecidas por se constituírem como entidades sem fins lucrativos que possuem objetivos de desenvolvimento social e promoção dos direitos de determinados grupos de pessoas, dentre elas as crianças e os adolescentes. A forma de trabalho dessas organizações é, principalmente, por meio de parceria com o poder público e por meio do sistema de prestação de serviços voluntários.

A presente pesquisa objetiva, de forma geral, compreender o significado e a vivência do protagonismo juvenil, voltado para uma cultura de direitos humanos, à luz das experiências vividas por jovens que integram um projeto social desenvolvido em uma ONG sediada no município de Garanhuns/PE, localizado na região do agreste do Estado, há 230 Km da capital Recife; e, de forma específica, compreender a concepção dos adolescentes integrantes do projeto batuque sobre protagonismo juvenil e direitos humanos; bem como verificar se o direito humano ao protagonismo juvenil é vivenciado no Projeto Batuque; e, por fim, identificar se os adolescentes possuem uma atuação protagonista em outros contextos sociais com os quais eles interagem, como escola, comunidade, igrejas, entre outros.

A minha aproximação com o tema e a escolha pelo projeto social Batuque desenvolvido pela ONG NADESG no município de Garanhuns confunde-se um pouco com a minha história, remetendo a uma identificação própria e que tem forte

influência “hereditária” materna, sendo necessário que eu faça uma breve narrativa, facilitando uma maior compreensão ao caro leitor.

No ano de 2009 me formei em bacharela em Direito e comecei a me preparar para o Exame de Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Contudo, meu foco não era a advocacia. Na contramão dos meus colegas de sala, sempre alimentei o desejo de me tornar docente universitária e tinha particular interesse pelas disciplinas que trabalhavam tema de família, criança e adolescente. A minha mãe, Mirtes Vieira, já era desde 2006, coordenadora do abrigo municipal de Garanhuns e, incentivada por ela, comecei a prestar serviço voluntário naquela entidade, com recreação das crianças e adolescentes, aos domingos. Durante as atividades recreativas, contação de história, brincadeiras, comecei a me interessar pela forma que os adolescentes questionavam as ordens da casa; quantos “porquês” direcionados aos coordenadores e agentes socioeducativos; de simples “por que eu tenho que ir dormir agora se não estou com sono, tia?”, ou ainda, “por que não posso ir pra escola sozinho?”, seguido de afirmações do tipo “eu já sou grande, adolescente. Sei andar só!” e “quando eu fizer 18 anos vou sair daqui e cuidar da minha vida! Ninguém vai mandar em mim”.

Mais interessante era observar a reação de alguns adultos que consideravam o comportamento dos adolescentes como inadequado, rebelde sem causa. Afirmações do tipo “Porque sim!”, “Porque não!”, “Você não tem que contestar, tem que obedecer!” ou ainda a que mais soava estranho aos meus ouvidos: “Vocês aqui no abrigo tem tudo. Deveriam era agradecer e não tá reclamando de nada!”, reforçando uma ideia de necessidade de gratidão pelo, digamos, assistencialismo prestado.

Para mim, que havia morado com meus avós durante a infância e parte da adolescência, criada em uma cultura em que não poderia nunca desobedecer ou contestar os adultos porque significava falta de respeito, ver aqueles adolescentes agindo daquela forma era um choque cultural.

Então, comecei a pesquisar, buscar material bibliográfico que me desse suporte no sentido de trabalhar a “rebeldia” deles. Qual não foi minha surpresa ao descobrir as formas de se expressar dos jovens, a forma de identificação e autodeterminação deles. As leituras dos textos de Antônio Carlos Gomes da Costa, Roger Hart, entre outros, me levaram a um universo até então desconhecido e pude

perceber a riqueza e a importância do protagonismo juvenil, bem como a falta dessa “rebeldia” na minha própria adolescência.

Neste mesmo período, minha mãe já coordenava a ONG NADESG e o Projeto Batuque existia desde o ano de 2004. Todavia, por me dedicar à faculdade e ao trabalho voluntário no abrigo eu não dispunha de tempo para acompanhar as atividades do Batuque. Mas, a partir de 2010 comecei a frequentar os ensaios, as apresentações públicas, dialogava bastante com a minha mãe sobre o projeto, ela me pedia orientações jurídicas, etc. E esse acompanhamento mais próximo do Batuque, já com um pouco do conhecimento científico que as leituras haviam me proporcionado, não me deixou indiferente à forma de enxergar as relações pessoais entre os jovens e os adultos que integravam aquele grupo social.

Era prazeroso ver aqueles adolescentes entusiasmados com o toque e o som dos tambores, das alfaias, dos ritmos pernambucanos, da alegria que eles sentiam ao se apresentarem em um palco, ao realizarem um cortejo pelas ruas da cidade e quando eram aplaudidos. Também era bonito ver a forma com que os mais antigos no projeto acolhiam os novatos; os instrutores escolhiam alguns deles para ensinarem os toques iniciais ou eles mesmos se ofereciam, queriam colaborar. Outro fato interessante que chamava minha atenção era a diversidade dos alunos do Projeto Batuque: havia gente de várias raças, credos, orientação sexual, classe social, pois, embora tenha sido um projeto social voltado para crianças e adolescentes em vulnerabilidade socioeconômica, ali haviam alunos que não integravam essa classe social, que tinham melhores condições econômicas; e todas essas diferenças ali se tornavam irrelevantes no convívio daqueles jovens.

Ao mesmo tempo comecei a ver se repetindo, em alguns momentos, o comportamento questionador dos adolescentes do abrigo. Alguns alunos reclamavam de ordens do instrutor do tipo “você hoje vai tocar alfaia, porque eu tô mandando tocar alfaia!” ou então “Aqui tem que obedecer. Quem não tiver gostando que saia do grupo!”, ao passo que, pelos cantos, escutava alunos conversando: “Por que aqui tem que ser tudo do jeito que eles querem? A pessoa não pode falar nada!”. De fato, alguns alunos deixaram o projeto e isso me inquietou mais ainda.

Passei, então, a fazer observações de cunho empírico, vendo pontos positivos e negativos, na minha ótica, e já pensando que eu poderia tomar aquele projeto como um objeto de estudo de mestrado, na ânsia de tentar compreender cada vez mais essa participação dos jovens e as relações ali desenvolvidas, mais

ainda, eu queria tentar compreender como eles percebiam aquelas relações, aqueles aplausos, aquela participação no projeto, a presença do autoritarismo, principalmente, porque eu enxergava ali uma nova forma de relações e valores humanos e de transformação da chamada rebeldia dos jovens, possuindo eles toda uma capacidade de transformação de suas vidas, a partir do instante que se percebessem atores e não meros receptores dos conhecimentos ali repassados. Todo esse contexto, que agora torno de domínio público, soma-se a dados mais científicos, ou melhor, à escassez deles, e acabam por justificar a necessidade de uma pesquisa sobre o protagonismo juvenil, sobre a forma de participação social dos jovens, a valorização desses enquanto sujeitos de direitos e tão responsáveis quanto qualquer adulto para a construção de uma sociedade onde haja a prevalência dos valores e direitos humanos.

Assim, conhecer a compreensão dos jovens sobre essa participação protagonista, principalmente a partir da nova condição de sujeito de direitos dada a eles pelo novo ordenamento jurídico brasileiro, faz-se importante para evitar possível perpetuação de uma cultura na qual esses sujeitos sejam vistos apenas como um problema social e destinatários de práticas assistencialistas; o que seria um retrocesso. Ademais, a depender da maneira como as atividades são desenvolvidas pelas ONGs, elas poderão estar cometendo práticas institucionalizadas de violação ao direito do protagonismo juvenil, ainda que não se apercebam deste fato, fortalecendo formas de *não protagonismo* (manipulação, simbolismo, decoração, dependência) que não são ideais para que eles se tornem adultos autônomos e empoderados.

Por fim, quando mencionei sobre a escassez dos dados científicos, falei da produção acadêmica irrisória, quantitativamente falando, sobre o direito humano ao protagonismo juvenil. Para se ter uma ideia, no Brasil existem 14 (quatorze) programas de pós-graduação em direitos humanos, devidamente cadastrados na Plataforma Sucupira², sendo que apenas 01 (um) deles ainda se encontra na fase de projeto e os demais já estão todos em funcionamento, conforme tabela abaixo:

² A Plataforma Sucupira é uma ferramenta online criada pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) para coletar informações, realizar análises e avaliações e ser a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), além de disponibilizar em tempo real e com muito mais transparência as informações, processos e procedimentos que a CAPES realiza no SNPG para toda a comunidade acadêmica.

Código	Programa	Instituição de Ensino	Área de Avaliação	Área Básica	Situação	Mod.	M	D	F	
10001018039P2	DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO DA JUSTIÇA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)	INTERDISCIPLINAR	SOCIAIS E HUMANIDADES	EM PROJETO	Prof.	-	-	3	
40003019020P7	DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ (PUC/PR)	INTERDISCIPLINAR	SOCIAIS E HUMANIDADES	EM FUNCIONAMENTO	Aca.	3	-	-	
24001015065P2	DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA (UFPB/J.P)	INTERDISCIPLINAR	SOCIAIS E HUMANIDADES	EM FUNCIONAMENTO	Aca.	3	-	-	
53017013001P6	DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E VIOLÊNCIA	CENTRO UNIVERSITÁRIO EURO-AMERICANO (UNIEURO)	CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	CIÊNCIA POLÍTICA	EM FUNCIONAMENTO	Aca.	3	-	-	
42024013004P7	Direitos Humanos	UNIV. REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (UNIJUI)	DIREITO	DIREITO	EM FUNCIONAMENTO	Aca.	3	-	-	
52001016057P9	Direitos Humanos	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)	INTERDISCIPLINAR	SOCIAIS E HUMANIDADES	EM FUNCIONAMENTO	Aca.	3	-	-	
25001019089P1	Direitos Humanos	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)	INTERDISCIPLINAR	SOCIAIS E HUMANIDADES	EM FUNCIONAMENTO	Aca.	3	-	-	
27002012005P4	Direitos Humanos	UNIVERSIDADE TIRADENTES (UNIT-SE)	DIREITO	DIREITO	EM FUNCIONAMENTO	Aca.	3	-	-	
53001010095P4	Direitos Humanos e Cidadania	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)	INTERDISCIPLINAR	SOCIAIS E HUMANIDADES	EM FUNCIONAMENTO	Aca.	3	-	-	
51005018170P2	FRONTEIRAS E DIREITOS HUMANOS	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD)	INTERDISCIPLINAR	SOCIAIS E HUMANIDADES	EM FUNCIONAMENTO	Aca.	3	-	-	
31001017160P5	POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)	CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	CIÊNCIA POLÍTICA	EM FUNCIONAMENTO	Aca.	3	-	-	
16003012015P5	Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)	INTERDISCIPLINAR	SOCIAIS E HUMANIDADES	EM FUNCIONAMENTO	Prof.	-	-	3	
12008010007P7	SEGURANÇA PÚBLICA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS (UEA)	INTERDISCIPLINAR	SOCIAIS E HUMANIDADES	EM FUNCIONAMENTO	Prof.	-	-	3	
13003011004P5	SEGURANÇA PÚBLICA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA (UERR)	INTERDISCIPLINAR	SOCIAIS E HUMANIDADES	EM FUNCIONAMENTO	Prof.	-	-	3	

⏪ Início
⏪ Anterior
1 ▼
Próxima ▶
Fim ▶▶

1 a 14 de 14 registro(s)

Aca.: Acadêmico
Prof.: Profissional
M: Mestrado Acadêmico
D: Doutorado
F: Mestrado Profissional

Tabela 1 – Programas de Mestrado em Direitos Humanos existentes no Brasil

Fonte: Plataforma Sucupira – 2015

Ocorre que, analisando o banco de dados e as dissertações dos referidos programas localizamos apenas 03 (três) dissertações que tratam sobre protagonismo juvenil: *Jovens Evangelizando Jovens: Uma Experiência de Protagonismo Juvenil*, de Elizabeth Terezinha C. Nogoseke (2013); *Protagonismo Juvenil e o Mundo do Trabalho: Contribuições Pedagógico-pastorais na Formação Profissional*, de Jefferson Marques Bertoldi (2014); ambos da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR) e *A Educação Formal e a Conscientização Política*

*dos Alunos do Ensino Médio no Distrito Federal (2015)*³, de Savia Coimbra Santos, do Centro Universitário Euroamericano (UNIEURO).

Logo, diante da importância do tema protagonismo juvenil e por ser este um direito humano assegurado na legislação internacional e nacional, a presente pesquisa não tem o interesse de suprir a lacuna existente, mas sim de colaborar para a ampliação do *corpus* de possibilidade sobre a temática em questão.

Esta dissertação encontra-se estruturada em 3 (três) capítulos. O primeiro e o segundo capítulos destinam-se à exposição dos conteúdos teóricos. No primeiro capítulo denominado *Crianças e Adolescentes Enquanto Sujeitos de Direitos* buscaremos realizar um apanhado histórico e uma contextualização da condição de crianças e jovens desde a Antiguidade até a época contemporânea; tal estudo traçará a trajetória dos jovens, mostrando que ao longo da história e em diversas civilizações os jovens já possuíam algum tipo de responsabilidade que marcavam o início da vida pública deles na sociedade a qual pertencia; esse estudo é baseado, principalmente, na obra *História dos Jovens – Vol.1 e 2*, de Giovanni Levi e Jean-Claude Schmitt (1996), chegando até os dias atuais, quando tais pessoas foram erigidas à condição de sujeitos de direitos; fazendo uma reflexão de como aconteceu a mudança de paradigma da Doutrina do Menor Irregular ao Sistema de Proteção Integral. Ainda no capítulo 1 trataremos sobre os diversos tipos de juventudes existem e, em especial, a juventude pobre ou marginalizada, fruto dos avanços desenfreados do sistema econômico capitalista e a relação desta juventude para com uma das consequências do referido sistema econômico, qual seja, a exclusão ou vulnerabilidade social. E, por fim, falaremos um pouco sobre os jovens que integram o projeto social Batuque, descrevendo os principais aspectos, tais como: faixa etária, condição socioeconômica deles, as atividades desenvolvidas no projeto e a forma de atuação, entre outros. bem como analisando os principais marcos regulatórios sobre criança e adolescente e a participação cidadã destes, tanto em âmbito internacional quanto em âmbito nacional.

Já no segundo capítulo, intitulado *Protagonismo Juvenil e Organizações não Governamentais (ONGs)*, trataremos um pouco sobre os principais conceitos de protagonismo juvenil, as etapas deste processo educativo, as formas de

³ Esta dissertação, embora não traga em seu título a expressão “*protagonismo juvenil*”, ela aborda uma das formas de se fazer o protagonismo que é a conscientização política dos jovens para que eles possam transformar suas realidade; diz respeito ao desenvolvimento social, como será explicado no capítulo 2.

relacionamento entre jovens e adultos que ensejam um falso protagonismo; tudo isto tendo por doutrinador basilar o pedagogo mineiro Antônio Carlos Gomes da Costa, responsável pela difusão das ideias do protagonismo juvenil no Brasil, sendo uma das suas principais obras sobre o tema o livro *Protagonismo Juvenil: Adolescência, Educação e Participação Democrática* (2000 e 2006). Neste mesmo capítulo veremos ainda o protagonismo enquanto direito humano positivado, legalizado, apresentando as principais normas jurídicas nacionais e internacionais vigentes sobre o tema; e, por fim, trataremos um pouco sobre as ONGs, suas formas de atuação, trazendo um breve apanhado histórico sobre sua disseminação em território internacional e nacional; também explanaremos um pouco sobre a ONG Núcleo de Desenvolvimento Social de Garanhuns – NADESG responsável pelo desenvolvimento do Projeto Batuque voltado ao ensino de percussão e dos ritmos pernambucanos (maracatu, coco, ciranda, afoxé, etc.) para crianças, adolescentes e jovens integrantes de família de baixa renda, objetivando o desenvolvimento pessoal e social destes sujeitos.

Por fim, no terceiro capítulo denominado *Protagonismo Juvenil no Projeto Batuque*, apresentaremos os aspectos metodológicos utilizados na pesquisa e analisaremos os dados obtidos com a pesquisa, tendo por base o método de análise de conteúdo, desenvolvido por Bardin (2002) de modo a responder à seguinte questão de pesquisa: *como o direito humano ao protagonismo juvenil é vivenciado e compreendido pelos jovens do projeto social Batuque?*

A metodologia utilizada nesta pesquisa poderá ser melhor apreciada e compreendida no capítulo 3 deste trabalho. Contudo, faz-se importante explicitar, ainda que de forma resumida, o caminho percorrido até o alcance dos objetivos propostos. Esta pesquisa é do tipo qualitativa sendo esta o tipo de investigação que trabalha com um universo de significados, motivos, crenças, valores, atitudes que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1995) e tem por estratégia o estudo de caso que consiste numa investigação empírica que estuda o fenômeno dentro do seu contexto real, devendo o pesquisador buscar apreender, descrever, compreender e interpretar o caso objeto de estudo (STAKE, 2005; MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

Para alcançarmos os objetivos propostos nos utilizamos da observação participante que consiste em uma estratégia de campo que aproxima o pesquisador do fenômeno a ser investigado e igualmente de construir o conhecimento acerca

deste fenômeno, fazendo com que este, por sua vez, estabeleça e mantenha vínculos com os sujeitos do campo de pesquisa. (JORGENSEN *apud* FLICK, U., 2009; FAERMAM, 2014). Assim, na condição de pesquisadora comecei a acompanhar ainda mais de perto as atividades desenvolvidas pelo Projeto Batuque. Desde agosto de 2015 passei a frequentar assiduamente as aulas e os ensaios que acontecem sempre aos sábados à partir das 14 horas, estendendo-se até às 18:00 horas. Adquiri o hábito também de fazer anotações em um diário de campo que se constitui em um documento no qual podem ser registrados as particularidades, os sentimentos e as emoções vivenciadas no momento da ocorrência do fato objeto de estudo (SYMOM, 2004); a fim de que o passar do tempo não apagasse da minha memória detalhes considerados relevantes. Com o passar do tempo fui conquistando um espaço próprio dentro do projeto, interagindo com a equipe de coordenadores e instrutores, bem como ganhando a confiança dos jovens que me auxiliavam a compreender a dinâmica dos ensaios, a aprender a tocar um instrumento de percussão – a alfaia.

Com o vínculo já estabelecido entre eu e os jovens do Projeto Batuque, parti para a segunda etapa da minha pesquisa, cujo método escolhido foi a realização das entrevistas que consistem em uma conversação dirigida, uma forma de interação por meio da qual os atores sociais constroem e procuram dar sentido à realidade que os cerca para alcançar um propósito definido (HAGUETE, 2001; LODI, 1991; FLICK, 2002; JOVECHLOVITCH e BAUER, 2002; *apud* GONDIM; FRASER, 2004). A entrevista seria na modalidade semiestruturada ou semiaberta caracterizada pela existência de um roteiro com perguntas principais sobre um assunto/tema, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista (MANZINI, 1991).

De início, determinamos os critérios para a seleção dos jovens que seriam entrevistados. Os critérios foram os seguintes: a) adolescentes com idade entre 12 e 17 anos, por ser esse o estágio da vida onde ocorre a formação da identidade do indivíduo e o autoconhecimento, nos termos da teoria de Erikson⁴; b) integrarem o projeto há pelo menos 01 (um) ano, sendo este considerado por nós o tempo mínimo necessário para que os valores ensinados tenham sido vivenciados pelos

⁴ Esta teoria, que será explicada no capítulo 2 desta dissertação, apresenta 8 (oito) estágios ou idades da vida humana, sendo que a que nos interessa diz respeito ao quinto estágio ou quinta idade, denominada de *Identidade X Confusões de Papéis – Fidelidade* e que vai dos doze aos dezoito anos, justamente a fase da adolescência.

sujeitos; c) existirem, entre os adolescentes selecionados, alunos monitores-bolsistas, por entendermos que esta condição pressupõe uma participação mais ativa no projeto, com delegação de responsabilidades a estes sujeitos. Dos 33 (trinta e três) alunos que estão matriculados no projeto 7 (sete) se enquadravam na faixa etária escolhida, sendo 3 (três) meninos e 4 (quatro meninas) e, dentre eles, 4 bolsistas; os adolescentes bolsistas estavam compreendidos na faixa etária entre 15 e 17 anos. Assim, pelos motivos ora expostos, escolhemos por realizar as entrevistas com os 4 adolescentes bolsistas, tendo sido entregue-lhes o termo de consentimento para ser assinado pelo responsável legal e o termo de assentimento para o próprio adolescente assinar, cujas cópias constam anexas.

Após a seleção dos sujeitos da pesquisa, era hora de elaborar o roteiro semiestruturado, cuja cópia segue anexa, e que é composto de 3 (partes) distintas: a primeira parte é a de identificação do sujeito entrevistado (nome, endereço, com quem reside, escolaridade); a segunda parte diz respeito ao conhecimento dos adolescentes sobre o direito humano ao protagonismo juvenil e, por fim, uma terceira parte buscando verificar se os sujeitos são jovens protagonistas nos diversos contextos sociais nos quais se encontram inseridos.

Para análise e interpretação das respostas foi utilizada a técnica de análise de conteúdo segundo Bardin (2002), como dito anteriormente, que consiste em 04 (quatro) fases distintas: uma pré-análise por meio de leitura flutuante (primeiras leituras de contato com a teoria de apoio); a escolha dos documentos; a elaboração de categorias ou categorização dos dados coletados e a inferência ou interpretação dos dados.

Por fim, concluiremos a pesquisa trazendo algumas considerações sobre o protagonismo juvenil enquanto direito humano positivado e como os jovens do Projeto Batuque o compreende, bem como traremos algumas reflexões sobre esse tipo de participação social e a sua importância para a construção de uma sociedade mais democrática, além de apresentarmos sugestões objetivando o aprimoramento da experiência por eles vivenciada; tudo isto para que os jovens possam desenvolver e conciliar a capacidade e a autonomia individuais necessárias a uma projeção futura de vida, com uma consciência que os leve a buscar caminhos de bem estar coletivo, tendo por base uma cultura de valorização de direitos humanos, identificando-se enquanto um ser social, integrante de uma coletividade e também responsável pelas melhorias que quer ver nela.

Capítulo 1 CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENQUANTO SUJEITOS DE DIREITOS

O protagonismo juvenil possibilita a participação social⁵ de crianças e de adolescentes, podendo expressar suas opiniões nas demandas sociais, políticas, econômicas, entre outras, que lhes despertem interesse e influenciem a vida deles direta ou indiretamente. Contudo, para que tais pessoas tenham hoje esse direito legalmente reconhecido foi necessária uma transformação na forma de compreender esses sujeitos, bem como o lugar deles na sociedade em que se encontram inseridos. Pode-se afirmar que antes das crianças e dos adolescentes terem ‘voz’ primeiro tiveram que ter reconhecida a sua ‘vez’, o que lhes garantiu a condição de sujeitos de direitos e obrigações.

A mudança de paradigma sobre a condição do adolescente foi fundamental para que o direito à participação destes fosse devidamente reconhecido e efetivado. Portanto, para uma compreensão mais didática, faz-se necessário um apanhado histórico, ainda que breve, sobre essa transformação de pensamento.

Assim, neste capítulo abordaremos a condição dos adolescentes ao longo da história, como ele interagiu e se relacionava com o meio social no qual estava inserido, tanto nas sociedades antigas quanto no cenário brasileiro, em seguida discorreremos sobre a situação deles no ordenamento jurídico brasileiro, traçando uma linha evolutiva desde a Doutrina da Situação Irregular até chegarmos a Doutrina da Proteção Integral destes sujeitos de direito; e, por fim, situaremos o leitor sobre de quais adolescentes estamos falando, tecendo comentários sobre os tipos de adolescentes e, especificamente, sobre a adolescência marginalizada, sobre a qual decidimos pesquisar, sendo esta uma vítima da exclusão social, fenômeno este que também será estudado, bem como suas consequências na vida dessas pessoas.

1.1 A Condição e a Participação Social dos Adolescentes na História

Até a Idade Média, as crianças e os adolescentes eram considerados propriedades de seus pais; vigorava na sociedade romana, por exemplo, o instituto

⁵ A participação social neste estudo deve ser compreendida como uma intervenção das pessoas nos processos dinâmicos que constituem ou modificam a sociedade (BORDENAVE, 1994, p. 23). Seria ainda a participação democrática-radical que, segundo GOHN (2003, p. 19), objetiva o fortalecimento da sociedade civil para que ela possa transformar a realidade social, sendo construída de forma pluralista por diversos sujeitos, tais como movimentos sociais, partidos políticos, grupos e organizações sociais (idoso, jovem, mulher, etc.).

do *pater familiae* que era o poder absoluto exercido pelo pai – o chefe da família, tendo este, inclusive, o direito de decidir sobre a vida e a morte dos filhos, como bem explica Maria Regina Azambuja (2006, p.12),

em Roma (449 a.C.) a Lei das XII Tábuas permitia ao pai matar o filho que nascesse disforme mediante julgamento de cinco vizinhos (Tábua Quarta, nº 1), sendo que o pai tinha sobre os filhos nascidos de casamento legítimo o direito de vida e de morte e o poder de vendê-los (Tábua Quarta, nº 2). Em Roma e na Grécia Antiga, a mulher e os filhos não possuíam qualquer direito. O pai, chefe de família, podia castigá-los, condená-los e até excluí-los da família.

Na Grécia Antiga, por sua vez, prevalecia a ideia de que a cidade crescería e se fortaleceria a partir do desenvolvimento das aptidões físicas dos meninos. Por esse motivo, na cidade de Esparta, por exemplo, voltada ao militarismo, as crianças do sexo masculino que se apresentavam saudáveis e fortes deveriam ingressar na caserna⁶ aos 7 anos de idade onde ficariam até os 30 anos e tinham uma educação baseada principalmente em exercícios físicos – ginástica e atletismo. Já em Atenas, prevalecia o pensamento de desenvolver as melhores aptidões individuais de cada criança. Assim, aos 6 anos de idade, os garotos ingressavam na escola onde aprendiam sobre aritmética, literatura, música, educação física, normas de etiqueta em público, e ao completar 18 anos iriam prestar serviço militar por 24 meses. Assim que ingressava na escola, a criança entrava imediatamente no mundo dos adultos. Essa confusão, tão inocente que passava despercebida, era um dos traços mais característicos da antiga sociedade, e também um de seus traços mais persistentes, na medida em que correspondia a algo enraizado na vida (VILAS-BÔAS, 2012; ARIÈS, 1973).

No que concerne à participação social dos adolescentes ao longo da história, estes sempre desenvolveram atividades que influenciavam o meio social no qual eles estavam inseridos, ainda que não houvesse a caracterização deles enquanto sujeito de direitos ou a noção do protagonismo, como identificados na contemporaneidade.

Em Roma, o início da adolescência era marcado por ritos de passagem que aconteciam entre os 15 e 16 anos de idade com o uso da *toga viril* e o momento posterior chamado de *tirocínio*. O uso da toga viril e o acompanhamento do adolescente até o Fórum e o Capitólio – praça romana - era um grande

⁶ Caserna era uma espécie de alojamento para o corpo militar nos quartéis (SACCONI, 2010).

acontecimento social, havendo o acompanhamento por parentes e amigos, como descrito abaixo:

Na noite precedente, o jovem como sinal de bom augúrio (*omnis causa*), vestira uma túnica particular, com a qual dormira (a túnica *recta*), assim como vaziam as virgines na noite anterior às núpcias. Portanto, na manhã seguinte, o rapaz abandonava os “emblemas da infância” (...) ele abandonava a toga praetexta e vestia a toga viril, que em Roma era a roupa por excelência dos cidadãos. (...) A parte privada da cerimonia era complementada por outra mais propriamente ‘pública’, na qual acompanhava-se o jovem até o Fórum e o Capitólio. Tratava-se de cortejos compostos por amigos e parentes que, dependendo do nível social, da riqueza e das conexões gentílicas das famílias, podiam assumir feições muito faustosas. (...) O acompanhamento do jovem até o Fórum, a praça pública da cidade onde era administrada a justiça e na qual os adultos falavam e discutiam sobre política, correspondia a uma efetiva iniciação nos negócios públicos (LEVIS, SCHMITT; 1996, p.75-76).

Posteriormente à envergadura da toga viril, o adolescente começava o momento chamado de tirocínio (*tirocinium*): uma espécie de aprendizagem para a vida adulta (LEVIS, SCHMITT; 1996). Este período correspondia a 01 (um) ano e precedia o momento anterior ao alistamento militar. Os adolescentes romanos participavam das reuniões que ocorriam no Fórum e nas praças públicas onde lhes eram repassadas lições de retórica, ensinamentos sobre a vida política e conhecimentos de ordem militar, haja vista já serem reconhecidos por características físicas de força e bravura.

As mulheres, por sua vez, não possuíam participação na vida pública e social considerada relevante. Após a puberdade as moças estavam destinadas a tornarem-se logo esposas (*uxores*) e mães (*matronae*). A função social delas restringia-se à reprodução e aos cuidados com a prole e com o marido; considerado um papel subalterno, mas também de grande poder no momento em que das esposas dependia tanto a reprodução quanto a criação, fundamentando a solidariedade na luta política dos maridos, dos pais e no conjunto dos próprios parentes (LEVI, SCHMITT; p. 1996).

Após o rito de passagem vivenciado pelos adolescentes romanos, ao mesmo tempo em que eram considerados aptos à vida pública, também eram reconhecidos como imaturos pela própria condição de serem jovens e, portanto, necessitavam do acompanhamento e dos ensinamentos dos senadores para serem “domados” e se adequarem mais facilmente às normas do exército romano que era regido por férrea disciplina, bem como do universo adulto como um todo.

Havia, portanto, uma preocupação para que eles pudessem ser ensinados e orientados a fim de suas qualidades servirem aos interesses da comunidade onde viviam; eles iam sendo moldados para corresponderem ao comportamento social esperado. Do contrário, colocariam em risco a própria existência daquela sociedade, como se percebe no trecho a seguir

A juventude é o tempo dos apetites e de seu excesso. Assim ela aparece como continuação direta da infância. Após a idade da fragilidade do corpo e das primeiras aprendizagens, vem a da fragilidade da alma e da razão. Por falta de freio e de governo, a juventude entrega-se ao mal. Para a própria sobrevivência da comunidade, e esse temor percorre todas as pregações de São Bernardino de Siena, por exemplo, é preciso orientá-la. (LEVIS, SCHMITT, 1996).

Logo, a participação social ocorria por meio da imposição da lógica adultocêntrica, não havendo espaço para questionamentos ou atitudes autônomas por parte daqueles; acontecia, em verdade, a modalidade de não protagonismo denominada de *Manipulação* que se caracteriza pela reprodução por parte dos adolescentes de comportamentos pré-estabelecidos pelos adultos, ensinando como eles devem agir em determinadas situações. Um comportamento diferente poderia ser considerado não uma participação autônoma, mas sim uma insubordinação que poderia custar a própria vida.

Ainda nos relatos históricos de Levi e Schmitt há um fato interessante no que tange a participação juvenil à época, ilustrando o pensamento desenvolvido no parágrafo anterior. O ditador Lucio Papirio Cursor, durante a segunda guerra samnita, vê-se obrigado a retornar a Roma para consultar os auspícios sobre a continuidade da guerra. Antes, porém, avisa ao chefe dos cavaleiros Quinto Fábio Máximo Ruliano, *adulescens* (adolescente), para este não encetar batalha em sua ausência por nenhum motivo. Contudo, Quinto Fábio ao saber da fragilidade dos inimigos inicia uma batalha e sai vitorioso. O ditador Lucio Cursor, sabendo da notícia em Roma, volta à cidade de Sânio e considera que, apesar da vitória, o comportamento do adolescente violou a disciplina militar e tenta condená-lo à morte; tendo o exército se rebelado. Quinto Fábio, por sua vez, foge para Roma onde seu pai apela ao Senado e pede ajuda aos tribunos da plebe; porém, nem o fato de ser um jovem e nem a vitória obtida poderiam salvá-lo. Apenas o perdão de Lucio Cursor seria capaz de garantir a vida do tão jovem chefe da cavalaria.

No episódio acima narrado, evidencia-se a falta de autonomia e poder de decisão do adolescente. Este deveria obedecer às normas militares sem espaço para interferências, ainda que destas tenham resultado uma importante conquista. O que parecia uma demonstração de autonomia e capacidade de comando foi considerado insubordinação.

Entre os séculos XII e XIII, a criança ainda não era vista como sujeito de direitos. Assemelhava-se mais a um animal de estimação ou um brinquedo que cumpria o papel de alegrar e divertir os adultos, tendo alguns autores conceituado este momento de fase de “paparicação”, como explica Ariès (1973, p. 10),

as pessoas se divertiam com a criança pequena como com um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois uma outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato.

Somente a partir do século XVIII, com a Revolução Industrial, o desenvolvimento do sistema de produção capitalista, o surgimento do modelo de família burguesa e o advento da propriedade privada, é que a infância passou a receber atenção diferenciada e especial por parte dos adultos.

O novo modelo familiar trouxe consigo papéis sociais bem estabelecidos e diferenciados para homens e mulheres: enquanto o pai passou a ser considerado o provedor e deveria trabalhar para suprir as necessidades da família, a mãe tornou-se responsável pelo lar e pela educação dos filhos que precisavam ser instruídos e treinados para serem homens de bem.

Nesse novo contexto, a família passa a ter como função básica garantir a sobrevivência física, social e psicológica da prole, favorecendo a manutenção das relações sociais e produtivas do modelo hegemônico capitalista. (...) Um novo sentimento destinado à infância, contrário à paparicação, pautado pelos ideários dos moralistas, fará da infância objeto de estudo, instrução e escolarização (ANDRADE, 2010, p.51).

Com a Revolução Industrial, as fábricas passaram a utilizar também a mão de obra infanto-juvenil nas mesmas condições dos trabalhadores adultos. Assim, crianças e adolescentes eram submetidos a jornadas extraordinárias de trabalho, com duração de 14 a 16 horas diárias, sem que fossem levadas em consideração suas peculiaridades e fragilidades físicas, inclusive, recebendo salários menores do que os que eram pagos aos adultos.

O descontentamento da classe operária com as péssimas condições de trabalho fez surgir vários movimentos sociais em que se pleiteavam, principalmente, a redução das horas trabalhadas e da idade mínima para o trabalho e a melhoria das condições do trabalho de um modo geral (ROSSATO, 2011).

Como elucida SILVA, Moacyr Motta *et al* (1998, p. 35),

os movimentos em busca de melhores condições de trabalho resultaram na intervenção do Estado, principalmente na limitação de horas da jornada e proibição de labor de crianças em locais insalubres. As convenções⁷ são importantíssimas para o entendimento da defesa dos direitos humanos de crianças, e também para o próprio surgimento da ideia de interesses metaindividuais, com tutela de benefícios sociais.

Percebe-se a partir deste período que havia iniciado uma nova forma de tratamento destinado às crianças e aos adolescentes, mais voltada à dignidade da pessoa humana, pois eles passaram a ser considerados sujeitos de direitos, nos termos do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária - 2009 (BRASIL, 2009, p. 25). A palavra “sujeito” traduz a concepção da criança e do adolescente como indivíduos autônomos e íntegros, dotados de personalidade e vontade próprias que, na sua relação com o adulto, não podem ser tratados como seres passivos, subalternos ou meros “objetos”, devendo participar das decisões que lhes dizem respeito, sendo ouvidos e considerados em conformidade com suas capacidades e grau de desenvolvimento.

O reconhecimento da condição de sujeito de direitos significa que crianças e adolescentes são beneficiários de obrigações por parte da família, do Estado e da sociedade; obrigações estas traduzidas em direito à proteção integral, bem como a promoção do pleno desenvolvimento deles.

No Brasil, a participação social dos adolescentes teve início no século XIX, juntamente com o movimento abolicionista tendo uma atuação radical em defesa dos escravos, organizando, inclusive, fugas em massa (CACCIA-BAVA, 2004 *apud* SOFIATI, 2009, p. 08). Nas décadas de 1920 e 1930, existiram alguns movimentos sociais com expressão juvenil que protagonizaram o surgimento de novas ideias e concepções sobre os conceitos de Estado e nação; são alguns

⁷ São as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), tendo por marco inicial a Convenção nº 138, aprovada em 1973, que instituiu a idade mínima de 14 anos para admissão do jovem ao emprego e a partir dos 18 anos para trabalhos considerados perigosos para a saúde, a segurança ou a moralidade dos menores; tudo isto objetivando abolir o trabalho infantil.

destes movimentos a Semana de Arte Moderna (1922), o Movimento Tenentista (1922) e o movimento político-partidário que deu origem ao Partido Comunista Brasileiro – PCB (1922); Movimento da Juventude Integralista (1932), o Movimento Estudantil e a fundação da União Nacional dos Estudantes - UNE (1937).

A juventude das décadas de 1940 e 1950 possuía um ideal desenvolvimentista, creditando-se muito valor ao progresso nacional, aos cursos profissionalizantes para os adolescentes e ao incentivo às indústrias. Nesse período, a juventude, mais especificamente os estudantes, começaram a mostrar o seu envolvimento, mais a fundo, com as questões políticas. O Movimento Estudantil, por meio da UNE iniciou seu caráter político e começou a se envolver com os partidos políticos, ligando o sentido ‘micro’ do movimento estudantil ao ‘macro’, protagonizando uma luta pela transformação da sociedade (CALIARI, 2009, p.33)

Na década de 1960, a atuação dos adolescentes estava mais ligada à Igreja Católica, com a criação da Ação Católica Especializada (ACE); voltada, principalmente, para o questionamento de valores de cultura e política. Esses adolescentes foram impulsionados por ideais libertários do iluminismo, assim como por intelectuais esquerdistas, revivendo a poética romântica de criar uma "sociedade que fosse ao mesmo tempo humana e arrebatadora" (GOFFMAN; JOY, 2007, p.272).

Do final da década de 60 e início dos anos de 1970, com o Brasil vivenciando o regime da Ditadura Militar, a participação social da juventude foi mitigada em razão do próprio regime político que havia se instaurado no país; havia uma articulação nos “Movimentos de Encontro” que ocorriam nos templos da Igreja Católica, de cunho mais espiritualista e comprometido com as questões psico-afetivo dos adolescentes. Contudo, milhares de jovens que resistiam ao regime militar imposto participavam de movimentos clandestinos de luta armada e guerrilhas ou viviam de forma considerada contestadora, baseada nas alternativas da contracultura, importadas dos países desenvolvidos ou do Primeiro Mundo (COSTA, 2006, p. 83; SOFIATI, 2009, p. 09). Como exemplo do estilo de vida dos jovens que caracterizavam a contracultura tem-se o movimento Tropicália iniciado com o lançamento do disco-manifesto “Tropicália ou panis et circense” em 1968; participaram do movimento Gilberto Gil, Nara Leão, Caetano Veloso, Os Mutantes e Tom Zé. O movimento antropofágico de Oswald de Andrade, o concretismo e a pop art influenciaram a criação da Tropicália. A ideia do Antropofagismo de “digerir” a

cultura exportada dos Estados Unidos e Europa e reinventá-la aos moldes nacional foi o fundamento do movimento. Os tropicalistas acreditavam que a experiência estética por si só já era um instrumento social revolucionário. Membro do movimento, Torquato Neto resumiu a importância da estética para os vanguardistas afirmando que “ou você mexe com a forma ou não mexe com nada” (DEISTER,2009).

Toda essa movimentação social, política e cultural da juventude fez com que em 13 de dezembro de 1968 o governo brasileiro editasse o Ato Institucional nº 05 (AI-5), considerado o mais repressivo de todos, determinando, por exemplo, a suspensão dos direitos políticos daqueles que realizassem atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política, havendo imposição da liberdade vigiada e a proibição de frequentar determinados lugares, como medidas de segurança nacional (BRASIL, 1968, AI – 5, artigo.5º).

Por sua vez, a juventude dos anos de 1980 e 1990 rompe com os ideais políticos e sociais das outras décadas. Houve a abertura política e a redemocratização do Brasil; contudo, a economia do país vivia tempos difíceis de inflação e recessão. As condições difíceis de vida resultavam no fenômeno da urbanização e da metropolização, com um grande contingente de famílias residindo nas grandes cidades. Com a necessidade de trabalho dos pais para a subsistência da própria família, passando o dia todo fora do ambiente familiar, os jovens tiveram como companheira fiel a televisão, em uma época que a liberdade de imprensa foi potencializada com o fim do regime militar. Assistiram de longe as quedas de muros, guerrilhas, não fazendo mais parte do cotidiano próprio; e passaram a conviver com os avanços tecnológicos e os efeitos da globalização (COSTA, 2006).

Não é que esta juventude não tenha tido participação social, mas esta ocorria de forma diversa da intensidade do que se presenciou nas décadas de 60 e 70. A juventude dos idos de 80 e 90 se expressava mais por meio de movimentos culturais, utilizando-se da música, do teatro, da dança, do que dos movimentos sociais e políticos, propriamente ditos. Como explicou Novaes (2000, p. 54), “os jovens, através de atividades culturais e experimentos sociais, podem trazer para a agenda pública a questão dos sentimentos e contribuir para a mudança de mentalidade”. E mesmo a atuação dos jovens não tendo sido tão política quanta a das gerações anteriores, durante a década de 80 e 90 pelo menos 2 (dois) movimentos marcaram fortemente o protagonismo juvenil daquela época: o

Movimento das Diretas Já (1983-1984), por meio do qual a juventude, juntamente com trabalhadores, operários, políticos, foram às ruas pedir o fim do regime militar, que vigorou no Brasil até 1985, e a realização de eleições diretas para presidente da república; e os *Cara Pintadas*, que pediam o impeachment do presidente da república Fernando Collor de Melo (1992), fundamentado em denúncias de corrupção e medidas econômicas, à exemplo do confisco do dinheiro das poupanças (LÚCIO; ROCHA, 2009, p. 06).

Ainda ilustrando a participação dos jovens na década de 1980, embora tenha sido uma década marcada por manifestações artísticas e culturais, como visto acima, houve no Brasil a criação de um movimento em âmbito nacional voltado à defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes: foi o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), merecendo algumas considerações devido à sua importância e relevância para a vida de tais sujeitos de direitos. O MNMMR foi criado em 1985, período este em que o Brasil passava por um momento de redemocratização, com o fim do regime militar e a instauração de uma Assembleia Constituinte a fim de elaborar uma nova ordem constitucional e democrática no país. A ideia de redemocratização do país e melhores condições de vida para as pessoas não excluía a garantia dos direitos de crianças e adolescentes; pelo contrário. O MNMMR foi resultado justamente de grupos de pessoas da sociedade civil que criaram uma organização não-governamental, com sede em Brasília, a fim de proteger os interesses de crianças e adolescentes marginalizados em todo o território nacional, sendo diferenciado por buscar formar/mobilizar/conscientizar os/as meninos/as à própria participação no movimento (RIZZINI, 1995)

Como afirma Pereira (2011; p. 129)

Esse Movimento passou a fazer parte daquelas organizações que já defendiam as crianças e os adolescentes marginalizados, opondo-se “[...] a desumanização, bárbara e violenta que se encontrava submetida à infância pobre no Brasil.” (SANTOS, 1998, p. 143). É um Movimento que surge em meio a muitos casos de violência contra os meninos e meninas que viviam nas ruas, a exemplo da chacina de Vigário Geral⁸ e outras que levantavam

⁸ A Chacina de Vigário Geral ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 29 de agosto de 1993, na favela da Zona Norte que leva o mesmo nome da chacina, quando 21 moradores inocentes foram mortos por policiais, numa operação ilegal, resultante de um "acerto" malsucedido entre policiais e traficantes (RAMOS; p. 1308). No mês anterior a este episódio, já havia acontecido outro evento de extrema violência contra crianças e adolescentes que ficou conhecido como a Chacina da Candelária: Na madrugada do dia 23 de julho de 1993, aproximadamente à meia-noite, vários carros, contendo uma composição de policiais militares e civis, pararam em frente à igreja da Candelária, na avenida Presidente Vargas, no centro do Rio de Janeiro, e atiraram contra mais de setenta crianças e adolescentes que dormiam nas proximidades da igreja. Seis menores e dois maiores morreram e várias crianças e adolescentes ficaram feridos (PENNA, 2017).

a bandeira da proteção à infância e à adolescência pobres, abandonadas e marginalizadas, de maneira a garantir para esses meninos e meninas os direitos que lhes são de direitos.

O MNMMR, desde o início das atividades, teve uma atuação marcante na garantia e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, realizando 02 (dois) grandes Encontros Nacionais dos Meninos de Rua, em Brasília, nos anos de 1986 e 1989. O primeiro contou com a participação de 450 adolescentes e o segundo com mais de 700; números que parecem inexpressíveis, em um primeiro momento, significaram muito devido ao momento histórico que o país vivia, com o fim do regime militar e a redemocratização do país a partir da instauração da Assembleia Constituinte em 1985. De início tais encontros objetivaram se solidarizar e buscar sensibilizar as autoridades para a situação de crianças e adolescentes que viviam nas ruas sem direitos garantidos, tendo como diferencial a participação ativa dos próprios sujeitos de direitos: crianças e adolescentes. Na segunda edição do encontro, ocorrido no ano seguinte à promulgação da Constituição Federal de 1988, os adolescentes vindos de diversos Estados brasileiros, após a realização de conferências estaduais e municipais, ocuparam o Congresso Nacional e traziam consigo uma proposta para a elaboração de um Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo tal norma efetivamente elaborada e publicada no ano seguinte, em 1990. (HART; 1993).

A partir das leituras bibliográficas e documentais pode-se afirmar que o MNMMR age de modo a promover o protagonismo juvenil, bem como a formação de uma consciência política, cidadã, social, incentivando crianças e adolescentes a uma participação direta, promovendo encontros nacionais, regionais e estaduais, buscando construir ações sistemáticas onde os meninos e meninas assumiam o lugar de uma militância da organização (MIRANDA, 2015).

No momento atual, a juventude brasileira é formada por mais de 51,3 milhões de jovens, na faixa etária entre 15 e 29 anos de idade, segundo os dados do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 e, diferentemente do que afirma o senso comum, esta juventude não está politicamente "apática, desinteressada e desmobilizada quanto às questões públicas e muito mais individualista, consumista e alienada que as gerações anteriores" (ABRAMO, 2004,p.13).

Em verdade, a juventude atual descobriu novas formas de participação social e protagonismo, valendo-se, principalmente, dos avanços tecnológicos e das facilidades de comunicação advindas do uso da internet e redes sociais (*facebook, instagram, twitter*, etc.). Em poucos segundos, vídeos e imagens contendo uma diversidade de pautas que retratam a preocupação e os interesses juvenis são compartilhados pelas redes sociais. Não existe um líder previamente definido e escolhido pelos adolescentes para representá-los. Todos eles participam ativamente das manifestações que tomam os espaços públicos (ruas, praças, avenidas), com faixas, cartazes, microfones, palavras de ordem, gritos de protesto, reivindicando soluções para as mais diversas questões – sociais, políticas, econômicas.

Um exemplo marcante deste cenário foram as manifestações ocorridas em junho de 2013, durante a Copa das Confederações, no Brasil.

Durante os jogos mundiais, um público imenso concentrava-se fora dos estádios: milhares de pessoas, em sua maioria jovens, estavam nas ruas de todo o país, protestando contra a corrupção, os gastos exacerbados com a Copa, e a falta de investimento em saúde e educação, dentre outros pontos. É por esse motivo que o evento recebeu o apelido de "Copa das Manifestações" (MACHADO, FIDALGO, 2014, p. 11).

O ponto inicial dessas manifestações foi o aumento da passagem de transporte coletivo na cidade de São Paulo, em maio de 2013. A partir deste aumento, os jovens do Movimento Passe Livre de São Paulo foram às ruas protestar e o governo paulista determinou que os militares reagissem, fazendo inclusive uso da força. Ocorre que outras cidades brasileiras também reajustaram as tarifas dos transportes coletivos. No dia 17 de junho de 2013, cerca de 240 mil pessoas, segundo estimativas de organizadores, das polícias e de institutos de pesquisa, ocuparam as ruas de 11 capitais brasileiras (OTAVIO, 2013). No entanto, a pauta das manifestações já não era centrada no transporte público, englobando outras motivações como: os gastos públicos com a Copa do Mundo; melhoria nos serviços públicos de saúde, educação e segurança; a corrupção; as PECs 37 e 237 (GOIS, 2013). No dia 20 de junho, as manifestações alcançaram um aumento exponencial de participantes e cidades em todo o país: mais de um milhão de pessoas espalhadas por 388 cidades, incluindo 22 capitais e pequenos municípios. (MACHADO, FIDALGO, 2014).

Alguns ganhos foram obtidos com essas manifestações, tais como: a PEC 37⁹ foi rejeitada no congresso nacional, foram aprovados 75% dos royalties do petróleo para educação e 25% para a saúde; foi decretado o fim do voto secreto; e a corrupção passou a ser crime hediondo. No que se refere às conquistas voltadas para a juventude, destaca-se a sanção da presidenta ao Estatuto da Juventude no dia 5 de agosto de 2013, através da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013¹⁰ (MACHADO, FIDALGO, 2014).

Interessante que estas manifestações juvenis não foram organizadas por partidos políticos, sindicatos, movimento estudantil, entidades civis, mas sim pelos próprios jovens que, por meio das redes sociais, articularam seus pares em defesa dos seus direitos e interesses, mostrando todo um potencial de transformação da realidade pessoal e social existente em suas ideias e objetivos.

Essa autonomia e interesse pela participação social, garantindo o direito desses jovens de serem ouvidos e suas pretensões, reivindicações atendidas tornou-se possível em virtude da mudança de paradigma no direito brasileiro no que tange à visão sobre a juventude. Estas pessoas deixaram de ser compreendidas como seres humanos em situação irregular, quer seja pela pobreza ou pela delinquência, sendo esta decorrente daquela, como fundamentava a chamada Doutrina da Situação Irregular do Menor. Esta forma de perceber os jovens foi substituída pela atual Doutrina da Proteção Integral, que passa a considerá-los sujeitos de direitos e, portanto, titulares de todas as liberdades individuais e sociais prestadas pelo Estado, conforme será estudado no próximo tópico.

1.2 O Adolescente no Ordenamento Jurídico Brasileiro: Doutrina da Situação Irregular X Doutrina da Proteção Integral

A situação das crianças e dos adolescentes no Brasil, como dito anteriormente, também passou por uma transformação substancial. Até a promulgação da Constituição Federal em 1988, vigorava no país a chamada Doutrina da Situação Irregular do Menor, estabelecida principalmente pelo Código

⁹ A Proposta de Emenda Constitucional nº 37 (PEC 37/11) previa a supressão do poder de investigação criminal atribuído por lei ao Ministério Público, tornando este privativo das polícias federal e civis e do Distrito Federal. A referida PEC foi rejeitada pelo plenário da Câmara dos Deputados por 430 votos contrários, 9 votos favoráveis e 2 abstenções.

¹⁰ O Estatuto da Juventude será analisado no Capítulo 2 desta dissertação, onde abordaremos o protagonismo juvenil enquanto um direito positivado no ordenamento jurídico brasileiro.

de Menores de 1927 e, posteriormente, continuada pelo novo Código de Menores, de 1979. Eram legislações restritas, tendo por destinatários crianças e adolescentes privados de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente; vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável; em perigo moral, devido a encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes ou vítima de exploração em atividade contrária aos bons costumes; privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável; com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária e aqueles que cometiam alguma infração penal.

A Doutrina da Situação Irregular do Menor fundamentava-se basicamente no binômio carência delinquência. Era a fase da criminalização da infância pobre. Havia uma consciência geral de que o Estado teria o dever de proteger os menores, mesmo que suprimindo suas garantias, para que tais crianças e adolescentes não viessem a se tornar criminosos juvenis (MACIEL, 2010).

Como afirma Humberto Miranda (2010; p. 87)

O Código de Menores de 1927, marco histórico da assistência à infância no Brasil, nasce dos interesses desses setores da sociedade, sob a égide da moral burguesa, das medidas punitivas e disciplinares construídas a partir da lógica policial, sendo legitimado pelo discurso científico dos especialistas da infância. A partir da construção deste *Código*, a classificação de categorias jurídicas sobre meninos e meninas, a criação dos juizados e o fortalecimento do papel do juiz, a criação das colônias e escolas correccionais, a implantação da "liberdade vigiada" e outras artes de viver o controle, a vigilância e a punição sobre as crianças e os jovens foram instituídos.

Dentre as medidas ditas protecionistas que poderiam ser aplicadas aos menores, pelo Juiz de Direito, estavam a I - advertência; II - entrega aos pais ou responsável, ou a pessoa idônea, mediante termo de responsabilidade; III - colocação em lar substituto; IV - imposição do regime de liberdade assistida; V - colocação em casa de semiliberdade; VI - internação em estabelecimento educacional, ocupacional, psicopedagógico, hospitalar, psiquiátrico ou outro adequado.

Observa-se que esta doutrina apresentava um caráter separatista, sendo a lei direcionada para as crianças e adolescentes pobres, no que tange à condição econômica; não havia uma efetivação ou uma preocupação em defender os direitos e interesses desses sujeitos de forma geral, ampla, irrestrita, independente da

classe econômica e social que estivessem inseridos; esta situação modificou-se a partir do advento da Doutrina da Proteção Integral, como será visto adiante.

Em suma, de acordo com Maciel (2010, p. 13)

Apesar dessas medidas para regularizar a situação do menor, na prática se verificava uma atuação segregatória na qual, normalmente, estes eram levados para internatos ou, no caso de infratores, institutos de detenção mantidos pela FEBEM. Inexistia preocupação em manter vínculos familiares, até porque a família ou falta dela era considerada a causa da situação irregular. Em resumo, a situação irregular era uma doutrina não universal, restrita, de forma quase absoluta, a um limitado público infanto-juvenil.

Na década de 80, o cenário político e social do Brasil foi marcado pela reconquista da democracia; a instauração da Assembleia constituinte em 1985 que culminou na promulgação da Constituição Federal em 05 de Outubro de 1988, tendo como princípio basilar a dignidade da pessoa humana¹¹, bem como as lutas dos movimentos sociais¹² pelo reconhecimento e fortalecimento dos direitos humanos fizeram com que crianças e adolescentes fossem tratados como verdadeiros sujeitos de direitos, cabendo ao Estado, a sociedade e a família cuidar e zelar pela proteção integral deles, em obediência ao princípio constitucional da prioridade absoluta¹³.

Embasada na Convenção dos Direitos da Criança, aprovada em 1989 pela Assembleia Geral das Nações Unidas e ratificada pelo Brasil em 1990, por meio do Decreto-Lei nº 99.710/90, a Doutrina da Proteção Integral, pela primeira vez em território nacional, reconheceu crianças e adolescentes enquanto sujeitos detentores

¹¹ Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
III - a dignidade da pessoa humana;

¹² Tiveram papel importante nesta conquista de apoio, a Pastoral do Menor da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), a Frente Nacional de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes e, principalmente, a Comissão Nacional Criança e Constituinte 3, que promoveu um processo de sensibilização, conscientização e mobilização junto aos constituintes e à opinião pública, inclusive através da imprensa, o que conquistou até mesmo o apoio da iniciativa privada (CONSELHO, 2001).

¹³ Trata-se de princípio constitucional estabelecido pelo artigo 227 da Lei Maior, com previsão no artigo 4º da Lei nº 8.069/90. Estabelece primazia em favor das crianças e dos adolescentes em todas as esferas de interesses. Seja no campo judicial, extrajudicial, administrativo, social ou familiar, o interesse infanto-juvenil deve preponderar. Não comporta indagações ou ponderações sobre o interesse a tutelar em primeiro lugar, já que a escolha foi realizada pela nação através do legislador constituinte. Ressalte-se que a prioridade tem um objetivo bem claro: realizar a proteção integral, assegurando primazia que facilitará a concretização dos direitos fundamentais de tais sujeitos. Leva em conta a condição de pessoa em desenvolvimento, pois a criança e o adolescente possuem uma fragilidade peculiar de pessoa em formação, correndo mais riscos que um adulto, por exemplo. (AMIN; 2010).

de direitos e obrigações, como direito à vida, à moradia, à educação, ao lazer, ao respeito, à cultura, à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à liberdade de expressão, entre outros previstos especialmente no caput do art. 227, da Constituição Federal de 1988¹⁴. A responsabilidade em assegurar o respeito a esses direitos foi diluída solidariamente entre família, sociedade e Estado, em uma perfeita co-gestão e co-responsabilidade (AMIN, 2010).

A fim de conceder alcance prático aos direitos e garantias reconhecidos às crianças e aos adolescentes, foi sancionada pelo ordenamento jurídico brasileiro a Lei nº 8.069/90, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente; esta norma específica acaba por coroar a doutrina da proteção integral evidenciando a suplantação da doutrina da situação irregular do menor. Um exemplo é a previsão legal da criação do Conselho Municipal de Direitos e do Conselho Tutelar, não havendo qualquer dispositivo equivalente no Código de Menores de 1979. Tais conselhos são formados por membros governamentais e não governamentais, integrantes das famílias e da sociedade civil. Esta atuação em conjunto e a solidariedade na responsabilidade das entidades permitiu a descentralização de todo o poder da figura do juiz, a quem compete apenas a função precípua jurisdicional inerente ao cargo no qual foi investido. Vejamos:

Ao Juiz coube a função que lhe é própria: julgar. A atuação ex officio não se encontra elencada nos artigos 148 e 149 da legislação estatutária, mas apenas as restritas à função judicante e normativa. Agora é a própria sociedade através do Conselho Tutelar que atua, diretamente, na proteção de suas crianças e jovens, encaminhando à autoridade judiciária os casos de sua competência e ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente (AMIN, 2010, p. 15).

Contudo, embora crianças e adolescentes estejam formalmente protegidos por um arcabouço de normas jurídicas que os priorizam de forma absoluta, em âmbito internacional e nacional, é de fácil percepção social a existência de uma realidade destoante de tal preceito jurídico. Não raro são tratados com desrespeito, não tendo assegurado seus direitos fundamentais básicos, como saúde, educação, moradia, lazer, convivência familiar e comunitária, existindo exploração da mão de

¹⁴Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

obra infantil, ausência de políticas públicas efetivas nas diversas esferas de governo. Tudo isto demanda um maior interesse, uma fiscalização em conjunto, o fortalecimento da rede de atendimento formada por todos os entes envolvidos no sistema de proteção para que se verifiquem e localizem as falhas na atuação e haja a reversibilidade do cenário de negligência que vitimiza esses sujeitos de direitos. Do contrário, as normas não passarão de letra fria em desuso.

A participação do próprio adolescente para a mudança deste cenário é imprescindível. A autonomia, o poder de decisão, o direito de ser ouvido e ter suas opiniões levadas em consideração fortalecem a juventude e a estimula a se envolver diretamente, reconhecendo que é sobre o seus direitos e interesses que estão a tratar, como restará fortemente evidenciado no capítulo 2 da presente dissertação.

Como afirma Stamato (2009, p. 06), “a partir de um método ativo, dialógico e participante, a problematização possibilita ao jovem compreender a realidade, desvelando os nexos que o mantém na condição de subalternidade, e o fortalece para fazer escolhas e agir no sentido de transformar esta realidade”.

1.3 De Qual Juventude Falamos?

Quando se propõe a estudar sobre determinado tema, o pesquisador pode se surpreender com a variedade de sentidos e significados que constroem aquele universo. A juventude, enquanto categoria de análise, é um desses temas plurais que ensejam diversos horizontes a depender de qual ciência se estar partindo.

Ela pode ser estudada, por exemplo, a partir da medicina que considerará seus aspectos biológicos; a partir da psicologia que se deterá em uma análise comportamental do jovem; a partir da sociologia, investigando a participação destes sujeitos nas esferas política, social, familiar, entre outros; este aspecto sociológico é sobre o qual nos deteremos, ainda que de forma breve, para contextualizar os sujeitos que integraram a presente pesquisa.

A juventude não consiste em um fenômeno meramente biológico ou demográfico. Trata-se de uma complexa condição social que influencia e é influenciada por diferentes culturas, apresentando-se de forma dinâmica, mutável ao longo do tempo (SILVA JUNIOR, 2017, p. 48).

Sendo a juventude compreendida como uma construção social, a própria heterogeneidade da sociedade justifica a existência de juventudes diversas, vez que existem as diferenças históricas, culturais, raciais, sociais, de gênero, econômicas e

que também transitam por entre as faixas etárias. Portanto, não há que se falar em uma única juventude local, regional ou mundial. Não há, portanto, movimento jovem ou dos jovens tomados em uma forma abstrata. Mas, com certeza, há movimentos da juventude das periferias dos centros urbanos, da juventude das zonas rurais, da juventude das classes médias, da juventude burguesa e da juventude de culturas diferenciadas. (SANFELICE, 2013).

Embora existam diversas juventudes pelo menos um critério é comum e relevante a todas elas, qual seja, a faixa etária que, mesmo não podendo ser rigorosamente definida, se vincula de algum modo à dimensão de fase do ciclo vital entre a infância e a maturidade; é a partir desta dimensão que ganha sentido a proposição de um recorte de referências etárias no conjunto da população, para análises demográficas (LEÓN, 2005).

Levi e Schmitt (1996, p. 08) afirmam que assim

(...) como as demais épocas da vida, quem sabe numa medida mais acentuada, também a juventude é uma construção social e cultural. Desse ponto de vista, a juventude se caracteriza por seu marcado caráter de limite. Com efeito, ela se situa no interior das margens móveis entre a dependência infantil e a autonomia da idade adulta, naquele período de pura mudança e de inquietude em que se realizam as promessas da adolescência, entre a imaturidade sexual e a maturidade, entre a formação e o pleno florescimento das faculdades mentais, entre a falta e a aquisição de autoridade e poder.

Segundo Ariès (1986, *apud* MORAIS, 2015), esta percepção diferenciada quanto à criança e ao adolescente teve início no final do século XVIII e início do XIX, e foi sendo gradualmente constituída e se consolidando na sociedade; ela é concomitante à constituição da família nuclear, do estado nação e da nova organização do trabalho produtivo. A especificidade da adolescência foi reconhecida e emergiu com a escolarização, que supõe a separação entre seres adultos e seres em formação, com a família burguesa que separa o espaço familiar do exterior e com a progressiva exclusão da criança do mundo do trabalho. Esse processo que se iniciou nas classes sociais mais abastadas estendeu-se para toda a sociedade e se impôs como um modelo que atingiu toda a organização social (SALLES, 2005). Portanto, a juventude contemporânea é delimitada a partir do modelo do jovem burguês tido como o ideal e a partir do qual se medem as abreviações, extensões e interrupções da etapa, assim como os desvios e negações de seu conteúdo (ABRAMO, 2005).

1.3.1 A Juventude Pobre ou Marginalizada

Em oposição à juventude burguesa, existe outra juventude: *a juventude pobre, periférica, marginalizada, excluída socialmente; os jovens vulneráveis, jovens em situação de risco*, apenas para citar algumas nomenclaturas existentes (SILVA, 2016) apresentando estilos de vida diferentes um do outro, ratificando o modelo dicotômico e segregacionista de incluído/excluído em relação ao modo de vida difundido pelo sistema econômico capitalista. Tais jovens são diferenciados, principalmente, em virtude da condição socioeconômica de cada um deles. Se por um lado, os jovens burgueses em virtude das condições econômicas favoráveis de suas famílias possuem mais tempo para se dedicarem aos estudos, os jovens pobres precisam trabalhar o quanto antes para que possam garantir, muitas vezes, a própria subsistência ou a do núcleo familiar. Esses dois universos não praticam nada em comum, são lugares sociais diferentes, ou seja, essas juventudes representam polos diferentes, são dois extremos de "possibilidades oferecidas aos jovens" (BOURDIEU, 1983, p. 3).

O conceito de pobreza aqui abordado está relacionado com o entendimento de Silva (2010; p. 157) ao afirmar que a mesma deve ser entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerada como mera insuficiência de renda. É também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços básicos; à informação; ao trabalho e a uma renda digna; é não participação social e política.

A juventude pobre subsiste, pois, em condições peculiares de desenvolvimento físico, psíquico e social, vivencia situação de privação em relação a bens e serviços como habitação, alimentação, educação, emprego, saúde, transporte e lazer, apresentando reduzida capacidade competitiva com jovens de outros segmentos sociais (COSTA, 2006).

Esta diferença social acaba sendo reforçada pelo próprio Estado, desde a vigência do antigo Código de Menores de 1927 e o seu substituo publicado em 1979, que fundamentavam a Doutrina da Situação Irregular do Menor, conforme já analisado no tópico anterior deste capítulo. A referida doutrina e a mencionada lei destinavam-se as crianças e adolescentes que fossem "*privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória*", reforçando, ainda que inconscientemente, um pensamento de que a família burguesa, enquanto modelo e

exemplo social a ser seguido, jamais veria um jovem de sua classe enquadrado em uma situação de risco, nos termos descritos no Código de Menores e, portanto, não precisava a lei se ocupar de tal situação ou classe social.

Costa (2006, p. 111) enfatiza que, de modo geral, as estratégias brasileiras voltadas à juventude divide-se claramente em 2 (duas) espécies: políticas de desenvolvimento social (educação, cultura, lazer e profissionalização) para jovens que, de forma privilegiada ou subalternas, estão incluídos no sistema; e políticas de controle social (segurança pública, justiça e programas de prevenção e repressão ao delito juvenil – crimes cometidos pelos jovens) destinados aos jovens econômica e socialmente excluídos ou vulneráveis.

Uma política voltada para a juventude não pode ser discriminatória; deve sim oportunizar o mesmo acesso a bens e direitos a todos os jovens, independente de classe econômica ou social, devendo haver a promoção de ações que possibilitem o protagonismo juvenil, sendo este uma forma construtiva de socialização, a fim de que aqueles desenvolvam seus potenciais enquanto pessoa, cidadãos e futuros profissionais (COSTA, 2006).

Atualmente, é bem verdade que existem avanços nas questões de políticas públicas para a juventude, decorrente da luta social dos próprios jovens, demonstrando uma atuação protagonista com mudanças efetivas em suas vidas. No âmbito do governo federal, por exemplo, tem-se a criação do Conselho Nacional de Juventude, da Secretaria Nacional de Juventude (em 2005), da realização da I e II Conferência Nacional de Juventude (2008 e 2011 respectivamente); a criação de alguns programas sociais como PROJOVEM, PROUNI, Jovem Aprendiz, Pronaf-Jovem e etc. A luta pela aprovação de um marco regulatório na construção de políticas públicas para juventude que resultou na construção do Plano Nacional de Juventude e a criação do Estatuto da Juventude (2013) (CAVALCANTE, 2015). Contudo, ainda se tem muito o que fazer, para que todos os jovens tenham na prática os mesmos direitos e garantias que possuem formalmente, nas legislações e faz-se necessária a participação destes sujeitos, atuando de forma protagonista, colaborando com ideias e opiniões sobre as temáticas e os interesses que constroem seu universo, buscando, desta forma, a transformação pessoal e social de suas vidas.

Mas, como garantir o fortalecimento dos jovens marginalizados enquanto sujeitos de direitos para que eles se enxerguem como atores sociais e protagonistas

de suas vidas? As atividades devem apontar para 3 (três) eixos principais: a) a resistência à dominação - desenvolvendo nos jovens um raciocínio crítico, bem como um interesse pela participação democrática e uma consciência cidadã, b) o amor a si mesmo – a liberdade pessoal como condição principal de sua felicidade e objetivo central;c) o reconhecimento dos demais sujeitos e o respaldo dado às regras políticas e jurídicas que dão ao maior número de pessoas as maiores possibilidades de viver como sujeitos(TOURAINE, 1993, *apud* CARRANO, 2009).

Para esse desenvolvimento se completar, é fundamental que o jovem possa processar a integração de sua experiência de vida e a sua vinculação com projetos pessoais referidos ao meio social: incrementar neles a capacidade de comportarem-se como atores sociais, de modificar seu entorno social para realizar projetos pessoais. Isso passa pelo fortalecimento do indivíduo, ou seja, pela chance de uma socialização satisfatória (pela educação, pela construção da autoestima, pela possibilidade de espelhar-se em papéis na vida adulta futura etc.), assim como pelo fortalecimento da capacidade de ser ator de sua própria vida: de escolher, julgar, ter projetos e sustentar relações sociais com outros (sejam relações de cooperação, consenso ou conflitos). O objetivo é “fortalecer a capacidade de ação dos jovens, contribuir para seu desenvolvimento pessoal integrado, intensificar a integração de sua experiência e a vinculação desta aos projetos” (CARRANO; BRENNER, 2008, p. 04).

1.3.2 Os Efeitos da Vulnerabilidade ou Exclusão Social na Vida dos Jovens

A partir do instante em que um grupo de sujeitos não consegue acompanhar seus pares no que diz respeito à prática consumerista ou ainda não disponha dos direitos básicos como educação, saúde, lazer, moradia digna, entre outros, estes sujeitos passam a ser considerados vítimas do fenômeno de vulnerabilidade ou exclusão social.

Para Campos (2004,p. 33),

a exclusão social manifesta-se crescentemente como um fenômeno transdisciplinar que diz respeito tanto ao não-acesso a bens e serviços básicos, como à existência de segmentos sociais sobrando de estratégias restritas de desenvolvimento socioeconômico, passando pela exclusão dos direitos humanos, de seguridade e segurança pública, da terra, do trabalho e da renda suficiente.

Por sua vez, Escorel(*apud* POPAY,2008,p. 36), seguindo o raciocínio acima exposto, afirma que

A exclusão consiste de processos dinâmicos, multidimensionais produzidos por relações desiguais de poder que atuam ao longo de quatro dimensões principais – econômica, política, social e cultural –, e em diferentes níveis incluindo individual, domiciliar, grupal, comunitário, nacional e global.

Os jovens que se encontram em situação de exclusão e vulnerabilidade sociais são aqueles que vivem negativamente as consequências das desigualdades sociais; da pobreza; da falta de vínculos afetivos na família e nos demais espaços de socialização; da passagem abrupta da infância à vida adulta; da falta de acesso à educação, trabalho, saúde, lazer, alimentação e cultura; da falta de recursos materiais mínimos para sobrevivência; da inserção precoce no mundo do trabalho; da falta de perspectivas de entrada no mercado formal de trabalho; da entrada em trabalhos desqualificados; da falta de perspectivas profissionais e projetos para o futuro; do alto índice de reprovação e/ou evasão escolar; da oferta de integração ao consumo e tráfico de drogas, bem como ao uso de armas (ABRAMOVAY, CASTRO, PINHEIRO, LIMA, MARTINELLI, 2002). Estes são os perigos e os riscos pessoais e sociais que constituem possíveis fatores que podem prejudicar o processo de crescimento e desenvolvimento do jovem ou mesmo limitar sua qualidade de vida (MEDEIROS, 1999).

Necessário se faz diferenciar o que vem a ser a situação de *risco* e de *perigo* as quais os jovens estão sujeitos a vivenciar. Moraes (2015, p. 65) elucida que o risco representa situações de vulnerabilidade tal que, se não for superada, pode vir a determinar futuro perigo ou dano para a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral da criança. Assim é definido perigo como uma ameaça à existência de alguém, diremos que risco é a eminência do perigo efetivo.

Importante observar também que os riscos e perigos não se encontram somente nas camadas sociais em que há pobreza e exclusão social, mas por razões discriminatórias e de visibilidade ou invisibilidade social, esta é a camada social onde mais “facilmente” se descobrem situações de risco e de perigo. Considera-se por isso que as famílias socialmente maltratadas contribuem para um risco mais elevado de abusos, pela situação de pobreza, desemprego, etc., e também pelo sentimento de exclusão social permanente (MORAIS, 2015, p. 65).

Streck (2006, p. 02) ao pesquisar juventude no contexto brasileiro afirma que

As opções de lazer para as classes pobres são reduzidas: não há bibliotecas, museus e áreas de esporte e faltam incentivos para baratear o acesso ao teatro, cinema e outras possibilidades culturais para estudantes. Com isso acaba-se tornando o local onde os jovens se encontram. Os jovens das classes abastadas se recolhem em shopping centers ou nas casas fechadas por altos muros e cercas. Para estes a rua se mostra como local de perigo, pois ali podem ser assaltados pelos jovens pobres.

Segundo Leiros (2002), as transformações socioeconômicas não foram acompanhadas pelo desenvolvimento social; a classe trabalhadora vem sobrevivendo em meio a um mecanismo de exploração que tem causado o empobrecimento crescente de grandes contingentes da população urbana e rural. Um recente ato governamental brasileiro que corrobora esse pensamento de Leiro foi a aprovação da lei que regulamenta a terceirização nas relações trabalhistas. A Lei que tramitou sob o número de Projeto de Lei (PL) nº 4.302/98 foi aprovada pela Câmara dos Deputados Federais, no último dia 22 de março de 2017, e segue para a sanção presidencial. A referida norma precariza as relações e os direitos trabalhistas conquistados ao longo da história, por meio de luta da classe proletariada. A exploração assinalada por Leiros evidencia-se, por exemplo, no não reconhecimento do vínculo empregatício entre o trabalhador e a empresa para a qual ele presta serviço (tomadora); sendo esta isenta de quaisquer responsabilidades perante a justiça do trabalho, havendo vínculo empregatício apenas perante a empresa que fornece a mão de obra terceirizada (prestadora).

Neste contexto em que ocorrem mudanças sociais e econômicas na família, a atenção que era destinada às crianças e aos adolescentes passou a ser dispersa e difusa, uma vez que as rápidas transformações sociais propiciam o comprometimento da função da família no processo de desenvolvimento da criança. A família, a fim de garantir a sobrevivência em uma sociedade onde impera um capitalismo selvagem, se viu obrigada a articular as mais variadas estratégias, como, por exemplo, o envio de seus jovens para as ruas em busca de uma atividade, um 'trabalho' que proporcione uma complementação para o orçamento familiar, como ser vendedor ambulante, flanelinha (aquele que cuida dos carros estacionados), engraxate, carregador de fretes em feiras e mercados.

Assim, as situações de risco e de perigo somadas a uma condição de vulnerabilidade social podem influenciar o desenvolvimento do sujeito, comprometendo a "aquisição de habilidades e o desempenho de papéis sociais,

dificultando, por exemplo, a transição da infância para a adolescência e desta para a idade adulta” (CALIL, 2003, p. 146).

Um estudo mais aprofundado possibilita concluir que, em regra, as leituras dos estudos acadêmicos produzidos sobre pobreza e exclusão social, como os apresentados acima, se ocupam em relatar as características e as consequências das situações; ela não é tomada como um fenômeno da sociedade brasileira. O que tem sido produzido é a descrição da população pobre ou a pobreza sendo entendida como geradora de outros problemas sociais.

Por fim, a problemática da exclusão social se torna ainda mais grave quando os ditos incluídos socialmente desenvolvem para com os excluídos um sentimento de indiferença e apatia, bem como de medo, ao ponto de desejarem, ainda que inconscientemente, a extinção dessa categoria do meio social. É o perigo de se fortalecer um pensamento denominado “*neonazismo*”, nos termos propostos por Oliveira (2004; p; 11) ao afirmar que

(...) concomitante à produção de seres humanos sem lugar no mundo, as pessoas ‘normais’ começam a desenvolver em relação a estes um sentimento de hostilidade, o que pode levar ao desenvolvimento de uma mentalidade exterminatória. Em outras palavras, a uma espécie de neonazismo alimentado tanto pelo medo que eles inspiram quanto pelo temor de se tornar um deles.

Nesse sentido, quando se atribui ao termo exclusão as múltiplas formas de privação esvaziam-se as discussões dos processos que o engendra; processos esses que envolvem, sobretudo, o campo da política. Lógicas distintas de discriminações, marginalizações, precariedade, expurgação, degradações das condições do trabalho e de sociabilidade recebem uma única denominação a *exclusão* (TEIXEIRA, 2012). Antes este cenário, as entidades não governamentais ou ONG’s criam espaços de convivência objetivando, principalmente, a redução desse fenômeno da exclusão social, utilizando-se de diversos meios, como a música percussiva, por exemplo, como é o caso do Projeto Batuque, desenvolvida pela ONG NADESG, como veremos minuciosamente na sessão a seguir.

1.4 Os Adolescentes do Projeto Batuque

Objetivando a chamada inclusão social a fim de que crianças e adolescentes tenham acesso a direitos e garantias constantes no ordenamento jurídico brasileiro, existe o Projeto Batuque, desenvolvido desde 2004, pela ONG Núcleo de Apoio e

Desenvolvimento Social de Garanhuns – NADESG que, por sua vez, é filiada ao Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.

Antes de adentrarmos na temática dos adolescentes que integram o referido projeto social, importante situarmos a cidade de Garanhuns. Localizada na região do Agreste Meridional do Estado de Pernambuco, distante 230 km de Recife, a capital do Estado, a cidade de Garanhuns conta com uma área de 472.461 Km²; possui 135.138 mil habitantes, segundo o último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2010), com uma concentração urbana de 88,00% dos habitantes. É uma cidade que explora o turismo, realizando festivais de música ao longo do ano, a saber: Festival Viva Dominginhos, no mês de abril; Festival de Inverno, no mês de julho; Natal Luz, em dezembro, entre outros. Possui um clima frio, chegando a temperatura a 12º C, atraindo muitos visitantes, durante todo o ano.

Nesse contexto, surgiu o projeto Batuque, em 2004, pela Organização Não Governamental (ONG) Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento Social de Garanhuns (NADESG) para atender, de início, a crianças e adolescentes em vulnerabilidade social; todavia, atualmente é permitida a presença e participação de jovens maiores de 18 anos. Por meio do referido projeto, crianças, adolescentes e jovens participam de aulas de percussão voltadas ao ensino de diversos ritmos da cultura popular pernambucana (coco, maracatu, ciranda, afoxé, etc), tendo como principais objetivos promover a inclusão social¹⁵ de crianças e adolescentes que se encontrem em situação de vulnerabilidade social, buscando a elevação da autoestima deles, para que possam se reconhecer como sujeitos de direitos e protagonistas de suas histórias de vida; bem como, trabalhar com tais sujeitos os valores éticos como o respeito à diversidade e a não discriminação, a liberdade, a cooperação, a igualdade, a busca por uma cultura de paz, fazendo emergir neles um novo olhar em relação ao mundo e, especialmente, apresentando a diversidade cultural do nosso povo, remetendo à reflexão da ressignificação de suas vidas e as relações humanas, valendo-se para tal, da utilização da música, como uma atividade prazerosa e lúdica (BATUQUE, 2004).

¹⁵ Durante conversas informais com a coordenação geral do Projeto, percebemos que a ideia de inclusão social do grupo se traduz no reconhecimento e identificação do próprio sujeito como cidadão. O fortalecimento da autoestima, a partir do instante em que eles se sentem valorizados e reconhecidos, integrantes de um grupo social, participando de eventos artísticos, mostrando suas habilidades e competências musicais, possibilita a eles se reconhecerem como agentes transformadores de suas realidades, empoderando-os para terem autonomia em suas vidas.

O principal meio de divulgação e convite para participação no projeto é feito pelas crianças e pelos jovens que convidam outros sujeitos dos seus círculos sociais mais próximos: bairro e escola. Há ainda a divulgação nas redes sociais, em especial, a página do facebook(<https://www.facebook.com/ProjetoBatuque>) mantida pelos jovens com o auxílio dos coordenadores. Os pais ou responsáveis também são convidados a comparecerem à sede do projeto para conhecerem e autorizarem o filho a participar das atividades ali desenvolvidas.

O projeto conta hoje com 33 alunos, sendo 05 crianças, com idades entre 10 e 11 anos; 15 adolescentes, com idade entre 12 e 17 anos¹⁶; e 13 jovens com idade entre 18 a 29 anos¹⁷. Para ingressar no projeto, não existe uma série de requisitos a serem preenchidos, todavia as crianças e os adolescentes precisam comprovar que estão matriculados e cursando uma série do ensino formal de educação ou já terem concluído o ensino médio (2º grau) e, embora o público-alvo sejam crianças e jovens em vulnerabilidade socioeconômica, cujas famílias sejam consideradas de baixa renda¹⁸ e que se encontrem inscritas em algum programa de distribuição de renda do governo, como, por exemplo, 'o Bolsa-Família', percebe-se que existem alunos de diferentes classes sociais participando do projeto, com o consentimento dos coordenadores.

A equipe técnica do Projeto Batuque atualmente é composta por: 01 coordenador geral, 02 instrutores de percussão; 04 bolsistas. Os instrutores de percussão não possuem nível superior, apenas um deles se encontra cursando licenciatura em música; a formação profissional dos instrutores decorre de cursos técnicos oferecidos por entidade do "Sistema S" (SENAC, SESC) e oficinas e cursos de curta duração.

As atividades são desenvolvidas aos sábados, durante o período da tarde, das 14h às 18h, na sede da entidade¹⁹, iniciando com um momento que eles chamam de "boas vindas" e aquecimento corporal, em seguida aulas teóricas e práticas sobre o ritmo a ser aprendido/ensaiado, posteriormente intervalo para

¹⁶ Este será o público alvo da nossa pesquisa, pelas razões expostas na introdução.

¹⁷ Os jovens que integram o projeto ingressaram quando ainda eram crianças e adolescentes e, ante a possibilidade de permanecer após completarem 18 anos de idade, optaram por continuar no grupo auxiliando os instrutores e os iniciantes.

¹⁸ Nos termos do Decreto nº 6.135/2007, art. 4º, inciso II, considera-se família de baixa renda aquela com renda familiar mensal *per capita* (por cabeça) de até meio salário mínimo ou a que possua renda familiar mensal de até 03 salários mínimos.

¹⁹ A sede do Projeto Batuque fica localizada à Rua Dr. José Mariano, 144, Heliópolis, Garanhuns/PE.

lanche e descanso, um momento de dúvidas, questionamentos e avaliação das atividades do dia e, por fim, divulgação de informações úteis ao grupo.

O financiamento do Projeto Batuque advém de uma verba repassada pelo grupo empresarial Ferreira Costa Ltda., com sede também no município de Garanhuns, ao Fundo da Infância e Juventude (FIA); este valor que integra o FIA é descontado do importo de renda da pessoa jurídica acima mencionada, nos limites estipulados por lei²⁰; funciona, em verdade, como um incentivo por parte do governo para que as empresas possam repassar valores e financiar projetos e ações destinados à causa da infância e juventude.

O espetáculo desenvolvido pelo Projeto Batuque é apresentado nos diversos eventos culturais da cidade, a saber o Festival de Inverno de Garanhuns, o Festival de Jazz de Garanhuns e outras festas que ocorrem nas regiões circunvizinhas, como nos municípios de Caetés, Capoeiras, Bom Conselho, Jupi, Lajedo, entre outras.

Logo, por tudo que nos foi dado a conhecer neste capítulo, é importante destacar que, de algum modo, a juventude sempre participou de demandas sociais constantes nas sociedades que eles ajudavam a compor, havendo, portanto, uma comunicabilidade entre o universo juvenil e o universo adulto. Contudo, esta interação acontecia ora de forma favorável ao protagonismo e em outros momentos nem tão favoráveis assim. Essa compreensão restará ainda mais perceptível a partir do capítulo seguinte, quando adentrarmos especificamente na temática do protagonismo juvenil, trazendo seu conceito, características, etapas e outros aspectos relevantes para o estudo ao qual nos propusemos.

²⁰ Conforme consta no artigo 1º, do Decreto nº 794/93, o limite máximo de dedução do Imposto de Renda devido na apuração mensal das pessoas jurídicas, correspondente ao total das doações efetuadas no mês, é fixado em 1% (um por cento). O ECA também prevê no artigo 260 esse repasse de valores de pessoas jurídicas para o FIA, determinando que: *“Os contribuintes poderão efetuar doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais, devidamente comprovadas, sendo essas integralmente deduzidas do imposto de renda, obedecidos os seguintes limites: I - 1% (um por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real”*.

Capítulo 2 O PROTAGONISMO JUVENIL E AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGs).

2. 1 Compreendendo o Protagonismo Juvenil

O termo “*protagonismo*” vem da ideia de ser *protagonista*, *protagonizar* uma situação; do grego “*prōtagōnistēs*: *prōto*=primeiro + *agōnistēs*=ator”; personagem principal ou mais importante de uma obra literária, teatral, cinematográfica ou de televisão; pessoa que, em um acontecimento qualquer, exerce papel relevante ou fundamental (SACCONI, 2010).

O protagonismo juvenil pode ser conceituado como uma atuação criativa, construtiva e solidária do jovem, junto a pessoas do mundo adulto (educadores), na solução de problemas reais na escola, na comunidade e na vida social mais ampla; é uma modalidade de ação educativa, por meio da qual se criam espaços e condições capazes de possibilitar àqueles o envolvimento em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso (COSTA, 2006).

Alguns autores apresentam os termos “responsabilização social”, “autonomia”, “identidade”, “cidadania” e “participação” como sinônimos de protagonismo juvenil, como é o caso de Ferreti, Zibas e Tartuce (2004), autores do texto *Protagonismo Juvenil da Literatura Especializada e na Reforma do Ensino Médio*.

Ribas Junior (2010), por sua vez, define o protagonismo juvenil como sendo a participação consciente dos adolescentes em atividades ou projetos de caráter público, que podem ocorrer no espaço escolar ou na comunidade: campanhas, movimentos, trabalho voluntário ou outras formas de mobilização.

Embora o protagonismo juvenil mantenha relação com os termos acima mencionados, possibilitando o desenvolvimento de capacidades e potenciais dos jovens a fim de que haja o empoderamento desses sujeitos, o tema apresenta algumas opiniões e correntes divergentes. Existem doutrinadores que afirmam que a participação e a opinião dos jovens é de fundamental importância para a transformação social, os enxergando como verdadeiros salvadores da pátria; outros compreendem esta participação como algo infrutífero e irrelevante, haja vista as opiniões dos adultos sempre prevalecerem; e, por fim, aqueles que defendem uma abstenção do fenômeno de participação social dos jovens por entenderem que os

problemas da comunidade, por exemplo, excedem a órbita de interesse cotidiano desses sujeitos.

Hart (1993), entretanto, afirma que a participação dos jovens nos assuntos que dizem respeito aos diversos espaços sociais que eles interagem e convivem é fator indispensável ao desenvolvimento de uma consciência cidadã, principalmente em Estados que se dizem democráticos. Em sua obra *La Participacion de Los Niños – De La Participacion Simbolica a La Participación Autentica* (1993) o referido autor assevera que

Ciertamente, se debe permitir que los niños tengan una infancia, pero no es realista esperar que repentinamente se conviertan en adultos responsables y participativos a la edad de 16, 18 ou 21 años, sin ninguna experiencia previa en las habilidades y responsabilidades que se requieren. Una comprensión de la participación democrática y la confianza e capacidad para participar sólo se pueden adquirir gradualmente por medio de la práctica; no pueden enseñarse como una abstracción.

No Brasil, o pioneiro e nome de referência no estudo do protagonismo juvenil foi o pedagogo mineiro Antônio Carlos Gomes da Costa, que sistematizou tal temática em sua obra intitulada *Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática*, publicada pela, com 02 (duas) edições – 2000 e 2006, sendo a base teórica da presente dissertação.

Breves considerações e delimitações merecem ser traçadas a partir do conceito de protagonismo juvenil adotado por Antônio Carlos Gomes da Costa e utilizado nesta pesquisa. Em um primeiro momento, é importante esclarecer de quais sujeitos estamos falando; quem são esses atores ou personagens principais aos quais nos referimos. É o que trataremos na próxima sessão.

2.2 O Ser Jovem: a adolescência e seus desafios

A adolescência é uma fase da vida marcada por inúmeras mudanças e uma série de desafios que ajudarão o sujeito a criar e consolidar uma identidade psicossocial, entendendo seu papel no mundo, descobrindo e afirmando desejos e vontades para consigo e para com os outros (amigos, amores, família, profissionais). Neste estágio, os indivíduos estão repletos de potencialidades cognitivas, exploram e ensaiam papéis sociais, sendo, pois, a sociedade um espaço de experimentação para o adolescente (MELO, 2009).

Essa fase de novidades e experiências foi bem estudada na Teoria do Desenvolvimento Psicossocial elaborada pelo psicanalista Erik H. Erikson. Ele

afirmava que cada estágio da vida está associado a lutas psicológicas que ajudam a moldar a personalidade do sujeito. Na sua teoria, a dinâmica da sociedade em que o indivíduo vive também é considerada influência determinante para a maneira como as mudanças emocionais são resolvidas.

Esta teoria apresenta 8 (oito) estágios ou idades da vida humana, sendo que a que nos interessa diz respeito ao quinto estágio ou quinta idade, denominada de *Identidade X Confusões de Papéis – Fidelidade* e que vai dos doze aos dezoito anos, justamente a fase da adolescência. Segundo, Carpigiani (2010), ao explicar a teoria de Erikson, nesse estágio/idade, o adolescente passa por uma série de mudanças biológicas, com o corpo mudando rapidamente e radicalmente, dando início ao processo de intimidade com o outro sexo e o futuro que se descortina à sua frente o colocando diante de inúmeras possibilidades e exigindo dele respostas rápidas, escolhas coerentes, devendo assumir compromissos pessoais, ocupacionais, sexuais e ideológicos. Nesta fase também se dá bastante importância ao Ego²¹, pois ele será responsável por firmar a identidade desenvolvida pelo adolescente durante as idades anteriores, dando uma continuidade coerente a esse processo de identificação e autoreconhecimento.

Melo (2009), seguindo o entendimento de Erikson, afirma que se o adolescente encontra pessoas à sua volta que o ajudarão na resolução dos diversos conflitos que ele enfrentará, este jovem acabará por desenvolver um sentimento de identidade pessoal; do contrário, poderá se desorganizar, perdendo a referência.

Erikson (*apud* CARPIGIANI, 2010) explica ainda que a mente do adolescente passa por um período que ele denominou de *moratória psicossocial*, onde o jovem já não é mais criança e ainda não é um adulto e esta fase de transição o torna ansioso, sentindo a necessidade de se afirmar perante seus pares, buscando amadurecer, assimilar valores de sua cultura, desenvolver o senso crítico, observar de forma particular a realidade e refletir utilizando suas atividades cognitivas.

As pesquisas científicas demonstram que a adolescência pode ser estudada e conceituada de várias formas, a depender de qual aspecto esteja sendo evidenciado (psicológico, jurídico, social, biológico, etc.). Na presente dissertação,

²¹Segundo Freud (*apud* MEDNICOFF, 2010), o Ego é o componente psicológico da personalidade, cujas funções básicas são percepção, a memória, o sentimento e os pensamentos e atua de acordo com o princípio da realidade, estabelecendo o equilíbrio entre as reivindicações do Id (inconsciente) e as exigências do Superego com relação ao mundo externo, mantendo, pois, o equilíbrio mental do ser humano.

trabalharemos com o aspecto jurídico, entendendo por adolescente o que determina a legislação brasileira vigente. Assim, a Lei nº 8.069/90, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), prevê em seu artigo 2º que adolescentes são todas as pessoas que se encontram na faixa etária entre 12 (doze) anos de idade completos e 18 (dezoito) anos de idade incompletos. Já o recente Estatuto da Juventude, instituído pela Lei nº 12.852/2013, prevê em seu artigo 15 que jovens são todas as pessoas que possuem entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. Segundo dados constantes no relatório *O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades*, produzido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2011), o Brasil possui uma população total de mais de 200 milhões de pessoas, dentre os quais, 21 milhões encontram-se na faixa etária entre 12 e 17 anos de idade. O Projeto Batuque, objeto de estudo desta dissertação, conta atualmente com adolescentes entre 12 e 17 anos de idade e, por tal razão, este será o nosso público-alvo; desta forma, a partir deste momento da pesquisa, a fim de uniformizarmos a nomenclatura, tornando a leitura e a compreensão mais pedagógica, trabalharemos apenas com o termo *adolescente* (e não mais com *jovens*) para identificar os sujeitos sobre os quais pesquisamos²².

Outro aspecto interessante do conceito de protagonismo juvenil adotado por Costa diz respeito a dois tipos distintos de desenvolvimento por ele possibilitado, quando vivenciado de forma plena: o desenvolvimento pessoal e o desenvolvimento social.

O desenvolvimento pessoal está relacionado ao fato de o protagonismo ser fonte de iniciativa, liberdade e compromisso estimulando as capacidades e competências dos jovens, possibilitando um autoconhecimento/autoconceito positivo; permitindo o desenvolvimento de uma autoestima, de uma autoconfiança e, por conseguinte, uma valorização do seu potencial enquanto ser humano, enquanto agente de transformação de sua própria vida.

A autoestima e a construção de uma identidade solidificada fundamentam todo o processo do crescimento pessoal do adolescente, pois se ele não for capaz de compreender-se e aceitar-se restará comprometido todo o curso do amadurecimento de sua personalidade (COSTA, 2006).

²² O termo “jovem” ou “juventude” será mantido nas citações diretas e indiretas para não descaracterizar o pensamento inicial do autor que for citado.

Afirmamos que o protagonismo juvenil atua como fonte de iniciativa por ele permitir o acolhimento das ideias colocadas pelos adolescentes para a resolução das situações-problemas, eles passam de expectadores a atores, envolvendo-se de verdade com o caso; já como fonte de liberdade é pelo fato dos adultos não tolherem tais ideias, mas sim discutirem juntos a aplicação dessas na dissolução do conflito e, por fim, é considerado fonte de compromisso porque os adolescentes participam de todas as etapas de resolução da adversidade, desde a aplicação da possível solução por eles encontrada até a avaliação dos resultados que deverão ser por eles assumidos, tanto em caso positivo quanto em caso negativo; o fazer parte da avaliação dos resultados e a responsabilização ser delegada aos próprios adolescentes objetivam torná-los mais conscientes e compromissados no momento de execução das soluções e faz parte do processo de amadurecimento emocional desses sujeitos.

Por sua vez o desenvolvimento social é a capacidade dos adolescentes ultrapassarem sua atuação voltada a interesses particulares e passarem a pensar de forma mais ampla, mais grupal, se importando com a comunidade em que vivem, preocupando-se com as questões sociais e interferindo de forma consciente nas demandas relacionadas ao bem-estar coletivo. É o que comumente denomina-se de “cidadania ativa”, “participação cidadã”.

2.3 O Protagonismo Juvenil Enquanto Educação

Enquanto modalidade educativa, o protagonismo juvenil não deve ser visto como uma atividade a ser desenvolvida apenas na área da educação formal. Sabemos que a educação é um processo maior do que a formação escolar e a transmissão de conteúdos intelectuais por meio da docência, sendo esta uma espécie daquela que é o gênero. Educa-se também sobre valores éticos, morais, respeito às diferenças, educa-se, enfim, para um projeto de vida.

Fundamentada em uma perspectiva sociológica, a educação traduz-se, pois, em um fenômeno de ensino-aprendizagem estabelecido entre indivíduos que compõem uma sociedade. A educação participa do processo de produção de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes; a educação existe por toda parte e muito mais do que a escola, é o resultado da ação de todo o meio sociocultural sobre os seus participantes (BRANDÃO, 1995).

Émile Durkheim, por sua vez, afirma que a educação seria

a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina. (DURKHEIM, 2010).

Não discordando da perspectiva de Durkheim, mas a complementando, de acordo com as diretrizes que fundamentam o protagonismo juvenil e as demandas de uma sociedade contemporânea, podemos afirmar que educar é criar espaços para que o educando possa empreender ele próprio a construção do seu ser, ou seja, a realização de suas potencialidades em termos pessoais e sociais, deixando de ser mero receptor de informações e conteúdo e sendo, de fato, fonte de iniciativa, liberdade e compromisso, conforme explicado anteriormente (COSTA, 2006).

A educação a que nos referimos e que possibilita o desenvolvimento de uma atuação protagonista por parte dos adolescentes é a educação que consta do relatório *Educação, um tesouro a descobrir*, produzido por Jacques Delors para a UNESCO, ao coordenar um grupo de quatorze educadores integrantes da Comissão Internacional Sobre educação para o Século XXI.

Nos termos do relatório, o modelo de educação que atende as exigências de uma sociedade contemporânea, marcada pelas constantes e aceleradas descobertas e transformações em todas as áreas das ciências, devendo o ser humano ser capaz de não apenas deter o conhecimento científico/tecnológico, mas sim saber tirar o máximo de proveito destes para o bem-estar individual e social, se organiza em torno de 4 (quatro) grandes eixos: a) *Aprender a ser*; b) *Aprender a conviver*; c) *Aprender a fazer* e d) *Aprender a aprender*.

Aprender a Ser relaciona-se com o fato do educando preparar-se para agir com autonomia, solidariedade e responsabilidade; descobrir-se, reconhecer suas forças e limites e aprender a superá-los; desenvolver a autoestima, o autoconceito, gerando autoconfiança e autodeterminação, bem como aprender a construir um projeto de vida que leve em conta o bem-estar pessoal e da comunidade.

Aprender a Conviver significa ter, o educando, a capacidade de comunicar-se, interagir, não agredir, decidir em grupo, cuidar de si, do outro, e do lugar em que se vive, valorizar o saber social; compreender, respeitar e valorizar o outro e a interdependência entre todos os seres humanos, bem como participar e cooperar, aprender a gerir conflitos e manter a paz.

Aprender a Fazer, por sua vez, diz respeito à capacidade dele (educando) de praticar os conhecimentos adquiridos; habilitar-se a ingressar no mundo do trabalho moderno e competitivo tendo por foco a formação técnica e profissional, o comportamento social, a aptidão para o trabalho em equipe e a capacidade de tomar iniciativa.

Aprender a Aprender, por fim, denota o domínio da leitura, da escrita, da expressão oral, do cálculo e da solução de problemas pelo educando, bem como visa despertar a curiosidade intelectual, o sentido crítico, a compreensão do real e a capacidade de discernir e de construir as bases que permitirão ao indivíduo continuar aprendendo ao longo de toda a vida.

Cada eixo da educação que deve ser buscada e implementada neste século XXI corresponde a um tipo de competência indispensável para que o adolescente atue de forma protagonista nas relações sociais: o aprender a ser é a chamada *competência pessoal*; o aprender a conviver diz respeito à *competência social*; o aprender a fazer se refere à *competência produtiva* e o aprender a aprender traduz-se na *competência cognitiva*.

Esta concepção de educação que integra o Relatório da Organização das nações Unidas (ONU) vem sendo desenvolvida e difundida desde 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

2.4 Etapas do Protagonismo Juvenil

Como toda forma de ensino-aprendizagem, o protagonismo juvenil possui algumas etapas que o caracterizam e que precisam ser rigorosamente seguidas. Costa (2006) nos afirma que são 5 (cinco) as etapas, a seguir enumeradas: a) *Iniciativa* (definir o que deve ser feito); b) *Planejamento* (definir quem vai fazer o que, como, quando, onde e com quais recursos); c) *Execução* (colocar em prática o que foi planejado); d) *Avaliação* (verificar se os objetivos foram alcançados, analisar o que deu certo, o que precisa ser evitado e o que precisa ser melhorado no desempenho do grupo); ee) *Resultados* (decidir coletivamente o que fazer com os resultados, a quem atribuí-los e, no caso de resultados financeiros e/ou materiais, como utilizá-los), sendo fundamental que os jovens contribuam e participem de todas essas etapas.

A etapa 1 – *Iniciativa* – ocorre no momento em que os adolescentes são colocados diante da situação-problema; esta lhes é apresentada e eles são

desafiados a buscarem soluções para a mesma; a busca pela solução perpassa pela reflexão da situação, as possíveis causas da mesma e a compreensão de todo o contexto para que haja uma melhor atuação dos adolescentes. Suponhamos, por exemplo, que uma determinada comunidade apresente alto índice de homofobia. Ao constatarem tal situação, insatisfeitos, os adolescentes daquela comunidade passam a se reunir com os líderes comunitários e a conversarem sobre tal problemática; buscando descobrir as possíveis causas (radicalismo religioso, preconceito difundido no núcleo familiar, desconhecimento sobre alteridade e direitos humanos, etc.). Após isso, os adolescentes decidem promover quinzenalmente, na localidade, atividades de combate à homofobia, a fim de conscientizar os moradores sobre os malefícios desta prática, inclusive, criminosa. A etapa de *Iniciativa* foi cumprida, pois os adolescentes chegaram à conclusão de quais atividades iriam realizar.

A etapa 2 – *Planejamento* - caracteriza-se pela preparação para colocação em prática das atividades propostas; é a fase de pré-execução do que foi decidido na fase de iniciativa. Juntos, os adolescentes e os adultos definem as responsabilidades de cada um deles, os prazos a serem cumpridos, os meios e métodos que serão utilizados para alcançarem o objetivo proposto. Seguindo com nosso exemplo acima, nesta fase aqueles adolescentes e os adultos decidiriam pela realização de atividades como palestras, apresentações culturais (teatro, dança, jogos), rodas de diálogo, atividades lúdicas-infantis; que recursos didáticos utilizariam (computador, microfone, datashow), escolheriam o espaço físico de realização do encontro, a forma de divulgação do mesmo, o prazo de duração desse projeto, sendo todas as práticas sempre voltadas ao combate à homofobia.

A etapa 3 – *Execução* – diz respeito à realização efetiva do que foi decidido e planejado nas etapas 1 e 2. Assim como nas anteriores, o ideal é que esta etapa também se desenvolva havendo a prevalência da relação de colaboração entre os adultos e os adolescentes. Continuando com o exemplo dos adolescentes e o combate à homofobia, esta seria a etapa de concretização do evento propriamente dito, com a realização das palestras, das apresentações culturais e demais práticas por eles escolhidas, ao longo de todo o período de concretude do projeto que pode ser de 3 (três) meses, 6 (seis) meses, 1(um) ano, por exemplo.

A etapa 4 – *Avaliação* – é o momento de verificação do alcance ou não dos objetivos propostos; adolescentes e adultos passam a analisar os pontos positivos e negativos da fase de execução, bem como quais condutas precisam ser evitadas ou

reforçadas, caso o projeto vá ter continuidade. Nesse momento, os adolescentes do exemplo em tela, que planejaram combater a homofobia na localidade em que residiam, verificariam quais os fatos positivos e negativos do projeto, que atividades foram bem aceitas pelo público, quais não devem ser repetidas, quais não foram implementadas e que poderão ser utilizadas em uma possível continuidade do projeto.

A etapa 5 – *Resultados* – é a última etapa; é a fase na qual se verifica se a realização das atividades foi satisfatória ou não, se haverá continuidade ou a finalização do projeto e, em caso de obtenção de recursos financeiros/materiais, decidem como os mesmos serão utilizados. Nesse momento, os adolescentes citados nos exemplos das fases anteriores, observam se houve a redução ou extinção dos casos de homofobia no bairro, ou ainda um aumento na ocorrência desta prática, bem como se acham por bem continuar com as atividades quinzenalmente por mais algum período, ou ainda, abordarem outro tema de relevância naquela comunidade.

2.5 Formas de Não Protagonismo

O protagonismo juvenil é uma atividade educativa desenvolvida entre adolescentes e adultos, de um modo solidário, tendo em vista que estes, em tese, já vivenciaram experiências diversas quando estavam na fase da adolescência, se encontrando, pois, aptos para auxiliarem aqueles nessa fase marcada por uma infinidade de descobertas. Pode parecer um método simples e fácil de ser desenvolvido: bastariam proporcionar aos adolescentes a vivência de uma situação/problema e deixar que eles encontrassem a melhor solução, havendo, por parte dos adultos, apenas interferências pontuais e diretivas.

Contudo, auxiliar os adolescentes não significa que o adulto deva agir e resolver o conflito por eles. Estas interferências pontuais e diretivas precisam ser bem analisadas, merecendo uma atenção e observação constantes, para evitar que haja a prevalência das principais formas de não protagonismo ou não participação, a saber: *manipulação*, *simbolismo* e a *decoreção*.

A *Manipulação* significa um conjunto de verbalizações emitidas por um indivíduo, em uma interação com outro, no sentido de imprimir neste, de modo planejado, outras formas de agir, que facilitem a realização funcional de um objetivo (LÉ SENECHAL MACHADO, 1997). É o caso, por exemplo, de adultos que

escrevem um texto para ser lido pelo adolescente em um determinado evento, como se o mesmo tivesse sido escrito pelo próprio adolescente e representasse as ideias dele. Como bem afirma Hart (2000), seria o nível mais baixo de participação dos adolescentes que, sem terem o real discernimento da situação, acatam e reproduzem comportamentos e ideias pré-estabelecidas pelos adultos; estes, por sua vez, não compreendem e não reconhecem o potencial dos pensamentos e das ideias dos adolescentes e contribuem apenas para propagação da chamada cultura adultocêntrica, por meio da qual, as ideias dos adultos é que sempre prevalecem; os adultos é que determinam como os adolescentes devem agir em determinadas situações. Hart afirma ainda que os adultos agem desta forma por entenderem que os fins justificam os meios.

O *Simbolismo* é outra forma comum de não protagonismo dos adolescentes. Caracteriza-se pela presença de alguns adolescentes em eventos como conferências, congressos, etc., e estes são convidados a preferirem algumas palavras, mas que, no fim das contas, não terão qualquer relevância para o evento; seria apenas uma participação emblemática, para lembrar aos adultos que os jovens existem e que são considerados importantes. Mas, contraditoriamente, a fala deles não possui importância alguma dentro do contexto em que eles são chamados a se manifestarem; é para, de fato, simbolizar a (não) participação destes.

E chegamos à participação *Decorativa* por meio da qual os adolescentes estariam presentes para receberem um lanche, um passeio, assistirem a um espetáculo, tentando fazer crer que a presença deles significa adesão àquela causa; é quando o adolescente se faz presente, mas não tem o direito de fala e de expressar sua opinião, por exemplo.

As formas de não protagonismo são muito comuns nas relações entre adultos e adolescentes, justamente pela predominância cultural de uma educação bancária, adultocêntrica, tendo na figura do educador a fonte de todo o saber, o detentor de todo o conhecimento, e os adolescentes como meros sujeitos em formação, receptivos, possuindo uma atuação passiva no processo de ensino-aprendizagem, no qual seus conhecimentos, ideias, desejos e vontades são irrelevantes e desmerecidos e a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los (FREIRE, 1987).

Falando em formas de relacionamento entre adultos e adolescentes, indispensável tecer breves comentários sobre as modalidades mais comuns desta relação que são a *Dependência*, *Colaboração* e *Autonomia*.

A *Dependência* caracteriza-se pela total ausência da participação dos adolescentes nas atividades propostas pelos adultos, sendo-lhes imposta uma forma pré-ordenada de atuação, com imposição de limites e tarefas delegadas a cada sujeito; tudo imposto de maneira unilateral pelos adultos. Ocorre, por exemplo, quando os professores propõem aos adolescentes que eles montem e apresentem uma peça teatral para a comunidade onde a escola está localizada, mas os próprios professores já trazem o texto, as falas, o roteiro todo pronto, bem como escolhem quem será qual personagem, o que será utilizado no cenário, etc; restando aos adolescentes apenas a atividade de memorização das falas, já que eles serão os personagens.

A *Colaboração*, por sua vez, possibilita uma atuação mais expressiva por parte dos adolescentes; estes podem discutir propostas apresentadas pelos adultos, podem apresentar ideias para serem acolhidas, avaliadas por todos, a fim de que juntos, adultos e adolescentes, realizem as atividades e alcancem os objetivos propostos. Tomando por base o exemplo acima citado, na relação de colaboração, os adolescentes poderiam escolher a temática da apresentação teatral, abordando algum problema vivenciado naquela comunidade, bem como ajudar os professores na elaboração dos textos, cenário, figurino e demais atividades relativas ao evento.

A relação do tipo *Autonomia* caracteriza-se pelo fato dos adolescentes se responsabilizem por todas as etapas da atividade, inclusive, a apresentação da proposta parte deles mesmos e não dos adultos; a função dos adultos restringe-se a supervisionar a realização dos trabalhos dos adolescentes e, interferirem quando e se solicitados. Retomando o exemplo anterior, seria o caso dos alunos adolescentes desenvolverem, sozinhos, todas as etapas necessárias à montagem da peça teatral, sem a participação dos adultos, seja esta participação de ideias ou execução das atividades. É importante que se diga que nesta relação de Autonomia não há a exclusão da participação dos adultos; a presença deste torna-se indispensável enquanto facilitador. O que não deve acontecer é a interferência do facilitador de forma a tolher a participação dos adolescentes, descaracterizando, pois, a relação de autonomia ou ainda vindo a incorrer em uma das formas de não-protagonismo já discutidas.

A relação ideal e mais favorável ao desenvolvimento do protagonismo juvenil é a de *Colaboração*, onde serão criados espaços para o diálogo saudável, o debate de ideias, bem como será concedido o poder de fala para os adolescentes e para os adultos, numa interação de cooperação, onde os adolescentes contarão com o conhecimento acumulado e a experiência de vida adquiridos pelos adultos e estes, por sua vez, contarão com todo o potencial dos jovens, com ideias renovadoras e um novo jeito de ver o mundo, aproveitando todo o potencial criativo, o interesse em desbravar o mundo, a forma empreendedora e a vitalidade que são próprias desta fase da vida marcada por tantas descobertas, como é a adolescência. Os adolescentes, portanto, não devem ser encarados pelos adultos como um problema ou alguém que ameace sua autoridade; pelo contrário, eles devem ser reconhecidos em si mesmos como possibilidade de solução dos impasses por eles vividos.

2.6 Protagonismo Juvenil Enquanto Direito Humano Positivado²³

A autonomia e participação dos jovens nas diversas demandas pessoais e sociais a fim de colaborar com a solução de situações problemas não estão restritas apenas a uma ideologia filosófica adstrita ao mundo das ideias ou exposta em obras bibliográficas daqueles que comungam com este pensamento. Mais que isso, elas possuem força normativa e encontram-se corroboradas em diversos documentos legislativos, tanto em âmbito internacional, sendo os mesmos ratificados pelo Brasil, quanto em âmbito nacional, conforme passaremos a discorrer, respeitando-se uma ordem cronológica de publicação dos mesmos, buscando proporcionar uma melhor compreensão.

Um dos primeiros documentos normativos a trazer a participação dos adolescentes enquanto direito positivado foi a Declaração Universal dos Direitos das Crianças, promulgada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1959, contendo 10 (dez) princípios a serem fielmente seguidos pelos países que a ratificaram. Dentre eles, merece destaque a primeira parte do princípio VII onde se lê que

A criança tem direito a receber educação escolar, a qual será gratuita e obrigatória, ao menos nas etapas elementares. Dar-se-á à criança uma educação que favoreça sua cultura geral e lhe permita - em condições de igualdade de oportunidades - desenvolver suas aptidões e sua individualidade, seu senso de responsabilidade social e moral. Chegando a ser um membro útil à sociedade. (grifo nosso)

²³Positivado aqui significa o direito que é posto, escrito, previsto expressamente nos textos normativos.

Embora a expressão protagonismo juvenil não tenha sido mencionada, esta decorre da interpretação lógica do princípio. Conforme o texto, a educação deve proporcionar a capacitação destes sujeitos possibilitando a eles vivenciar situações que os farão desenvolver a responsabilidade social e os tornando úteis à sociedade como um todo e, particularmente, útil à comunidade em que vivem, podendo vir a serem agentes transformadores e de melhoria daquela realidade.

Aliás, uma curiosidade histórica diz respeito à omissão na utilização da expressão “*Protagonismo Juvenil*” em documentos oficiais, normas, revistas e outras referências bibliográficas. A primeira vez que o termo foi utilizado no cenário internacional data apenas de março de 2001, em publicação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) intitulada *Protagonismo juvenil en proyectos locales: lecciones del Cono Sur* (CEPAL e UNESCO, 2001), sendo esta publicação resultado do Encontro Sobre Melhores Práticas em Projetos com Jovens do cone Sul, tendo reunido 40 (quarenta) jovens que representavam 20 (vinte) projetos em andamento em 4 (quatro) países: Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai. No cenário brasileiro, a utilização desta expressão foi atribuída justamente ao pedagogo mineiro Antônio Carlos Gomes da Costa, conforme visto no tópico anterior. (SOUZA, 2009).

O ano de 1985 foi escolhido pela ONU o primeiro *Ano Internacional da Juventude*²⁴, fundamentado no slogan “Participação, Desenvolvimento e Paz”, havendo a realização em diversos países de eventos voltados às políticas públicas para a juventude, como o Congresso Mundial da Juventude (Barcelona), Conferência Internacional da juventude e o Festival Mundial da Juventude (Kingston, Jamaica), entre outros. A ONU reconhecia naquele momento a importância da participação direta dos jovens na construção do futuro da humanidade e a contribuição valiosa que podem fazer em todos os setores da sociedade, bem como a disposição da juventude para expressar suas ideias sobre a construção de um mundo melhor e mais justo e a necessidade de difundir entre os jovens os ideais de

²⁴O ano de 2011 foi também escolhido como Ano Internacional da Juventude e teve por slogan o tema “Diálogo e Entendimento Mútuo”, tendo por objetivo promover os ideais de paz, respeito pelos direitos humanos e solidariedade entre gerações, culturas, religiões e civilizações (UNIC RIO, 2010). E, desde o ano de 2007, o dia 15 de setembro é considerado pela Assembleia Geral da ONU como o Dia Internacional da Democracia e o tema escolhido para 2014 foi “*Participação da Juventude na Democracia*” (MAGALHÃES, 2014).

paz, respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais, solidariedade humana e dedicação aos objetivos de progresso e desenvolvimento (A/RES/40/14).

Em 1989, a Assembleia Geral das Nações Unidas também aprovou outro documento de caráter normativo internacional: a chamada Convenção sobre os Direitos das Crianças, também conhecida como Convenção Internacional dos Direitos da Infância, proclamada, em 20 de novembro de 1989, através da Resolução nº 44/25, sendo no ano seguinte oficializada como lei internacional, sendo ratificada por 193 países exatamente 30 (trinta) anos após a publicação da Declaração dos Direitos da Criança (UNICEF, 2016). Composto por 54 artigos e dividido em 3 (três) partes, este documento foi ratificado pelo Brasil em 24/09/1990 e promulgado em nosso território pelo Decreto nº 99.710 de 21/11/1990. Em seus artigos 12 e 13 consta o seguinte:

Artigo 12

1. *Os Estados Partes garantem à criança com capacidade de discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade. (grifo nosso)*

Artigo 13

1. *A criança terá direito à liberdade de expressão. Esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e divulgar informações e idéias de todo tipo, independentemente de fronteiras, de forma oral, escrita ou impressa, por meio das artes ou de qualquer outro meio escolhido pela criança. (grifo nosso)*

Importante observar o fato do texto acima trazer apenas a expressão “criança”, referindo-se a uma fase específica da vida que no Estado brasileiro diz respeito às pessoas entre 0 (zero) e 12 (doze) anos de idade incompletos. Contudo, para fins deste documento internacional, criança é todo ser humano que tenha até 18 (dezoito) anos de idade incompletos, nos termos do artigo 1º desta mesma Convenção²⁵ que ainda permite outra idade inferior para se conceituar criança desde que esteja em conformidade com a legislação aplicável do país que a ratificou; isto é o que ocorre no Brasil, como vimos em item anterior, não havendo, pois, nenhum conflito de aplicação das referidas normas em território nacional.

²⁵Art.1. Para efeitos da presente convenção considera-se como criança todo ser humano com menos de 18 anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes.

Esta lei possibilitou o início da liberdade de expressão e participação das crianças e adolescentes de forma mais ativa na sociedade e nas políticas públicas a elas destinadas. Isto reflete, inclusive, o momento histórico em que o Brasil vivia; após a redemocratização do país e a promulgação da Constituição Federal de 1988 que foi responsável pela modificação do tratamento destinado àqueles sujeitos, passando os mesmos da condição de propriedade dos pais ou objeto de medidas judiciais, quando infratores, à condição de sujeitos de direitos; havendo ainda a substituição da Doutrina da Situação Irregular do Menor à Doutrina de Proteção Integral, conforme visto no capítulo anterior. Logo, enquanto sujeitos de direitos a eles não poderia ser negada a autonomia para expressar suas ideias e pensamentos, bem como para participarem da vida pública que os circunda, em defesa dos próprios interesses e do bem comum.

Esta mesma Convenção determina que os Estados adotem as medidas necessárias para garantir o direito de participação e liberdade de expressão, inclusive para as crianças com deficiência, nos termos do artigo 23²⁶, possibilitando a garantia, entre outros, do princípio da igualdade de direitos.

No que concerne à legislação nacional, além das Convenções acima mencionadas terem sido ratificadas pelo Estado brasileiro, passando, pois, a integrarem o ordenamento jurídico pátrio, outras normas foram positivadas assegurando o protagonismo juvenil. A própria Constituição Federal de 1988 dispõe em seu artigo 205 que *“a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”* (destaque nosso). O protagonismo juvenil nada mais é do que um processo educacional que permitirá aos jovens a preparação necessária ao pleno desenvolvimento deles visando, entre outros objetivos, a uma participação social mais efetiva, mais proativa, quando adentrarem na fase da vida adulta.

Para fins de protagonismo juvenil, como já discutido, a educação não é considerada apenas em seu aspecto formal, realizado em instituição regular de ensino, pública ou privada, mas sim diz respeito a um processo de aprendizagem vivenciado em outros campos e instituições sociais, tais como família, igreja,

²⁶Art.23 1. Os Estados Partes reconhecem que a criança portadora de deficiências físicas ou mentais deverá desfrutar de uma vida plena e decente em condições que garantam sua dignidade, favoreçam sua autonomia e facilitem sua participação ativa na comunidade.

organizações não governamentais, etc., conforme previsto na Lei nº 9.394/96, que institui as diretrizes e bases da educação nacional, especificamente em seu artigo primeiro²⁷.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei nº 8.069/90, prevê em seu artigo 16, inciso II, V e VI que o direito à liberdade conferido aos adolescentes compreende o direito de opinar e se expressar, bem como de participar da vida familiar, comunitária e política; e no artigo 53 a previsão do direito dos adolescentes organizarem e participarem de entidades estudantis, nos termos abaixo transcritos:

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

II - opinião e expressão;

V – participar da vida familiar e comunitária, sem qualquer discriminação;

VI - participar da vida política, na forma da lei;

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

IV- direito de organização e participação em entidades estudantis;

Por sua vez, a Lei nº 12.852, promulgada em 5 de agosto de 2013, é responsável por instituir o denominado Estatuto da Juventude, dispondo especificamente sobre os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, bem como sobre o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Este estatuto contém 48 artigos que tratam especificamente da questão dos jovens no país, regulando as relações a serem desenvolvidas entre eles e o Estado, a sociedade, as instituições de ensino, entre outros. Em muitos dos artigos, podemos ler expressamente sobre o direito de participação dos jovens na vida social, comunitária, política e, embora não tenhamos condições de analisar todos os itens ali contidos em virtude limitação da própria pesquisa, alguns merecem destaque por tratar mais diretamente sobre a temática do protagonismo juvenil.

O referido estatuto prevê como princípios a promoção da autonomia e emancipação dos jovens, entendida esta como a trajetória de inclusão, liberdade e participação do jovem na vida em sociedade; bem como a valorização e a promoção também da participação social e política dos jovens no desenvolvimento do País, de forma direta e por meio de suas representações; tudo isto conforme disposto em seu artigo 2, abaixo transcrito.

²⁷Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 2º O disposto nesta Lei e as políticas públicas de juventude são regidos pelos seguintes princípios:

- I - promoção da autonomia e emancipação dos jovens;
- II - valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;
- III - promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País;

Já o artigo 3º²⁸ estabelece como diretrizes para os agentes públicos ou privados que estejam envolvidos com políticas públicas de juventude o incentivo à ampla participação juvenil em sua formulação, implementação e avaliação²⁹, bem como ampliar as alternativas de inserção social do jovem, promovendo programas que priorizem o seu desenvolvimento integral e participação ativa nos espaços decisórios. A própria lei, em seu artigo 4º conceitua o que vem a ser essa participação juvenil, definindo-a como

- I - a inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais;
- II – o envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades, regiões e o do País;
- III – a participação individual e coletiva do jovem em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude ou de temas afetos aos jovens; (...)

No que tange à legislação estadual, o governo de Pernambuco publicou a Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008, que cria o Programa de Educação Integral e tem por objetivo o desenvolvimento de políticas direcionadas à melhoria da qualidade do ensino médio e à qualificação profissional dos estudantes que integram a rede pública. Esta lei complementar prevê em seu artigo 3º que compete à Unidade Técnica de Coordenação do referido programa educacional implantar o Projeto de Protagonismo Juvenil nas escolas vinculadas ao Programa de Educação Integral.

O Projeto de Protagonismo Juvenil também é desenvolvido no Estado de Pernambuco em parceria com o Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação (ICE), uma entidade sem fins econômicos, fundada em 2003, por iniciativa do setor privado, que objetivava desenvolver um novo modelo de escola e resgatar,

²⁸ Art. 3º Os agentes públicos ou privados envolvidos com políticas públicas de juventude devem observar as seguintes diretrizes:

- II - incentivar a ampla participação juvenil em sua formulação, implementação e avaliação;
- III - ampliar as alternativas de inserção social do jovem, promovendo programas que priorizem o seu desenvolvimento integral e participação ativa nos espaços decisórios;

²⁹ Essas são algumas das etapas que integram o protagonismo juvenil, descritas no subitem 3 deste capítulo (poderá mudar de numeração!).

inicialmente, a excelência do Colégio Ginásio Pernambucano, localizado na cidade do Recife. Este instituto tornou-se pioneiro à nível nacional e responsável pela criação do Programa de Educação Integral, e hoje já conta com unidades operacionais em diversos Estados da federação, tais como Sergipe, Rio de Janeiro, Piauí, Ceará. Na área do protagonismo juvenil, o instituto busca desenvolver atividades tendo por diretrizes, entre outras (ICE, 2010):

- ✓ Educação para Valores (EPV) – formar o jovem como pessoa humana, dotado da capacidade de iniciativa (ação), liberdade (opção) e compromisso (responsabilidade) para fazer escolhas baseado nos valores universais da humanidade, que garantam o respeito pela vida humana, pelo meio ambiente, a dignidade da pessoa, a ética nas decisões e nas relações que estabelece de maneira fraterna, solidária e justa;

- ✓ Protagonismo Juvenil – formar o jovem mediante práticas e vivências – na escola e nas comunidades – que o levem a atuar como parte da solução, e não parte do problema, pelo exercício sistemático da cidadania ativa, construtiva, criativa e solidária;

- ✓ Práticas e Vivências – criação de oportunidades educativas para o jovem que objetivem ao desenvolvimento de valores e competências pessoais e sociais necessárias à integração de seu projeto de vida com o projeto de sociedade na qual está inserido;

- ✓ Presença Educativa – ampliar e qualificar as relações entre os adultos e os jovens na comunidade educativa e fora dela, sendo fonte de inspiração e referência na passagem do mundo adolescente para o mundo adulto;

Ainda sobre a normatização do protagonismo juvenil, temos as Resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), criado pela Lei nº 8.242/91. O CONANDA é um órgão colegiado, permanente, de caráter deliberativo e composição paritária, vinculado atualmente ao Ministério da Justiça, previsto no artigo 88 da lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O CONANDA expede resoluções com força normativa, dentre as quais merece destaque a Resolução nº 149, de 26 de maio de 2011, que dispõe sobre a participação de crianças e adolescentes nas comissões organizadoras da IX Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, nas Conferências Estaduais, Distrital e Municipais, sendo a proporção de 1 adolescente/criança para 2

adultos, cabendo ao estado propiciar meios a fim de garantir a efetiva participação destes sujeitos, incentivando, desta forma, o protagonismo juvenil.

Por fim, em 2011, foi aprovado pela plenária do CONANDA o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, cuja vigência vai até o ano de 2020. O referido plano conta com uma série de diretrizes, objetivos, metas e ações que devem ser executados em atuação conjunta pela sociedade civil e pelo governo, nas três esferas de poder – federal, estadual e municipal. O eixo nº 03, intitulado Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes, possui como diretriz o fomento de estratégias e mecanismos que facilitem a participação organizada e a expressão livre de crianças e adolescentes, em especial sobre os assuntos a eles relacionados, considerando sua condição peculiar de desenvolvimento, pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, nacionalidade e opção política; e tem por objetivos: a) promover o protagonismo e a participação de crianças e adolescentes nos espaços de convivência e de construção da cidadania, inclusive nos processos de formulação, deliberação, monitoramento e avaliação das políticas públicas; b) promover oportunidades de escuta de crianças e adolescentes nos serviços de atenção e em todo processo judicial e administrativo que os envolva; c) ampliar o acesso de crianças e adolescentes, na sua diversidade, aos meios de comunicação para expressão e manifestação de suas opiniões (CONANDA, 2011).

Em todas as normas positivadas e aqui analisadas, percebemos o traço comum da intenção do legislador de não só garantir, mas também estimular a participação social dos jovens, principalmente por meio dos processos de educação, justamente para que eles possam desenvolver suas aptidões e capacidades de resolução de conflitos, para fins de transformação pessoal e social e o alcance de um dos objetivos presentes em nossa Constituição Federal de 1988 que é a construção de uma sociedade mais digna, livre, justa, solidária e voltada à prevalência dos direitos humanos³⁰.

2.7 AS ONG's Enquanto Espaço De Protagonismo Juvenil.

As Organizações Não Governamentais (ONGs) ganharam destaque social por serem consideradas espaços de convivência e aprendizado, tornando-se meio

³⁰Art. 3º, CF/88. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

de desenvolvimento de atividades e negociação visando o alcance de resultados de interesse coletivo; por isso são apresentadas como “canais de participação social” ou ainda instrumento ou intermediário de participação social, o que não significa necessariamente que são os únicos locais onde essa participação social venha a ocorrer (SOUZA, 2006).

As ONGs configuram-se como verdadeiros espaços de prática do que vem a ser a educação *não formal*, entendida esta como a educação que busca preparar os indivíduos para a ação coletiva, para a participação comunitária e social de maneira crítica, consciente e cidadã.

Tais entidades integram o denominado Terceiro Setor da economia³¹, distinguindo-se do Primeiro Setor por não ter natureza jurídica de entidade pública e do Segundo Setor por não desenvolver atividades empresariais lucrativas. Passemos agora a uma contextualização histórica indispensável a um melhor entendimento sobre esses agentes sociais, compreensão do seu conceito, momento de seu surgimento e sua forma de atuação na sociedade.

As ONGs são entidades privadas, porém desenvolvem atividades de interesse público, não possuem finalidade lucrativa, têm autonomia de gestão e atuam em diversas áreas, buscando a promoção do bem-estar coletivo e o desenvolvimento social. Por não possuírem finalidade lucrativa, toda renda gerada por atividades desenvolvidas pelas ONGs deve ser reinvestida nas atividades fins, trabalhadas pela própria entidade e não distribuídas entre os administradores da organização.

Embora não haja uma definição jurídica formal sobre o termo ONG, este foi designado pela ONU na década de 40, tendo sido expressamente utilizado em documento formal pela primeira vez na Carta de São Francisco³², promulgada em 26 de junho de 1945 e ratificada pelo Brasil em 22 de outubro do mesmo ano, por meio do Decreto nº 19.841/45. A referida Carta de São Francisco fazia referência às entidades não oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para

³¹Tal definição relaciona-se com a divisão clássica da economia em 3 (três) setores, onde o Primeiro Setor é formado pelos órgãos e demais entidades públicas, ou seja, pelo Estado e as atividades por ele desenvolvidas e o Segundo Setor como sendo formado pelo chamado mercado, pelo capital, que tem por integrantes as empresas privadas que desenvolvem atividades comerciais a fim de auferirem lucratividade.

³²Carta de São Francisco. **Artigo 71.** O Conselho Econômico e Social poderá entrar nos entendimentos convenientes para a consulta com *organizações não governamentais*, encarregadas de questões que estiverem dentro da sua própria competência. Tais entendimentos poderão ser feitos com organizações internacionais e, quando for o caso, com organizações nacionais, depois de efetuadas consultas com o Membro das Nações Unidas no caso. (destaque nosso).

executar projetos de interesse social, sob a égide de uma filosofia de trabalho denominada “Desenvolvimento de Comunidade” (GOHN, 1997). Este período da história foi marcado pelo fim da Segunda Guerra Mundial e o início da chamada Guerra Fria, entre duas potências mundiais – Estados Unidos da América (EUA) e a extinta União Soviética, cada um deles representando sistemas socioeconômicos diversos e antagônicos: capitalismo e socialismo, respectivamente. Os EUA, objetivando conter o sistema socialista, para o qual já havia perdido parte do mercado dominado pelo capitalismo no Leste Europeu, passaram a subsidiar programas econômicos, políticos e culturais nos países subdesenvolvidos que formavam a América latina e a África, difundindo o estilo de vida americano e o combate às ideias socialistas e comunistas. Assim, nas décadas de 50 e 60 os EUA criaram fundos para a assistência e desenvolvimento de outros países por meio de ONGs; sendo que estes fundos deram origem a fundações específicas tais como Inter-American Foundation e a Asia Foundation (GOHN, 1997; FRANÇA, 2003). Tal política também foi seguida por países como Alemanha, Suécia, Austrália, Holanda, Noruega e Canadá que juntos criaram a Assistência Oficial para o Desenvolvimento – ODA, na década de 1970.

No Brasil, o surgimento das ONGs deu-se nas três últimas décadas e vem se configurando mediante movimentos sociais de diversas naturezas, os quais canalizam recursos, vivenciam experiências e elaboram conhecimentos (KLEBER, 2008). O período anterior, caracterizado pelo regime militar que vigorou no Brasil e em vários países da América Latina, impossibilitava uma atuação conjunta e o desenvolvimento de parcerias entre tais entidades e o governo ditatorial, agravada pela violação dos direitos humanos e pela ausência de espaços de participação social (FRANÇA, 2003). Contudo, mesmo diante da existência de um regime político autoritário, houve no Brasil o desenvolvimento de ONGs denominadas cidadãs que demarcaram seu papel enquanto agentes de redemocratização, bem como iniciavam uma luta por melhores condições de vida e acesso à cidadania, diferenciando-se de outras ONGs que lutavam contra o regime político (FRANÇA, 2003; GOHN, 1997).

Apenas a partir da década de 80, portanto, com o fim do regime militar, e a instalação da Assembleia Nacional constituinte (1987), que culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, denominada também de “Constituição Cidadã”, as ONGs contribuíram apresentando propostas de atuação e

participação popular na nova ordem constitucional, propondo mudanças relacionadas ao fortalecimento da democracia e dos direitos humanos.

Um relatório publicado em 2012³³ por meio da parceria entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) constatou que havia no Brasil 290,7 mil Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos, voltadas, predominantemente, à religião (28,5%), associações patronais e profissionais (15,5%) e ao desenvolvimento e defesa de direitos (14,6%). As áreas de saúde, educação, pesquisa e assistência social (políticas governamentais) totalizavam 54,1 mil entidades (18,6%). Quanto à localização delas, a maior parte concentrava-se na região Sudeste (44,2%), Nordeste (22,9%) e Sul (21,5%), estando menos presentes no Norte (4,9%) e Centro-Oeste (6,5%) (ABONG, 2012)³⁴.

A partir da bibliografia consultada, constatamos que a principal área de atuação das ONGs quando de seu surgimento relacionava-se com a filantropia e o assistencialismo, tendo a Inglaterra como pioneira nesta área, com a implantação de programas de distribuição de alimentos, remédios, roupas, dando origem a entidades como a Cruz Vermelha, com sede em Genebra, na Suíça; entre outras (GOHN, 1997). A filantropia³⁵ e o assistencialismo³⁶ são práticas sociais, difundidas a priori pelos movimentos religiosos, principalmente a Igreja Católica, fundamentando-se na ideia de “caridade”, de “fazer o bem” àqueles considerados

³³Este relatório fundamenta-se nos resultados do último censo realizado e publicado pelo IBGE, em 2010.

³⁵Filantropia – deriva das expressões gregas *philos* e *anthropos* que conjugadas, traduzem-se livremente como “amor” e “ser humano”. Filantropia significa então ‘amor à humanidade’, ou, de forma mais ampla, o amor ao gênero humano e a tudo o que lhe diz respeito. A filantropia expressa-se por meio da ajuda ao próximo sem que haja interesse em uma troca ou retribuição, e é realizada por indivíduos ou por grupos de indivíduos organizados. O termo foi criado pelo imperador romano Flávio Cláudio Juliano, responsável por restaurar o paganismo como a religião dos romanos, que o utilizou para equiparação ao termo ‘caridade’, uma das virtudes da nova religião cristã. No Brasil, a tradição da filantropia inicia-se a partir das atividades da Igreja Católica, nos primórdios do Brasil colônia. Mais precisamente, a partir da fundação da Santa Casa de Misericórdia de Santos em 1543. A atuação das Igrejas na assistência às comunidades mais necessitadas, durante todo o período colonial, até o início do século XIX. A partir do século XX, outras religiões passam também a atuar no campo da caridade com fins filantrópicos, e observa-se o crescimento do número de organizações religiosas, confessionais e assistenciais oferecendo seus serviços à população excluída das políticas básicas de educação e saúde (PIMENTEL, 2011).

³⁶O assistencialismo é a ação de pessoas, organizações governamentais e entidades sociais junto às camadas sociais mais desfavorecidas, marginalizadas e carentes, caracterizada pela ajuda momentânea, filantrópica, pontual (doações de alimentos e medicamentos, por exemplo). Tal prática, desprovida de teoria, não é capaz de transformar a realidade social das comunidades (PROCÓPIO, 2012).

pobres de recursos financeiros e materiais, bem como levando adiante por um Estado de bem estar social a fim de manter uma relação de clientelismo, significando esta uma ação de troca entre sujeitos que, por um lado, demandam um serviço de caráter essencialmente público, que normalmente não poderia ser obtido por meio do mercado; e, de outro, por aqueles que administram ou que possuem acesso aos que decidem sobre a concessão desse serviço (MORAIS; MULLER; PASE; 2012).

A filantropia, o assistencialismo e o clientelismo são formas de relações sociais totalmente opostas à ideia do protagonismo. Aquelas se caracterizam pelo fato de os sujeitos assistidos, os “clientes”; apenas terem suas necessidades básicas emergenciais atendidas momentaneamente. Como bem elucida Maria Luíza Marcílio (1998; p. 134)

Do período colonial até meados do século XIX vigorou a fase [...] caritativa. O assistencialismo dessa fase tem como marca principal o sentimento da fraternidade humana, de conteúdo paternalista, sem pretensão a mudanças sociais. De inspiração religiosa, [...] privilegiam a caridade e a beneficência. Sua atuação se caracteriza pelo imediatismo, com os mais ricos e poderosos procurando minorar o sofrimento dos mais desvalidos, por meio de esmolas ou das boas ações [...], esperam receber a salvação de suas almas, o paraíso futuro e, aqui na terra, o reconhecimento da sociedade e o status de beneméritos. Ideologicamente, procura-se manter a situação e preservar a ordem, propagando-se comportamentos conformistas.

O protagonismo, por sua vez, apresenta a ideia da autonomia dos sujeitos envolvidos a fim de que haja uma transformação na realidade social de maneira efetiva e a transformação dependa mais do potencial existente em cada protagonista do que nas ações e instituições envolvidas, sendo estas apenas meio para o alcance de tal finalidade.

A Lei nº 13.019 promulgada em 31 de julho de 2014³⁷ é o instrumento legal que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e, embora não traga expressamente o termo ONG, regula justamente as relações a serem desenvolvidas por essas

³⁷Esta lei também é conhecida como Marco Regulatório do Terceiro Setor ou das Organizações Não Governamentais.

entidades que são espécie do gênero organizações da sociedade civil. A referida lei em seu artigo 2º conceitua organização da sociedade civil como sendo,

I - entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva.

O financiamento das atividades de uma ONG pode advir de diversas fontes: doações particulares de pessoas físicas ou jurídicas, doações por parte do governo, doações por organismos internacionais e ainda atividades próprias, objetivando a sustentabilidade. Para o recebimento destas doações ou captação de recursos, é necessário que a ONG disponha de um projeto no qual constem os objetivos, a metodologia e as etapas a serem desenvolvidas pelas entidades e, ao final das atividades propostas, deve haver a devida prestação de contas dos valores recebidos.

A questão do financiamento das ONGs se apresenta de forma delicada causando desconfiança e sendo fonte de muitas críticas e investigações quanto ao correto investimento dos valores recebidos por tais entidades; as investigações fundamentam-se na ideia de coibição do enriquecimento ilícito por parte dos dirigentes. Com o aumento considerável do número de ONGs no Brasil e, conseqüentemente, o repasse de verbas oriundas dos cofres públicos na relação de cooperação que se estabeleceu entre tais entidades e o Estado brasileiro, a fiscalização por meio de órgãos como o Tribunal de Contas e o Ministério Público foi bastante reforçada, culminando inclusive com a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito, chamada também de “CPI das ONGs”, criada por meio do Requerimento nº 201/2007 do Senado Federal, tendo por objetivo a análise do repasse de recursos federais para ONGs e OCIPs no período de 1999 até 30 de abril de 2009, tendo como relator o senador Inácio Arruda e como presidente o senador Heráclito Fortes³⁸.

Conforme consta no referido relatório, aproximadamente 5 bilhões de reais foram transferidos durante o período de 2001/2007 a cerca de 7.700 entidades

³⁸ Relatório disponível na página virtual do Senado Federal, no seguinte endereço: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/194594/CPIlongs.pdf?sequence=6>>. Acesso em 05 de maio de 2016.

denominadas ONGs. Porém, por meio do relatório da CPI das ONGs, descobriu-se que muitas das entidades estariam envolvidas em esquemas de corrupção e lavagem de ativos, bens e valores oriundos da iniciativa privada e pública.

Frequentemente, diversos termos são utilizados como sinônimos de ONGs sendo os mais comuns: associações privadas, entidades beneficentes de assistência social, organizações sociais (OS) e organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP). Contudo, esses três últimos termos - entidades beneficentes de assistência social, OSCIP e OS – dizem respeito, em verdade, a um título ou qualificação emitido pelo poder público, regulado por lei, em favor de ONGs, desde que estas venham a cumprir os requisitos predeterminados, tendo por finalidade a concessão de alguns benefícios para tais organizações, como isenção fiscal e a possibilidade de firmar termos de parceria com o poder público, havendo o repasse de recursos públicos para o financiamento das atividades da ONG³⁹.

Comumente também ouvimos muito as expressões “sociedade civil organizada” ou “organização da sociedade civil – (OSC)” que referem-se ao multifacetado universo das organizações constituídas livremente por cidadãos que atuam diante da carência de produtos e serviços que o Estado não atende de modo satisfatório e o mercado não tem interesse de atender. Pertencem a esse universo as organizações de base (*grassroots*) ou entidades comunitárias, voltadas para a promoção do desenvolvimento local e liderança de lutas populares; as organizações intermediárias de assessoria e pesquisa (*thinktanks*) ou de defesa e promoção de direitos (*advocacy*); as fundações que realizam programas de interesse social (operadoras) ou financiam projetos sociais realizados por terceiros (*grantmakers*); e as antigas entidades assistenciais, de atendimento direto a populações carentes, que praticam a filantropia em sentido estrito (OLIVEIRA; HADDAD; 2001).

As ONGs voltadas à juventude se apresentam dispostas a cumprir com a função social que o Estado lhe delegou, constituindo-se em novos espaços de socialização, a fim de possibilitarem aos jovens a construção de novos papéis enquanto sujeitos autônomos, livres e protagonistas de suas vidas.

³⁹ As OSCIPs são reguladas pela Lei nº 9.790/99; já as OS pela Lei nº 9.637/98 e as Entidades Benéficas de Assistência Social pela Lei nº 8.742, de 08/12/1993 e pelos Decretos nº 2.536, de 06/04/98; Decreto nº 3.504, de 13/06/00; e Resolução nº 177, de 10/08/00 do Conselho Nacional de Assistência Social.

O desenvolvimento de atividades e negociação é imprescindível para uma atuação social efetiva. Essas habilidades permitem que o sujeito argumente em favor dos interesses e ideais nos quais acredita visando à promoção dos mesmos, permitindo a existência de um processo de diálogo permanente em que o que deve prevalecer não é uma opinião isolada, seja do adolescente, seja do adulto, mas o resultado de diferentes visões acomodadas num consenso construído com respeito de ambos (UNICEF, 2002).

O discurso propagado pelas ONGs que atuam junto aos jovens é de que buscam a participação dos adolescentes em seus projetos a fim de que eles possam se fortalecer e desenvolver-se enquanto cidadãos ativos capazes de transformar a própria realidade e a realidade social na qual estão inseridos. Integrar as referidas entidades possibilita a eles uma notoriedade e o conhecimento de valores cívicos, morais, políticos, indispensáveis a esta atuação protagonista e à prática da cidadania ativa.

Como segue afirmando Souza (2006)

O exercício da atividade individual numa sociedade composta por atores sociais é o princípio da existência e funcionamento do terceiro setor. Assim, o enunciado do protagonismo juvenil, possível graças a essa mesma matriz discursiva, encontra nas atividades do terceiro setor um campo fértil para sua disseminação e consolidação.

Tal entendimento também é corroborado por TORO (2006) ao afirmar que

Quando uma pessoa pertence a muitas organizações de uma forma ativa, suas idéias e ações repercutem em todo o âmbito dessas organizações. Uma pessoa sozinha, sem nenhuma organização, não tem influência na sociedade, e outros podem facilmente ignorar ou violar seus direitos. Como dizia Tocqueville, a associação e o saber associar-se compõem a ciência-mãe de uma sociedade; todo o resto depende disso (TORO, 2006, p. 16).

A experiência de participar de projetos em ONGs, em todas as fases – iniciativa, planejamento, execução, avaliação e resultados – vai desenvolvendo e fortalecendo nos adolescentes competências estratégicas fundamentais para a democracia, possibilitando a eles atuarem contribuindo para a construção de uma sociedade mais ética, mais tolerante, onde se busque a justiça social, a paz, prevalecendo o respeito à diversidade sociocultural e, de modo geral, uma sociedade em que os direitos humanos estejam ao alcance de todos.

É nesse cenário que se insere a ONG Núcleo Apoio ao Desenvolvimento Social de Garanhuns – NADESG – fundada no dia 17 de novembro de 1997,

possuindo sede própria, e composta por 20 (vinte) Organizações Não Governamentais que atuam nas mais diversas áreas de promoção social junto a crianças, adolescentes e jovens no município de Garanhuns, localizado na região do agreste do Estado de Pernambuco. Esta entidade é filiada ao Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.

Consta no estatuto social da entidade NADESG que esta tem por objetivo geral desenvolver e promover programas, projetos e ações voltadas ao desenvolvimento sustentável nas dimensões econômica, social, tecnológica, cultural, educacional, político-institucional e ambiental, visando o fortalecimento da cidadania e a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos atendidos; e, dentre os objetivos específicos, tem-se o desenvolvimento de programas, projetos e ações de promoção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiências e segmentos populacionais discriminados.

Assim, após breve explanação da NADESG, passaremos ao próximo capítulo, onde será feita à análise de dados com a apresentação dos resultados alcançados após a metodologia aplicada, tais como questionários, entrevistas, observação participante, traçando um paralelo com a teoria do protagonismo juvenil, nos moldes apresentados especialmente pelo educador Antônio Carlos Gomes da Costa e abrangendo outros conceitos que se encontram implícitos nesta teoria, como autoestima, desenvolvimento pessoal e social, valores humanos, entre outros.

Capítulo 3 Protagonismo Juvenil e Direitos Humanos no Projeto Batuque

Neste capítulo, explicaremos o processo de análise de dados obtidos a partir das entrevistas com os adolescentes do Projeto Batuque, bem como por meio dos documentos disponibilizados pela coordenação do referido projeto e da observação participante.

3.1 Aspectos Metodológicos

O método utilizado para a análise de dados foi a Análise de Conteúdo nos termos propostos por Laurence Bardin (1977, p. 42) que define este método como

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Inicialmente, realizamos a *pré-análise* dos dados, que é a fase de organização propriamente dita e consiste em tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise (BARDIN, 1977, p. 96). Essa apreciação dos documentos, por meio da leitura flutuante, possibilitou a formação do chamado *corpus* que é o conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. Assim, nosso *corpus* foi constituído pelo estatuto da ONG NADESG; o documento formal onde consta a descrição do Projeto Batuque contendo as seguintes informações: os objetivos a serem alcançados, o modo de desenvolvimento das atividades propostas e o orçamento disponível a ser utilizado; a transcrição das entrevistas realizadas com os jovens do Projeto Batuque; e as anotações realizadas no diário de campo escrito enquanto observadora participante.

Documentos devidamente separados, iniciamos a etapa de codificação que é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades de registro, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo (BARDIN, 1977, p. 103). A unidade de registro por nós utilizada foi o *tema* que é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura. A realização de uma análise temática consiste em descobrir

os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido (BARDIN, 1977, p.105).

Definimos, então, o seguinte tema “A experiência do protagonismo juvenil, enquanto direito humano, pelos jovens do Projeto Batuque”; este tema foi escolhido por manter relação direta com o objetivo geral da presente pesquisa, qual seja: compreender o significado e a vivência do protagonismo juvenil, voltado para uma cultura de direitos humanos, a partir das experiências vividas por jovens que integram um projeto social desenvolvido pela ONG NADESG, no município de Garanhuns/PE.

Em seguida, procedemos à etapa de categorização, isto é, a criação de categorias e, se necessário, subcategorias, para a melhor compreensão dos dados da pesquisa. Consiste na fase de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos (BARDIN, 1977, p. 117). Bardin nos informa ainda que as categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos - unidades de registro - no caso da análise de conteúdo. Em suma, as categorias seriam uma forma de sintetizar a comunicação constante dos documentos a serem analisados. Logo, para a nossa unidade de registro temática, criamos as seguintes categorias e subcategorias:

1. Desenvolvimento Pessoal

- 1.1. Liberdade de Iniciativa
- 1.2. Compromisso
- 1.3. Autoestima

2. Desenvolvimento Social

- 2.1. Cidadania Ativa
- 2.2. Relacionamento Interpessoal

As categorias e subcategorias propostas, que serão explicadas adiante, justificam-se por se relacionarem às formas de experimentar, sentir, viver o protagonismo juvenil, nos termos propostos por Costa (2000), já delineados no capítulo anterior, no item 2.4. *Etapas do Protagonismo Juvenil*⁴⁰.

⁴⁰ A teoria sobre o Protagonismo Juvenil, nos termos propostos pelo pedagogo mineiro Antônio Carlos da Costa, se encontra descrita no capítulo 2 da presente dissertação.

A categoria Desenvolvimento pessoal faz relação com o conjunto de potencialidades que o protagonismo juvenil pode proporcionar aos adolescentes relativamente à transformação pessoal do mesmo, enquanto ser humano individualizado, ainda que pertencente a um grupo; tal pertencimento não anula suas características pessoais, particulares. Significa a fonte de *iniciativa, liberdade e compromisso* estimulando as capacidades e competências dos jovens, possibilitando um autoconhecimento/autoconceito positivo, uma elevada estima por si mesmo, ou seja, a *autoestima* que, nos dizeres de Mosquera e Stobaus (2008), reside no conhecimento individual próprio e no desenvolvimento das potencialidades do ser, na percepção dos sentimentos, atitudes e ideias que se referem à dinâmica pessoal.

A autoestima e a construção de uma identidade solidificada fundamentam todo o processo do crescimento pessoal do adolescente, pois se ele não for capaz de compreender-se e aceitar-se restará comprometido todo o curso do amadurecimento de sua personalidade (COSTA, 2006).

Esta categoria também revela um dos eixos que integram o relatório *Educação, um tesouro a descobrir*⁴¹, produzido por Jacques Delors para a UNESCO, definindo o novo modelo educacional do século XXI e de uma sociedade contemporânea; trata-se do eixo *Aprender a Ser que está atrelado* ao fato do educando preparar-se para agir com autonomia, solidariedade e responsabilidade; descobrir-se, reconhecer suas forças e limites e aprender a superá-los; desenvolver a autoestima, o autoconceito, gerando autoconfiança e autodeterminação, bem como aprender a construir um projeto de vida que leve em conta o bem-estar pessoal e da comunidade (retomando as ideias contidas no capítulo 2 da presente dissertação, especificamente na página 52).

Por sua vez, a categoria desenvolvimento social diz respeito a outro conjunto de potencialidades que pode vir a ser proporcionado pelo protagonismo juvenil; a *cidadania ativa* que significa “a participação popular como possibilidade de criação, transformação e controle sobre o poder ou os poderes” (BENEVIDES; 1991, pág. 20), bem como a capacidade dos jovens serem considerados agentes de transformação social e buscarem o bem estar coletivo; fundamenta-se na capacidade dos adolescentes ultrapassarem sua atuação voltada a interesses

⁴¹ A síntese do mencionado relatório, contendo os 04 (quatro) eixos do modelo educacional, encontra-se descrita no capítulo 2 da presente dissertação.

particulares e pensarem de forma mais ampla, mais grupal, comunitária; para que, a partir desta nova percepção, venham a interferir de forma consciente junto a associações de bairro, igrejas, grupos desportivos, lideranças comunitárias, entre outras, ou ainda, com esses mesmos grupos, demandarem junto aos poderes públicos a efetivação de direitos e garantias já positivados no ordenamento jurídico e que estejam sendo negligenciados; desta forma, estariam atuando como *agentes de transformação* de uma realidade, por meio do exercício de uma *cidadania ativa*. E, por fim, o convívio com diferentes pessoas possibilitaria o desenvolvimento de um *relacionamento interpessoal*, onde deve sobressair uma cultura de reconhecimento dos direitos humanos, prevalecendo valores como respeito às diferenças, sejam elas de classe social, raça, gênero, orientação sexual, religião, liberdade de expressão, entre outros.

Esta categoria também reforça outro eixo do modelo educacional do presente século, nos termos descritos por Jacques Delors para a UNESCO, qual seja: *Aprender a Conviver* que significa ter, o educando, a capacidade de comunicar-se, interagir, não agredir, decidir em grupo, cuidar de si, do outro, e do lugar em que vive, valorizar o saber social; compreender, respeitar e valorizar o outro e a interdependência entre todos os seres humanos, bem como participar e cooperar, aprender a gerir conflitos e manter a paz.

A próxima etapa da análise de conteúdo consiste na descrição dos próprios dados obtidos com a pesquisa. Em uma abordagem tipo qualitativa como esta, consistirá na produção de um texto síntese em que se expresse o conjunto de significados presentes nas diversas unidades de análise incluídas em cada categoria e subcategoria, recomendando-se o uso intensivo de “citações diretas” dos dados originais. Neste caso, a fim de obtermos uma maior confiabilidade no resultado da análise dos dados optamos por relacionar trechos dos documentos originais disponibilizados pela ONG, bem como as anotações do diário de campo e as entrevistas transcritas⁴², feitas com os adolescentes selecionados.

A última etapa da análise de conteúdo proposta por Bardin é a *inferência*; tal palavra decorre do vocábulo ‘*inferir*’, que significa o ato de deduzir por meio do raciocínio (PASQUALE, 2009, p. 325); consiste, pois, na atividade de interpretação dos dados obtidos para análise. Embora a inferência refira-se mais basicamente à

⁴² Apenas serão transcritas para a presente dissertação as anotações do diário de campo e os trechos das entrevistas que forem pertinentes para a análise do tema, categorias e subcategorias propostas.

pesquisa quantitativa, com o teste inferencial das hipóteses, ela também pode ser utilizada na pesquisa qualitativa, como esta, guardando relação com o termo *interpretação*.

Como afirma MORAES (1999, p. 11),

Liga-se ao movimento de procura de compreensão. Toda leitura de um texto constitui-se numa interpretação. Entretanto, o analista de conteúdo exercita com maior profundidade este esforço de interpretação e o faz não só sobre conteúdos manifestos pelos autores, como também sobre os latentes, sejam eles ocultados consciente ou inconscientemente pelos autores.

A inferência possibilita ao analista a escolha entre duas vertentes, quais sejam: a interpretação com base em uma fundamentação teórica já explicitada a priori, sendo a análise baseada em um movimento de exploração e comparação entre os conceitos teóricos delineados e os significados expressos nas categorias de análise; e outra vertente na qual a teoria é construída a partir das categorias e da análise propriamente dita dos dados; a teoria, em verdade, emerge das informações obtidas durante a coleta de dados, sendo a própria construção da teoria uma interpretação (MORAES, 1999). Nossa pesquisa baseou-se na primeira vertente interpretativa, valendo-se dos fundamentos teóricos sobre protagonismo juvenil.

Por fim, Bardin (1977) salienta que o processo de inferência pode apoiar-se nos elementos constitutivos do mecanismo clássico da comunicação: *emissor*, *receptor* e *mensagem*. Em nossa pesquisa, os emissores foram o Projeto Batuque e os adolescentes entrevistados; como receptor o pesquisador e enquanto mensagem o estatuto de constituição da ONG NADESG, o documento formalizado do Projeto Batuque e as respostas das entrevistas realizadas com os adolescentes. Isto posto, passaremos agora à análise propriamente dita dos conteúdos.

3.2. Análise do Estatuto Social da NADESG e do Projeto Batuque

Os documentos oficiais disponibilizados pela ONG NADESG foram o estatuto de constituição da ONG NADESG, composto por 12 páginas, tendo sido institucionalizada no ano de 2000; sendo do tipo instituição “*guarda-chuva*” que são aquelas que ‘abrigam’/desenvolvem diversos objetos. A ONG acima mencionada iniciou seus trabalhos em 2000 com atividades de confecção de bonecas de pano com mulheres de baixa renda e que viviam na região de periferia da cidade de Garanhuns. Já quanto ao Projeto Batuque, cujas atividades foram iniciadas no ano de 2004 e também nos foi entregue o documento composto por 06 laudas, onde

estão descritos os objetivos a serem alcançados, o modo de desenvolvimento das atividades propostas e o orçamento disponível a ser utilizado.

No mencionado estatuto, consta como objetivo geral

“Desenvolver e promover programas, projetos e ações voltadas ao desenvolvimento sustentável nas dimensões econômica, social, tecnológica, cultural, educacional, político-institucional e ambiental visando o fortalecimento da cidadania e a melhoria da qualidade de vida” (p. 01).

E como um dos objetivos específicos

“Desenvolver programas, projetos e ações de promoção e defesa dos direitos humanos, especialmente de crianças e adolescentes, idosos, portadores de deficiências e segmentos populacionais discriminados” (p. 01).

Já o documento formalizado do Projeto Batuque traz como objetivos

A convivência e a capacidade de transformação do ser humano obtidos com a leveza e o prazer que as atividades lúdicas oferecem, tendo por público alvo crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social (p. 01).

Da análise dos textos acima transcritos, percebemos certa preocupação da ONG e da coordenação do Projeto Batuque em desenvolver atividades que priorizem os direitos humanos de crianças, adolescentes e jovens, despertando nestes sujeitos o interesse para que eles mesmos tornem-se os agentes transformadores de suas próprias vidas. Quanto a “convivência e a capacidade de transformação do ser humano”, descritas como objetivo do projeto, podem ser relacionadas com as subcategorias cidadania ativa e relacionamento interpessoal, da categoria Desenvolvimento Social, conforme explicação constante no tópico anterior. Para tanto, dizem utilizar-se de atividade lúdica que, em verdade, é a música, por meio dos instrumentos percussivos. Isso nos leva a compreender as práticas musicais enquanto articulações socioculturais de caráter eminentemente coletivo e interativo, ou seja, a música torna-se um eixo que congrega as demais atividades cuja característica principal é ser coletiva (KLEBER, 2008).

Kleber (2008) ainda afirma que o processo de ensino-aprendizagem da música apresenta uma dimensão sociocultural onde se percebe uma dimensão do espaço de circulação dos valores simbólicos, dos encontros, das relações intersubjetivas e interinstitucionais, dos conflitos e das negociações.

Contudo, a nosso ver, o excesso de concisão e objetividade presentes nos documentos analisados não permitiu uma maior compreensão da existência das

demais categorias e subcategorias, restando, pois, vaga e prejudicada uma análise pormenorizada. Esta situação pôde ser melhor apurada a partir da convivência com os jovens do projeto, quando do momento da observação participante e das entrevistas.

3.3. Análise das Entrevistas com os Adolescentes do Projeto Batuque

Nesta seção, analisaremos o entendimento sobre o referido tema, a partir das entrevistas realizadas, sendo do tipo semiestruturada, na qual o pesquisador elabora um roteiro com perguntas norteadoras, podendo, durante a realização da mesma, novos questionamentos surgirem e serem feitos, em virtude da dinâmica da própria entrevista, como de fato houve. Quanto a esta técnica, Manzini (1991, p. 54) afirma que

A entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

O roteiro foi composto por 02 partes: a primeira contendo perguntas que objetivaram a identificação do sujeito entrevistado: nome, escolaridade, idade, endereço e telefone para contato, composição do grupo familiar; e uma segunda parte com perguntas relativas à experiência dos entrevistados no Projeto Batuque.

A fim de alcançar nosso objetivo específico nº 1: “compreender a concepção dos adolescentes integrantes do projeto batuque sobre protagonismo juvenil e direitos humanos”, elaboramos as seguintes questões:

- a) Você já ouviu falar em protagonismo juvenil?
- b) Você se considera um adolescente protagonista? Por quê?
- c) Poderia relatar algum momento no qual você se considerou um adolescente protagonista?
- d) E em direitos humanos? Você acha que tem direitos humanos?

As perguntas foram propostas de forma direta a fim de obtermos respostas mais específicas e restritas em relação aos conceitos propostos; saber se tais acepções linguísticas eram, de fato, de conhecimento dos adolescentes.

Em seguida, para logarmos êxito em relação ao objetivo específico nº 2: “verificar se o direito humano ao protagonismo juvenil é vivenciado no Projeto Batuque”, lançamos as seguintes perguntas norteadoras:

- a) Você poderia falar um pouco sobre a sua rotina no projeto; como é sua dinâmica aqui?
- b) O que você acha da forma como o espetáculo é montado?
- c) Você é responsável por alguma área específica?
- d) Você já tinha essas responsabilidades antes de ser bolsista?
- e) E os alunos novatos? Como é feita a recepção deles?
- f) E sobre o momento dos ensaios? Você vai aprendendo a tocar o instrumento, errando e acertando. Como você encara esses momentos?
- g) E sobre a apresentação para o público? A expectativa de subir ao palco e tocar para o público? Você poderia falar desse momento também?

Essas perguntas visaram conhecer se àqueles adolescentes eram delegadas funções e responsabilidades no projeto, nos termos das etapas do protagonismo juvenil descrito por Costa (2000), quais sejam: iniciativa, planejamento, execução, avaliação e resultados; bem como buscar observar a existência da categoria Desenvolvimento Pessoal e suas subcategorias: liberdade de iniciativa, compromisso e autoestima.

Além destas questões, outro momento que identificamos como importante para a verificação da vivência ou não do protagonismo juvenil no Projeto Batuque foi o período de montagem do espetáculo, cuja primeira apresentação pública acontece sempre no mês de julho, durante o Festival de Inverno de Garanhuns (FIG); os 2 (dois) primeiros meses de atividades no projeto são dedicados à elaboração de um número artístico percussivo e os demais dedicados aos ensaios da referida apresentação. A partir da observação participante, buscamos constatar se os adolescentes estavam incluídos e engajados nas fases de montagem do espetáculo ou se estas eram realizadas apenas pelos instrutores de percussão.

Quanto ao que propusemos em nosso objetivo nº 3: “identificar se os adolescentes possuem uma atuação protagonista em outros contextos sociais com os quais eles interagem, como escola, comunidade, igrejas, entre outros” elaboramos as seguintes perguntas norteadoras:

- a) Fale-me um pouco da sua vida além do projeto; do seu bairro, como é a sua relação com colegas e vizinhos. Você integra algum grupo específico, liderança comunitária?
- b) Quais as dificuldades do bairro? Vocês já tentaram resolver algum problema do bairro junto aos órgãos públicos: prefeitura, câmara de vereadores, Ministério Público?

Por fim, tendo em vista a obtenção de dados para verificarmos a existência ou não da subcategoria relacionamento interpessoal voltada a uma cultura de paz e valorização dos direitos humanos no Projeto Batuque, solicitamos durante a entrevista que os alunos falassem sobre o relacionamento com os demais integrantes do grupo, incluindo os instrutores e a coordenação e se esses relacionamentos continuavam para além dos ensaios do projeto. Passemos agora a análise propriamente dita dos dados obtidos.

Dos 04 adolescentes, 02 residem com os pais, 01 com a avó e 01 apenas com a mãe. Nenhum dos sujeitos da pesquisa trabalha; apenas estudam: 01 em uma escola particular, 02 cursam o ensino médio em escolas públicas estaduais e 01 estuda no Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), 03 residem em bairros considerados periféricos da cidade e 01 reside em um bairro considerado nobre ou burguês; todas as escolas estão localizadas no município de Garanhuns/PE. Todos são bolsistas no projeto e não haviam integrado nenhum outro projeto social antes de ingressarem no Batuque. Importante salientar que todos os adolescentes tiveram seus nomes mantidos em sigilo a fim de respeitar a privacidade deles; nesta pesquisa, serão identificados como: “Adolescente 01”, “Adolescente 02”, “Adolescente 03” e “Adolescente 04”.

Quanto às questões do primeiro grupo, sobre o conhecimento de protagonismo juvenil e direitos humanos, os adolescentes afirmaram o que segue

Adolescente 01: Eu já ouvi falar... assim... algumas pessoas comentando na escola, na TV e tal. Mas, eu nunca fui procurar saber mais sobre o que era não... sei lá, não me interessei não. Eu não me acho não.

Questionamos, então, o porquê do adolescente nunca ter se interessado, ao passo que ele respondeu apenas *“sei lá...nunca quis assim...falta de interesse mesmo, sabe?”* Quanto à resposta sobre direitos humanos, o adolescente respondeu

Adolescente 01:Já. Assim... só que eu não sei muito... é... direitos humanos, tipo, o nome já diz né? O humano tem direito a algo, a opinar, falar, ser livre. Todo mundo tem direitos... educação, saúde, uma casa.

Os demais sujeitos responderam que

Adolescente 02: Assim...eu nunca ouvi falar não; mas, é esse negócio dos jovens participarem de alguma coisa né? Tipo da política, da cultura, da sociedade. Eu despertei pra isso quando eu entrei no IFPE, aí comecei agostar de ler, descobri que o povo tem poder; que antes a gente tinha que escolher entre votar em ladrão A ou ladrão B, mas, hoje sei que não tem que ser assim; se eu quiser eu posso ser protagonista.

Adolescente 02:Direitos humanos? Já, já sim; eu acho que é tipo assim o que a sociedade pode fazer a favor da gente e contra a gente, vamos dizer assim, é o limite, desse limite eles não podem passar; é a nossa capacidade, o que a gente tem direito, o que a gente pode, o que a gente deve, o que a gente tem capacidade de conseguir. É pra todo mundo e é pra todo mundo igual.⁴³

Adolescente 03:Não sei... Mas, eu conheço pessoas que fazem isso de protagonismo; só que assim eu não tenho vontade de participar porque eu não tenho conhecimento nessa área. Aí tipo, como a pessoa não conhece, a pessoa não tem muito interesse de ir.

Adolescente 03:Já... Mais ou menos assim... A gente vê na internet e na TV que o povo fala muito mal né? Que direitos humanos é só pra defender bandido. Eu nunca parei pra ler realmente sobre isso não. Mas, eu acho que cada pessoa tem o seu direito de alguma coisa na sociedade e eu acho que essas pessoas que... não sei se eu digo essas pessoas que fazem os direitos humanos... numsei..mas, eu acho que essas pessoas, de certa forma, é um meio de uma ajuda para aquelas pessoas que não conhecem o direito que tem em sociedade e eles lutam por isso sabe? É, eu acho...

Adolescente 04:já ouvi falar...é...o jovem protagonista é o jovem que assim...procura melhorar ao seu redor, no seu bairro, né? É o que eu tô fazendo lá no meu bairro, eu sou um jovem protagonista, na verdade⁴⁴.

Adolescente 04: Direitos Humanos né? É... assim...já ouvi falar sim. Direitos Humanos pra mim é saúde, é educação, é respeitar o outro, o jeito de ser dele e tal; e ainda tem a questão de assim: a gente paga imposto e a gente não tem uma infraestrutura do governo que era pra ter. É pra gente cobrar mais os direitos humanos e a assistência do governo. Porque tipo...o bandido é mais beneficiado pelos direitos humanos do que o cidadão de bem.

O adolescente 04 também destacou que

⁴³ Ao afirmar que “os direitos humanos é igual e para todos”, o adolescente 02, foi bastante enfático na sua fala e expressão facial, repetindo a frase mais de uma vez. Perguntei por que ele foi tão enfático e ele respondeu que era para não esquecer que era igual e para todos (Diário de Campo).

⁴⁴ O adolescente faz menção a um projeto social denominado “Percuciclando” que ele coordena no bairro onde reside – Parque Fênix – localizado em uma região de periferia do município de Garanhuns. No referido projeto, o adolescente ensina as técnicas percussivas que aprende no Projeto Batuque para crianças que moram naquela região e os instrumentos são confeccionados com materiais recicláveis, como tampas de garrafa de refrigerante (PET), pedaços de ferro e madeira, baldes de plástico, entre outros.

Só eu 'tando' aqui no projeto, sem ter que pagar, pra mim já é direito humano...eu acho assim sabe, porque eu tô tendo acesso a uma coisa que eu não ia ter se for pra pagar, a cultura, a música; tô aprendendo de graça.

Da análise das respostas acima transcritas, evidencia-se quanto ao protagonismo juvenil que 50% já ouviram falar, mas não têm interesse sobre o assunto alegando o próprio desconhecimento como causa do desinteresse; 25%, embora não tenham ouvido falar, relacionam-no com exercício do direito de voto, que seria um dos aspectos do protagonismo juvenil, qual seja, a participação política; e 25% relacionam o protagonismo juvenil à ideia do jovem que procura melhoria para seu entorno, tendo sido também este o percentual que se considerou um jovem protagonista.

Quanto ao conceito de direitos humanos, embora não tenham apresentado um conceito elaborado, 100% responderam que já ouviram falar sobre o assunto, relacionando-o aos direitos e garantias individuais e sociais presentes na Constituição Federal de 1988, tais como: liberdade de expressão, direito a igualdade, saúde, educação; 50% fizeram menção à relação entre “direitos humanos e bandidos”, evidenciando o entendimento de um senso comum fortemente presente na população de que “os direitos humanos só protege bandidos”, fortalecido principalmente pelo discurso midiático corroborado pela fala do adolescente nº 03 que diz *“a gente vê na internet e na TV que o povo fala muito mal né?”*; apenas 25% citaram o respeito ao outro e ao modo de vida dele como um direito humano.

Possivelmente, a falta de um maior conhecimento sobre os assuntos abordados pode decorrer da ausência de abordagem dos mesmos nos ambientes sociais em que os adolescentes estão inseridos, tais como a escola, a igreja e o próprio Projeto Batuque. Com a observação-participante e o acompanhamento dos ensaios, pudemos perceber que não há por parte dos instrutores uma abordagem teórica sobre esses assuntos ou ainda sobre a importância do adolescente ser protagonista de suas vidas e a importância dos direitos humanos. Não existe uma sistematização ou proposta de ensino-aprendizagem sobre protagonismo juvenil e direitos humanos para os adolescentes. As situações práticas e os desafios a serem enfrentados no projeto é que levam ao exercício prático destes conceitos. O protagonismo juvenil e direitos humanos apresentam uma abordagem mais empírica a partir dos ensaios, quando os instrutores delegavam algumas funções aos adolescentes, tais como auxiliar alunos novatos na aprendizagem dos toques e

ritmos, se responsabilizar e orientar todo o ensaio em determinado dia, sob a observação do instrutor, ou ainda em momentos de conversas informais durante e após os ensaios sobre respeito à diversidade de pensamento, de religião, de estilo de vida, entre outros.

Quanto ao segundo grupo de questões, sobre a vivência do protagonismo juvenil no projeto, será analisada a existência da categoria desenvolvimento pessoal e suas subcategorias: liberdade de iniciativa, compromisso e autoestima. Assim, obtivemos as seguintes respostas

Adolescente 01 Ah, a gente chega, cada um vai buscar seu instrumento, vê se tá tudo certinho; o instrutor conversa com a gente, orienta sobre o ensaio do dia, fala de algum toque novo e explica algumas coisas de percussão; (...) Eu gosto... eu nunca opinei não em que toque colocar, tirar... Eu acho que eles é que sabem né? Mas, eles perguntam, deixa livre e tal. Tem gente que traz um toque, aí eles encaixam na apresentação. Eu ainda não trouxe não. Mas, eu sou muito tímida também. (risos). (...) Área específica não... assim, todo mundo ajuda no que for preciso aqui; quem é bolsista, claro, tem mais responsabilidade e cobrança né? Tipo, eu tô responsável por ajudar o “adolescente nº 04” lá com o Percuciclando, providenciar o lanche para as crianças, a água para beber e tal, essas coisas. (...) Antes da bolsa eu fazia também essas coisas, sempre fiz; não mudou nada não; só acrescentou a responsabilidade com o Percuciclando que eu não tinha. Assim, quem sabe já os toques vai lá e repassa para os novatos para poder eles acompanharem os outros sabe; faz isso durante alguns ensaios; os instrutores também, mas é mais função da gente mesmo.

Adolescente 02: Eu chego, cumprimento todo mundo, vou buscar meu instrumento, pergunto se já teve algum aviso e tal, tiro alguma dúvida se tiver e vou ouvir os instrutores pra depois começar a ‘batucar’ (...) Eu num tenho muita iniciativa não; eu dificilmente começo alguma coisa assim, mas eu pego a ideia de outra pessoa e melhora, eu aproveito e coloco alguma ideia minha também, sabe? Eles perguntam quando a gente vai montar a apresentação se alguém quer dá uma ideia, quem tem um toque que queira ver se encaixa e tal, essas coisas assim. Sempre o que eu falo é muito bem recebido. Só que quando tá pertinho de uma apresentação não pode opinar mais não e nem mudar, porque assim, a gente não vai ter muito tempo pra ensaiar né? Aí pode errar e fica feio. (...) Área específica não, mas já que sou bolsista tenho que dá minha contribuição, vendo se tá tudo organizado, avisar aos instrutores se faltar algo, tipo água, papel, lanche, essas coisas. (...) Sempre fiz; a diferença com a bolsa é que você ganha um dinheirinho aí fica mais tranquilo em ter o dinheiro da passagem, por exemplo, quando tá chovendo, pra mim que moro longe; você viu né? Quando você foi me levar em casa como é longe (...) Ah, a gente recebe eles, pergunta se eles já tocaram em outro lugar, outro instrumento, mostra pra eles os instrumentos, diz os nomes e vai ensinando os toques até eles ‘pegarem o jeito’ pra ensaiar com todo mundo junto.

Adolescente 03 (...) É normal: a gente chega, fala com a galera, pega o seu instrumento, vai pra parte de ouvir os instrutores ou algum aviso da coordenação e depois vamos tocar. (...) A gente sempre conversa sobre os toques e ritmos que vamos ensaiar, quem tiver uma opinião pode falar pro grupo, pros instrutores, entendeu? Num é proibido não. Eles pedem pra gente trazer ideias pra colocar e montar a apresentação e tal; eu já dei algumas ideias, dicas e umas foram aceitas outras não, normal. (...) Assim,

quem é bolsista vai ter uma preocupação maior em cuidar do que for preciso aqui; é como auxiliar dos instrutores sabe, vê se tá tudo direitinho, se tem algo quebrado, se tem algum problema pra resolver, repassa para a coordenação, avisa se tem lanche, água e tal. (...) Mas, antes eu fazia isso, só que agora, por ser bolsista, é...sei lá... você tem que ter mais compromisso mesmo e não fazer um sábado sim e outro não; tem que tá ligado nas coisas. (...) Os novatos, os outros ajudam eles a se entrosarem e aprenderem os toques, mostram os instrumentos; eu num faço muito não, já tem os outros meninos; mas, quando precisa eu faço.

Adolescente 04 Chego, falo com o grupo, pego meu instrumento, vejo se tá tudo certinho com ele, se tiver algum novato eu já começo a conversar e tal pra enturmar, pra ele ir se chegando, passando os toques pra ele; aí vamos pra hora de conversa sobre os toques do dia ou sobre a apresentação que já foi montada nos outros ensaios e vamos tocar, treinar. É muito legal. Assim, não tem bronca não. A gente pode falar, opinar, eles querem que a gente faça isso. Claro que nem tudo vai poder ser aceito, né? Tem que ver se a maioria concorda ou não, se é bom pro grupo, porque ninguém faz as coisas sozinho aqui. Já já! Aham! Já participei da montagem da apresentação. Essa mesmo (a apresentação que está sendo ensaiada) tem alguma coisa que eu trouxe, uns toques. Pronto, essa ideia mermo da gente ir ensaiar ali na fonte luminosa⁴⁵ fui eu que dei; eu e um grupo né que pensou e aí eu falei porque aqui já tá pequeno, apertado. Lá é ao ar livre, a gente toca em mais espaço, o povo passa e já fica olhando pra gente, pára, tira foto. E foi ideia minha isso aí. Ah, uma ideia minha aqui no projeto também foi reciclar, tipo pegar os materiais aqui pra 'tirar um som', como um balde, um pedaço de madeira; pegar um pedaço de ferro que sobrou do outro portão e fazer um 'agogô', um 'gonguê'⁴⁶; tudo pode ser utilizado como instrumento musical. (...) Antes de ser bolsista? Já...fazia já... todo mundo sempre se ajuda aqui, independente de bolsa; todo mundo sabe que é uma família aqui e tem que fazer junto as coisas pra dá certo.

Pelas respostas acima apresentadas, percebemos que os adolescentes vivenciam essa primeira etapa do protagonismo juvenil com êxito, haja vista que são estimulados a participarem, opinarem, tendo suas ideias acolhidas, como podemos perceber nas seguintes falas: *“Tem gente que traz um toque, aí eles encaixam na apresentação”, “eu aproveito e coloco alguma ideia minha também, sabe? Eles perguntam quando a gente vai montar a apresentação se alguém quer dá uma ideia, quem tem um toque que queira ver se encaixa e tal, essas coisas assim. Sempre o que eu falo é muito bem recebido”, “Eles pedem pra gente trazer ideias pra colocar e montar a apresentação e tal; eu já dei algumas ideias, dicas e umas foram aceitas outras não, normal”, “Já participei da montagem da apresentação. Essa mesmo (a apresentação que está sendo ensaiada) tem alguma coisa que eu trouxe, uns*

⁴⁵ O sujeito se refere a uma praça municipal localizada há aproximadamente 200 metros da sede do projeto e que tem o nome de 'Fonte Luminosa' por ter uma espécie de piscina com uma estrutura de fonte onde jorra-se água e à noite tem uma iluminação própria. É um dos cartões-postais da cidade.

⁴⁶ Agogô e gonguê são instrumentos musicais de origem africana, trazidos para o Brasil pelos escravos das tribos lorubás e atualmente sendo utilizado em rodas de capoeira, rodas de samba e grupos de percussão, em geral. (Fonte: Escola Britânica – www.escola.britannica.com.br/levels/fundamental/article/agogjo/483038).

toques. Pronto, essa ideia mermo da gente ir ensaiar ali na fonte luminosa⁴⁷ fui eu que dei”; por meio dessas falas percebemos a vivência da subcategoria *liberdade de iniciativa*, nos termos propostos pelo projeto e por Costa (2000). O adolescente 04, por exemplo, ao sugerir o ensaio em outro espaço físico demonstrou a capacidade de iniciativa para solucionar um problema relativo à infraestrutura do projeto; solução esta que foi aceita e o grupo permanece ensaiando todos os sábados na referida praça municipal.

Observamos que todos os adolescentes relataram alguma ideia que compartilharam com os instrutores e tiveram as mesmas analisadas e aceitas, na medida do possível e com base na discussão, no diálogo e consenso entre eles, compondo parte do número que criariam, ou como os próprios descreveram ‘encaixaram na apresentação’. Assim, percebemos que as ideias trazidas pelos adolescentes não são apenas ouvidas, mas efetivamente aceitas, sendo os sujeitos estimulados pelos próprios instrutores a trazerem suas opiniões e partilharem com o grupo. Contudo, chama atenção o fato dos adolescentes comumente se utilizarem da expressão “encaixar na apresentação” repassando a ideia de que o repertório é previamente montado pelos instrutores e mostrado aos demais integrantes do grupo para que eles possam opinar, acrescentar e/ou reduzir a quantidade de músicas, trocar um ritmo por outro, etc.; tal ideia foi confirmada em conversa com os instrutores e a observância durante os dois primeiros meses de ensaio, quando estão a definir o repertório percussivo.

Embora não tenha sido evidenciada textualmente, a subcategoria *compromisso* nas falas dos adolescentes, exceto pelo adolescente nº 03, atrelando um maior compromisso ao fato de receber a bolsa, a mesma pôde ser constatada com a preocupação que todos os sujeitos entrevistados demonstraram com a organização e disponibilidade de itens necessários para a tarde de ensaio como o lanche e água para todos, a organização do espaço e dos instrumentos; também verificamos o compromisso no que tange aos cuidados com os instrumentos que cada um iria tocar; e, por fim, o compromisso com a atenção e a recepção, o acolhimento com os possíveis alunos novatos, tendo o cuidado de conversar com

⁴⁷ O sujeito se refere a uma praça municipal localizada há aproximadamente 200 metros da sede do projeto e que tem o nome de ‘Fonte Luminosa’ por ter uma espécie de piscina com uma estrutura de fonte onde jorra-se água e à noite tem uma iluminação própria. É um dos cartões-postais da cidade.

eles, repassar os toques, realizar com eles os primeiros ensaios, separadamente, para que eles pudessem se integrar ao grande grupo, vamos assim denominar.

A observação participante também nos proporcionou verificar a existência da subcategoria *compromisso*, através, por exemplo, da assiduidade e pontualidade aos ensaios e não apenas dos adolescentes bolsistas, mas de modo geral; durante os meses em que acompanhamos as atividades, percebemos que os adolescentes tinham poucas faltas e quando estas o índice de faltas era baixo e quando ocorriam estavam sempre atreladas a uma causa externa à vontade do adolescente como doença, trabalho da escola, falta do dinheiro para o transporte⁴⁸. Interessante ressaltar também que a cobrança pela pontualidade partia muitas vezes dos próprios adolescentes, uns para com os outros, sem que fosse preciso a coordenação ou os instrutores adverti-los. Informalmente, durante a nossa interação com o projeto, ao comentar sobre as poucas faltas que percebíamos aos sábados, eles sempre respondiam enaltecendo a questão do compromisso com o grupo, atrelando ao fato de que se todos não ensaiassem bastante, poderiam prejudicar a apresentação, já que, possivelmente, não estariam preparados o suficiente devido a ausência aos ensaios.

E finalizando a análise da categoria desenvolvimento pessoal, passemos a observar as respostas às questões *f* e *g*, relativas à última subcategoria, qual seja, a *autoestima*:

Adolescente 01: A minha alegria mesmo é quando eu consigo tocar os toques sem errar; por isso presto muito atenção aos ensaios e treino muito também (...) Eu só gosto mais de me apresentar no palco! Eu não sei o que é isso (risos). Mas, no palco eu me sinto mais feliz sabe, fico mais à vontade, eu vejo lá o público, lá embaixo, aplaudindo... é muito bom! (...) Quando chegamos em outra cidade, as pessoas já olham assim, com alegria e tal pra pessoa, vem falar, dizer que gostou...é muito boa essa sensação mesmo, eu me acho o máximo porque eu sei fazer e eu comecei aqui do zero, não sabia tocar nada.

Adolescente 02:Oxe, eu gosto muito dos ensaios; a gente tá aqui pra ensaiar e fazer bonito né? Eu já sei tocar uns 3 instrumentos (risos). A experiência mais marcante foi a minha primeira apresentação. Porque, tipo assim, foi um treinamento constante, só que eu não me sentia preparado, tá ligado. Eu tava errando muito. Mas eu sou assim: mesmo errando eu vou lutar pelo que eu acredito e eles viram que eu insistia em acertar e treinar. Aí eles disseram que eu era essencial para apresentação daquele mês. Aí eu treinei muito, mas muito mesmo. Em casa, nas paredes (risos). Aí

⁴⁸ Esse transporte, geralmente um ônibus, era utilizado mais no período de chuva e frio, que ocorre entre os meses de julho e agosto, chegando a chover dias inteiros e a temperatura a baixar, perfazendo uma média de 10º a 15º graus. Durante o período em que as chuvas não são abundantes os jovens costumam ir a pé, mesmo morando distante da sede do projeto.

quando eu cheguei lá...eu muito nervoso...aí o instrutor olhou pra gente, sorriu, e disse q a gente ficasse calmo q tudo ia dar certo e foi muito bom! Foi lá na UFRPE⁴⁹. (...) Bicho! O público foi à loucura, velho! E interagiu, teve uma ciranda. E tá...aquele negócio louco, eu disse 'meu irmão! Foi muito massa'. Eu senti uma emoção enorme, bicho. Porque eu tava fazendo, tava sendo algo produtivo. Tava trazendo felicidade a varias pessoas e a mim também. (...) E quando vem as palmas eu vejo como se fosse assim é... 'foi bom!' Minha autoestima vai às nuvens. Tipo eu me sinto super bem ali, eu me saio outra pessoa dali. Eu entro de um jeito e saio outra pessoa totalmente diferente. Pode tá com o problema q tiver...desaparece...saio todo alegre, sorridente. Sim, sim, eu já fiz várias apresentações, mas também fico assim, todo feliz e eufórico e nervoso também (risos), em todas elas. (...) Tipo assim eles (instrutores) fazem a gente se sentir melhor, faz ter mais segurança, eles impõem em relação a nossa capacidade, eles mostram que a gente tem capacidade de ir além, porque na hora que você chega você pensa que não vai conseguir nada 'eu não consigo, eu não consigo'. Mas, você consegue! E quando você é aplaudido em uma apresentação, você viu que conseguiu. Acho que isso vale para emprego, vale para família, vale para sua vida, vale para seus filhos, vale pra tudo; vale pra faculdade, pra escola. Quando você chega lá você pensa que não tem capacidade, tem gente de alto nível. Mas, eles mostram que você tem capacidade e através desta luta constante a gente consegue e isso influencia em nossa vida diretamente. Bicho, eu levo as coisas daqui pra outros grupos que eu participo, tá ligado?! Bicho, quando eu ia apresentar trabalho na escola (risos), eu ficava tremendo, tá ligado? Eu não tinha segurança nenhuma. Mas, tipo quando eu conheci o maracatu eu tive que apresentar, quando eu via aquela euforia dentro de mim. Aí eu comecei a perder o medo. Aí quando eu vou fazer alguma apresentação de trabalho eu não tenho medo. Eu falo nessa mesma intensidade que eu falo aqui agora e eu não era assim. Não falava assim! Quem você ver ou que você falar que me conhece vai dizer que eu não era assim. Eu melhorei bastante em relação a minha forma de falar depois que comecei a participar daqui.

Adolescente 03:Eu gosto dos ensaios. Eu errava mais antes, mas fui pegando o jeito e me dedicando; eu sabia que eu dava conta, era só treinar (...) É... quando tipo, eu era totalmente tímida antes, mas eu acho que a pessoa vai mudando sem nem perceber, sabe? Quando a gente vai tocando, se soltando mais, vai se mostrando mais pros outros, vai mudando em relação às outras pessoas, não só aqui dentro do Batuque. Eu hoje consigo acreditar em mim, que eu sei tocar e que sei fazer as coisas e tal; na escola eu tô mais desenrolada, já vieram me falar. É massa! A gente vai tendo mais atitude pra falar também, não só ouvir, em todo canto que a pessoa chegue, sabe?

Adolescente 04:Oxe, eu gosto muito do que eu vivo aqui. Porque tipo eu achava que eu nunca ia conseguir tocar alguns instrumentos, daí hoje eu toco 'de boa' e até ensino outros a tocarem, como lá no Percuciclando. Antes eu ficava "meu Deus do céu, como é que eu vou fazer tal som, se eu não sei", mas eles me mostram que eu tenho a capacidade de aprender e fazer bem feito dentro de mim, basta eu querer. Aí eu me dedico, treino, treino, treino e consigo, entende? Eu nunca imaginei tocar com nenhum artista famoso assim e tal e no Festival de Jazz eu tava tocando ao lado sabe de quem? Kiko Loureiro⁵⁰! Meu irmão!! Um artista internacional, cara!!

⁴⁹ UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco. E esta apresentação a qual o adolescente se refere foi em um momento cultural realizado na Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG).

⁵⁰ Pedro Henrique "Kiko" Loureiro é um músico multi-instrumentista, compositor e guitarrista brasileiro, membro da banda de metal melódico/power metal Angra e da banda de Thrash metal Megadeth. Músico e guitarrista brasileiro, nascido no Rio de Janeiro, aos 16 de junho de 1973. Possui carreira e fama internacional.

Eu nunca imaginaria subir no palco com um artista internacional na minha vida. Foi um negócio tão bom dentro de mim. Eu hoje sei que posso tocar com qualquer 'grandão' aí da música.

A análise desta subcategoria – autoestima – foi bastante interessante, em relação às demais. Pudemos perceber que ao questionarmos os adolescentes sobre as sensações e sentimentos durante e após as apresentações para o público havia uma diferença inclusive na entonação da voz; eles relatavam sobre a apresentação do espetáculo e a empatia com o público de forma eufórica, com sorrisos e olhares expressivos, como se estivessem, de certa forma, por meio do relato, revivendo os momentos descritos.

O desenvolvimento e o fortalecimento da autoestima são fatores muito importantes para o ser humano, especialmente para os adolescentes, por estarem vivenciando uma fase de transição para a vida adulta. Adolescentes com baixa autoestima desenvolvem mecanismos que provavelmente distorcem a comunicação de seus pensamentos e sentimentos e dificultam a integração grupal (HUTZ, BANDEIRA; 2010; *apud* COOPERSMITH, 1989; ROSENBERG, 1989). Em contrapartida, a partir do instante em que eles se sentem valorizados e reconhecidos, integrantes de um grupo social, participando de eventos artísticos, mostrando suas habilidades e competências, possibilita a eles uma autoconfiança e, por conseguinte, uma valorização do seu potencial enquanto ser humano, empoderando-os para as diversas situações que serão por eles vivenciadas ao longo da vida. A análise nos possibilitou concluir que esta subcategoria é vivenciada de forma positiva pelos adolescentes no Projeto Batuque.

Passaremos agora a análise do tema já proposto a partir da categoria Desenvolvimento Social e as subcategorias: cidadania ativa e relacionamento interpessoal, que serão apreciadas a partir do terceiro grupo de questões norteadoras, já descritas anteriormente. Assim, com as entrevistas, obtivemos os seguintes dados

Adolescente 01: Ah, com meus vizinhos é tranquilo. A gente conhece todo mundo por ali, pela rua e tal, se dá bem, mas não temos muito tempo pra se ver e conversar não; todo mundo ocupado e a noite a gente não fica na calçada não, por conta da violência. Tem sim, alguns adolescentes da minha idade também lá. Assim... nunca passou pela minha cabeça não uma forma de eu melhorar meu bairro (risos), porque é coisa do governo e tal.

Não, não. Não faço parte não de associação de bairro; não sei nem se lá tem isso. Assim... eu sei que há possibilidades de a pessoa ir atrás do governo pra conseguir as coisas, da prefeitura, mas eu nunca fui atrás disso não; eu acho que é toda uma burocracia pra falar com os políticos e podem não querer nem ouvir a gente, porque a gente é novo e eles acham que a gente não entende e os adultos que podem falar e reclamar e pedir.

Adolescente 02: Eu tenho um bom relacionamento com meus vizinhos; não só com jovens assim como eu, mas com todo mundo. A gente tem que se dá bem com todos, independente de idade né? Os mais velhos tem algo pra ensinar pra gente que é jovem. (...) Assim, eu não faço parte porque lá não tem grupos de comunidade e tal. Mas, eu sei que sozinho eu não posso transformar nada não. Mas, a partir do momento que eu me uno a outras pessoas e esse grupo acolhe a mesma ideia que a minha...então aquele grupo sim, a gente tem poder. Mas, eu só consigo fazer isso hoje porque eu perdi minha timidez aqui e comecei a ver que eu sabia falar em público e podia juntar a galera do meu bairro pra fazer as coisas por lá. Mas, eu preciso aprender primeiro como fazer isso sabe? (...) Qualquer pessoa que conseguir abrir os olhos pode ajudar a sociedade (abrir os olhos no sentido enxergar os problemas sociais). Por que...vamos levar em consideração nosso bairro: eu vejo a gente pisando na lama quando agente sai de casa. Você viu. Quando eu sai do carro eu pisei logo na lama...Acho que um ser humano não merece passar por isso entendeu? E você ver que aquela população eles tem o poder de mudar aquilo, mas eles não tem o conhecimento. (...) É porque lutar e participar é as práticas né? Nunca fui não atrás dos órgãos públicos e tal. Atualmente eu tô em busca do conhecimento porque eu não posso lutar por uma coisa que eu não sei direito o que é. Porque eu ainda tô amadurecendo, tô pesquisando, conhecendo, entendesse? Aí quando eu concretizar aí sim eu posso ir em busca da luta. Acho sim que se eu passar esse conhecimento para eles a gente vai conseguir sim mudar aquilo.

Adolescente 03:Eu conheço meus vizinhos sim. Mas, a vida corrida de hoje a pessoa não tem muito tempo pra papear não. Acho que lá não tem grupo de líderes não. Eu já vi o povo indo cobrar do prefeito alguma coisa, por exemplo, que o caminhão de lixo passasse porque tava demorando muito aí acumulava e ficava fedendo, mas, nunca fui não. A gente pode cobrar, ir atrás do prefeito e dos vereadores que a gente botou lá, porque eles estão lá é pra fazer as coisas pro povo mesmo. Tem coisas pra fazer no meu bairro, rua pra asfaltar, a gente não tem uma praça pra ficar conversando, as crianças brincarem e tal. Mas, eu nunca fui não...num sei porquê... (risos) assim, eu chego lá, sozinho, será que vão me dá atenção, a um 'novinho'?

Adolescente 04:Converso com todo mundo, visito um, visito outro, é assim entendeu; a gente conversa sobre as coisas que deveriam melhor por aqui (o bairro em que mora). O meu avô era líder comunitário sabe? Ele sempre ajudava as pessoas; ele vivia em prol da comunidade. Eu sempre ajudava ele a fazer as coisas. Eu já fui atrás de melhoria pro bairro; lá tava tendo muito assalto; aí falei com duas senhoras que moram lá e nós 3 (três) fomos atrás dos vereadores, pedir iluminação e policiamento nas ruas e hoje as viaturas passam por lá, os postes estão com as lâmpadas acesas; isso melhorou bastante, pelo menos eu acho que foi algo bom pra gente né?.

Quanto à subcategoria cidadania ativa, significando “a participação popular como possibilidade de criação, transformação e controle sobre o poder ou os poderes” (BENEVIDES; 1991, p. 20), bem como a capacidade dos adolescentes serem considerados agentes de transformação social e buscarem o bem estar

coletivo, percebe-se que ela não é muito desenvolvida por parte dos adolescentes que foram entrevistados, embora todos tenham afirmado saberem que podem reivindicar direitos, de algum modo, junto aos governantes.

Do total, 50% deles entendem que podem sim requerer a efetivação dos direitos junto aos poderes públicos, principalmente executivo e legislativo, representados nas falas pelas figuras do prefeito e vereadores, respectivamente; contudo, não se interessam e não se mobilizam para reivindicarem esses direitos. Um dos motivos para esse desinteresse ou intimidação restou evidenciado quando afirmam que podem não receber atenção justamente por serem adolescentes, como se os adultos encarassem suas reivindicações sem a importância devida. Isso demonstra a reprodução de uma *cultura adultocêntrica*, onde se atribui aos adolescentes a imaturidade, em vista da pouca idade.

A *cultura adultocêntrica* ou o *adultocentrismo* pode ser compreendido como uma lógica na qual os adultos, a partir dos sentidos que constroem, de sua historicidade e materialidade condicionantes de sua existência, bem como das possibilidades de oferta de políticas públicas para as crianças e famílias, decidem o que é melhor para seus pequenos (ALBUQUERQUE, 2012).

Tal cultura possui pilares antagônicos em relação às teorias sociológicas que reconhecem e afirmam que as crianças, adolescentes e suas culturas precisam ser estudadas e respeitadas em seu próprio direito; que elas crianças são e devem ser compreendidas como sujeitos ativos na construção e determinação de suas próprias vidas sociais e daqueles que vivem ao seu redor (ALBUQUERQUE, 2012), sendo, portanto, importantes personagens, com uma atuação protagonista no meio social em que estão inseridas.

Ocorre que o modelo educacional da cultura adultocêntrica, centrada apenas na perspectiva do adulto como detentor da razão e da sabedoria, não mais condiz com o novo modelo educacional para o século XXI, já estudados na presente dissertação, vez que a sociedade contemporânea reconhece a necessidade do empoderamento de crianças e adolescentes por meio do exercício da cidadania ativa de logo, para que na fase adulta possam apenas dar continuidade a uma autonomia já iniciada e vivenciada, proporcionada também pelo protagonismo juvenil. Essa participação social de crianças e adolescentes é de tal relevância que, como visto no capítulo anterior, o protagonismo juvenil não apenas foi reconhecido

legalmente, como foi erigido à categoria de direito humano e, portanto, fundamental, gozando de proteção constitucional plena.

Por outro lado, os outros 50% dos entrevistados demonstraram compreender a ideia da cidadania ativa e possuírem consciência de que podem colaborar na mudança da realidade social em que vivem, por meio de reivindicações junto aos poderes públicos e órgãos auxiliares da justiça como o Ministério Público; contudo, apresentaram perfis diferentes, pois, enquanto 01 deles afirma está buscando conhecer os direitos para saber reivindicá-los, o outro possui a prática de reivindicar e colaborar com a transformação do seu meio, iniciada e incentivada pela figura do avô, com o qual conviveu em sua infância, a partir de iniciativas de lideranças comunitárias e não apenas do poder público.

Deste modo, compreendemos que, quanto ao Desenvolvimento Social dos adolescentes e a subcategoria *cidadania ativa*, não existem por parte do Projeto Batuque atividades estimulantes e voltadas especificamente para o exercício daquela. O projeto centraliza-se mais na capacidade de transformação pessoal dos sujeitos do que na transformação social propriamente dita, ou seja, das condições de vida e garantia dos direitos sociais dos mesmos. A nosso ver, o Projeto batuque enxerga o exercício desta cidadania ativa como uma decorrência do processo de empoderamento proporcionado pelo Desenvolvimento Pessoal e suas subcategorias já analisadas.

Quanto à subcategoria relacionamento interpessoal, temos os seguintes dados para análise:

Adolescente 01: Assim, as pessoas do Batuque são legais, me tratam bem, tanto os instrutores quanto os outros alunos... a coordenação também é tranquilo. Não tive problemas com ninguém não; a gente só se encontra aqui mesmo no Batuque. (...) Assim, todos são iguais; tinha até um (aluno) que era de uma classe social melhor e quando chegou queria se achar mais que os outros. Mas, aí de uns tempos pra cá, ele num tá mais assim não. Ele foi vendo né que daquele jeito não combinava ali. (...) Na parte dos alunos também, todo mundo é de boa, convive tranquilamente. Assim, eu nunca vi preconceito nenhum não e tem de tudo lá, você já percebeu né? Tem preto, branco, rico, pobre, homossexual, mas, é muito tranquilo.

Adolescente 02: Bicho, nessa questão de respeito e convivência com quem é diferente num era nem pra ser falado porque a gente aqui é quase 'perfect'. (risos). É um padrão que devia ser adotado pela sociedade. Bicho, é todo muito se respeitando, instrutor, aluno, coordenador. Sinceramente, não tem essa de ninguém ser melhor do que ninguém não; algum problema que surge a gente conversa pra resolver algum mal-entendido, fica todo mundo 'de boa', sabe? Pronto, esse tempo que você tá aqui você já viu briga, xingamento, piadinhas? Já teve isso esses meses? Você tá vindo há quanto tempo? Uns 3, 4 meses já né? Pronto. A gente se respeita muito, tanto aqui como lá fora. A gente aprende essas coisas logo que chega aqui,

porque tem gente de todo tipo e a gente precisa saber conviver aqui, lá fora, onde for. Os instrutores fala logo sobre o respeito e a igualdade e foi num foi nas aulas eles reforçam isso. Convivo sim, só não convivo mais porque eu moro muito longe, aí fica mais complicado pra sair direto. Mas, quando dá a gente se encontra.

Adolescente 03: Lá no Batuque todo mundo é diferente e tal; é uma forma muito massa. A primeira coisa quando eu cheguei no Batuque foi a coordenadora que veio falar pra gente que todo mundo tinha que se respeitar e que temos que aceitar o outro da forma que ele é e tal. (...) Assim, eu consegui uma certa intimidade com eles (alunos) depois que a teve uma oficina dos instrumentos que a gente toca lá; aí eu passei a interagir mais com eles, conversar mais, não só sobre as coisas do Batuque, mas sobre a vida também. Fiz amigos lá no grupo e a gente convive lá fora também, marcamos pra ensaiar os toques, pra conversar, sair final de semana, essas coisas. (...) Não percebo não diferença de relacionamento e tratamento lá, porque tem homossexual ou de raça diferente... não mesmo. Eu acho isso até bom visse. Nunca vi piadinha, nem brincadeiras. (...) Acho, tipo, que a gente tem que levar isso aqui (respeito ao próximo) pra todo lugar; por mais que a outra pessoa não respeite a gente, a gente não pode responder da mesma forma com ela, que tipo, não se combate uma coisa sendo da mesma forma que ela nos proporciona.

Adolescente 04: Aqui todo mundo se aceita; tem gente mais rica, gente da periferia, preto, branco, gay, hetero; você vê quando chega aqui que tem muita diversidade. E todo mundo se respeita aqui; os instrutores dizem que ninguém é melhor que ninguém, que a gente tá aqui juntos, formamos um grupo e juntos somos fortes pra conseguir as coisas na vida; ninguém vive só, né? E quando tem qualquer bronca, problema aqui a gente resolve através do diálogo, a gente conversa, esclarece as coisas, pede desculpa e vai tocar. Amadureci muito aqui com essas coisas, porque antes eu só queria tá certo. Mas, hoje vejo que tenho que ver o lado do outro também né? Sim, sim, nos encontramos fora daqui do Batuque; a gente faz amigos de verdade, parceiros mesmo; se une pela música e fica parceiros pra vida. Assim que é bom.

A partir da análise dos dados acima coletados, pudemos perceber que os valores de direitos humanos, em especial o respeito e a igualdade, são bastante ressaltados na convivência entre os adolescentes do Projeto Batuque, pelos próprios instrutores e pela coordenação, havendo uma convivência harmoniosa com a diversidade ali presente, sem que haja discriminação de qualquer espécie: raça, gênero, orientação sexual, classe social, denominação religiosa, etc.

O trabalho desenvolvido pela equipe de profissionais do projeto foi exitoso em conseguir criar entre aqueles sujeitos um sentimento de unidade, fazendo com que todos tenham uma ideia sólida de pertencimento ao projeto; todos se enxergam como integrantes de um único grupo, não havendo, portanto, subdivisões, formando pequenas 'ilhas de convivência' em um mesmo espaço, o que poderia gerar desentendimentos ou conflitos de interesse entre os integrantes do projeto.

Contudo, importante ressaltar que, mesmo existindo esse sentimento de unicidade entre os adolescentes do grupo e alguns aspectos do protagonismo juvenil serem vivenciados por todos, existiram situações conflituosas, principalmente na relação estabelecida para com a coordenação do projeto, caracterizando modalidades de não-protagonismo, que serão analisadas no tópico a seguir.

3.4 Formas de Não Protagonismo no Projeto Batuque.

Ao longo da convivência e acompanhamento das atividades do Projeto Batuque, a partir do uso da técnica metodológica de observação-participante e ainda de outras falas, conversas informais, dos sujeitos entrevistados, foi possível verificarmos a existência de situações que podem ser descritas como contrárias aos preceitos do protagonismo juvenil e dos direitos humanos, objetivados pelo Projeto Batuque.

Toda postura contrária a um relacionamento interpessoal harmonioso, que preza pelo respeito e pela igualdade ou qualquer outro modo de interação entre o adulto e o adolescente que seja contrário ou prejudique o desenvolvimento pessoal e social deles, tolhendo suas capacidades e potenciais, pode ser caracterizado como forma de não protagonismo, além daquelas definidas no capítulo anterior, tais como manipulação, simbolismo e decoração.

Esta seção descreverá 02 (dois) eventos onde pudemos reconhecer essas formas de não protagonismo juvenil que ocorreram no Projeto Batuque e serão intitulados “Episódio 01: A foto: *‘Você tá excluída já que não quer obedecer!’*” e o “Episódio 02: *Batucando Sem a Camisa Vermelha*”.

3.4.1 Episódio da foto: *‘Você tá excluída já que não quer obedecer’*

Em um determinado dia de ensaio ao ar livre, os alunos foram comunicados que iriam ensaiar no Parque Euclides Dourado, o ‘Parque dos Eucaliptos’, que dista aproximadamente 1 km da sede do projeto. Os adolescentes acolheram bem a ideia, por ser um lugar bastante arborizado e amplo. Cada um pegou seu instrumento e seguimos todos para o local designado. Teve início o ensaio, como de costume, contudo, durante o intervalo da aula, a coordenadora do projeto que sempre acompanha e também participa dos ensaios pediu que todos os alunos sentassem ao redor de uma árvore – um eucalipto - para que tirassem umas fotos a fim de

postar na rede social do projeto. Uma adolescente não quis sentar alegando que a calça dela era de cós baixo e iria incomodar e ela ficaria desconfortável por conta das demais pessoas presentes no local. Após uma discussão, presenciada pelos demais alunos, onde a coordenadora insistia para que a adolescente sentasse porque ela estaria atrapalhando as fotos, a coordenadora pediu que ela se retirasse afirmando que a mesma estava excluída das fotos já que não queria obedecer. A adolescente se retirou e disse que não iria tocar mais; depois as duas conversaram em particular e a aluna voltou a tocar, mas não apareceu nas fotografias.

Esse fato por si só chamou atenção pela intensidade com que a coordenadora insistia para que fosse obedecida, independente dos argumentos utilizados pela adolescente. Do meu lugar de observadora participante, fiquei atenta à repercussão dos fatos entre os adolescentes. Pude perceber que houve muitos comentários paralelos e o clima harmonioso já não prevalecia tanto assim; havia sido substituído por críticas para com os sujeitos envolvidos no episódio descrito. Ante a repercussão do fato novo, considerei como relevante um novo momento de entrevistas, para saber como os adolescentes sujeitos da pesquisa haviam compreendido o episódio e assim o fiz, diante do aceite de todos. Deste modo, quanto ao episódio da foto, os adolescentes entrevistados afirmaram o que segue

Adolescente 01: Assim, eu me sinto mais à vontade com os instrutores. Com ela (coordenadora) não...eu percebo que ela não tem maturidade pra ouvir... ela fica com raiva já. Ninguém tem muita coragem de criticar com ela não. (...) Naquele dia da foto, por exemplo, foi muito estranho...é como se a pessoa não tivesse direito a nada. Sei lá, eu achei tão estranho... Na foto agente tem que ficar do jeito que quiser, mas tipo pra ela (coordenadora) não; a pessoa tem que obedecer a ela. Pra obedecer tem que ser na hora da aula, né? Tipo, silêncio pra aprender e tal. Mas, na foto não; ali a gente já tava se divertindo, já era outra coisa né, outro momento, de relaxar? Eu achei errado porque nessa foto ela (coordenadora) deu ordem. Eu comentei com o meu irmão⁵¹. (...) Essa coisa de mandar, autoritário... sei lá, não precisava disso também não!

Adolescente 02: “O que eu menos gosto aqui é...assim... excesso de poder. Eles exageram no que eles acham que podem fazer. Quem são eles? Assim, os instrutores não é tanto; mas a coordenadora é mais difícil. Essa história da foto mesmo ela (coordenadora) queria que todo mundo estivesse sentado....eu me senti numa ditadura ali! Porque eu não posso escolher? Por que não há liberdade? Por que eu não posso ficar em pé? Eu sou obrigado é? Eu acho assim, ela pode indicar ‘vamos ficar sentados’, mas se eu não quiser eu não fico entendeu? Ela é meio autoridade mesmo. Acho que é porque tá num nível diferente, um cargo de poder né, a coordenação. Acho que eles exageram em relação a isso e é uma coisa que eu não gosto, não é legal não”.(...)Acho que eles atualmente estão sendo muito rígidos

⁵¹ O irmão do adolescente 01 também integra o Projeto Batuque e tem 10 anos de idade.

com as pessoas. Acho que tem que haver um pouco mais de liberdade, porque tipo eu mesmo não sou muito de me movimentar, eu danço através da música, o tambor, o som tá saindo a minha música. Eles querem que a gente dance, que a gente...eu tô rindo através do tambor. Ali é só...o meu corpo é só uma peça pra o tambor. Eu tô rindo através do tambor e eles querem que eu ria, eles querem que eu dance, eu não consigo. Eu fico totalmente sério na hora que eu to tocando o tambor, mas eu tô muito feliz, entendeu? Eu tô concentradíssimo, só que a minha alegria tá saindo pelo tambor, só que eles não conseguem ver isso, entendeu? Aí eles querem controlar “fique rindo”, “dance”, mas, será que é minha forma de expressar minha felicidade? Eu acho assim que a felicidade é expressa de forma diferente.

Adolescente 04: Eu achei desnecessário por parte da coordenadora. Porque é o seguinte, nem todo mundo tava se sentindo desconfortável para se sentar ali na árvore, no eucalipto né? É...ou seja...mas aí, tipo, se eu tava sentado de lado, se de alguma forma eu tava desconfortável, eu tava machucando meu corpo, eu não ia ficar sentado né? E dava pra perceber, só que aí é uma coisa que tipo...é... Porque ela é coordenadora, aí é: ‘não, eu sou coordenadora e você tem que fazer o que eu acho’; eu achei que foi assim, deu a entender que foi assim; mas, graças a Deus foi tudo resolvido né? Mas, eu não concordo não. Achei excesso de poder. Assim, foi desnecessário né, na frente de todo mundo, podia ter chamado em um canto Se ela queria tirar foto sentada, ‘óá, vê aí um ângulo na câmera que fica boa a foto com ela em pé’. Aí é tanto que a gente conversou aqui com os instrutores, eu e os outros bolsistas e vimos que não dava mais para ela continuar como coordenadora e conversamos com Dona Mirtes (a coordenadora da ONG que realiza o protejo Batuque) e ela vai sair da coordenação⁵² porque há algum tempo Dona Mirtes estava recebendo reclamações também de outros alunos e já tinha percebido uma postura mais autoritária nela. Ela agora vai ficar só como instrutora de canto, porque vamos voltar a ensaiar e colocar canto no grupo.

Já o adolescente 03 expressou pensamento de forma diversa quanto a um possível autoritarismo da coordenadora, afirmando que

Adolescente 03: Eu acho que é assim: como tem a coordenação, ela (a adolescente) tinha que... pelo menos relevar um pouquinho, porque a coordenadora tem uma ordem no Batuque e tem uma pessoa também acima dela que é Dona Mirtes... tipo, por mais que ela...assim, é todo mundo amigo ali, só que ela tá um pouco mais acima das outras pessoas. Então, tipo, também não custava nada sentar. Eu acho que foi uma coisa mais pra enfrentar mesmo.

Interessante observar que a fala do adolescente 03 demonstra a ausência de um possível autoritarismo por parte da coordenação do projeto. Observa-se que, enquanto os demais adolescentes criticaram e consideraram a atitude da coordenadora abusiva, com excesso de poder, o adolescente 03 expressou um pensamento de naturalidade quanto àquela mesma atitude de proibição da aluna de

⁵² Neste momento, tomei conhecimento de que a coordenação da ONG NADESG estava providenciando a substituição da coordenadora do Projeto Batuque em virtude de avaliação interna e o nível de insatisfação para com a postura autoritária que ela vinha desenvolvendo no projeto. Em conversas informais com a coordenadora da NADESG, ficou perceptível que o episódio da foto contribuiu e somou-se para esta substituição de coordenação. De fato, ao finalizar a escrita deste capítulo, a coordenação havia sido efetivamente substituída.

participar da foto, por não querer sentar-se ao redor da árvore, prevalecendo para este a ideia de naturalidade quanto à obediência e a subordinação hierárquica, no que tange as normas impostas pela coordenação do projeto.

3.4.2 “Batucando Sem a Camisa Preta”

Outro momento curioso foi durante o Festival de Inverno de Garanhuns – 2016, quando o grupo tinha uma apresentação marcada no Castelo de João Capão, um ponto turístico do referido município e um dos polos de festividade do evento. A coordenadora afirmou, por diversas vezes, que todos os integrantes do Projeto Batuque, incluindo os instrutores e a própria coordenação, deveriam estar com a camisa de cor preta que havia sido entregue a todos, semanas antes da apresentação, assegurando ainda que quem não estivesse com a referida camisa não iria participar da apresentação, justificando que ficaria mais bonito se todos estivessem usando aquela camisa.

Ocorre que no dia do evento a coordenadora era a única integrante do projeto que não estava com a camisa de cor preta e sim com uma camisa vermelha, embora também constasse a logomarca do Batuque.

Percebemos que alguns alunos criticaram este fato e quando a mesma foi questionada por alguns adolescentes ela disse *“gostei da atitude de perguntar (risos). É que um dos instrutores não achou a dele e eu emprestei a minha.”* e se retirou. Neste instante, pude ouvir o seguinte comentário de um dos adolescentes integrantes do projeto que estava próximo de mim: *“queria ver se fosse eu ou qualquer um de nós e não um instrutor que tivesse esquecido a camisa; será que ela iria emprestar? Fez tanta questão pela camisa e é a única que tá diferente. Era pra ela não tocar; não é assim que funciona?”*.

As situações vivenciadas e observadas, bem como as falas dos adolescentes evidenciam uma relação de autoritarismo por parte da coordenação do projeto contrária aos objetivos do mesmo.

Todos os adolescentes entrevistados utilizaram em suas palavras que denotam uma relação de poder e hierarquia estabelecida entre a coordenação e os demais sujeitos do projeto. Expressões como *‘ela deu ordem’*, *‘essa coisa de mandar, autoritário’*, *‘excesso de poder’*, *‘me senti numa ditadura’*, *‘ela é meio autoridade mesmo’*, *‘postura autoritária mesmo’*, bem como a própria substituição da

coordenação do projeto, pelos motivos já mencionados, corroboram tal entendimento.

Ainda com base nas falas dos adolescentes entrevistados, pudemos perceber críticas também em relação aos instrutores de percussão, quando o adolescente nº 02 afirma que, durante as apresentações, os instrutores exigem que os alunos fiquem sorrindo e dancem, dando comandos imperativos a serem obedecidos neste sentido: *'fique rindo!'*, *'dance!'*. O adolescente ainda questiona o porquê de ter que demonstrar uma reação corporal – sorriso, movimento rítmico – quando ele está concentrado nos movimentos percussivos para não errar os toques.

O fato de os adolescentes cumprirem as ordens da coordenação e dos instrutores sem que estas se relacionem com as instruções musicais ou de comportamento ético adotado para convivência harmoniosa do grupo, não pode ser tido como um comportamento natural e padronizado a ser seguido, visto que não condiz com uma cultura de valorização dos direitos humanos e menos ainda com as ideias de empoderamento e autonomia que se espera que sejam desenvolvidas pelos adolescentes quando da vivência do protagonismo juvenil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população brasileira é formada por mais de 200 milhões de pessoas, dentre os quais, 21 milhões se encontram na faixa etária compreendida entre os 12 e 17 anos; é a chamada fase da adolescência, momento da vida caracterizado por inúmeras mudanças físicas, cognitivas e psicológicas dos indivíduos, quando ele vive o que Erikson denominou de *moratória psicossocial*, havendo um conflito aparente entre os papéis que vivencia, pois ao mesmo tempo em que deixou de ser criança ainda não é considerado um adulto com todas as responsabilidades que isto implica. Em verdade, como visto, é na fase da adolescência que ocorrerá a autoafirmação da personalidade desses sujeitos, iniciada na infância e concretizando-se a partir da afirmação de ideias, pensamentos, opiniões, estilo e projetos de vida escolhidos por eles.

Em qualquer país que se afirme como sendo um Estado Democrático de Direito, a participação do seu povo nas demandas sociais é imprescindível para a luta pelos direitos e garantias já positivados no ordenamento jurídico, bem como à consecução da regulação de novos interesses que surgem com a própria evolução e transformação das relações sociais. Os adolescentes, por integrarem o próprio povo, passaram a ter também os direitos de participação e liberdade de expressão, em suas mais diversas nuances, garantidos constitucionalmente, tanto em âmbito internacional, por meio documentos normativos como a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), bem como no cenário nacional por meio da promulgação, principalmente, do ECA (1990) e do Estatuto da Juventude (2013), como discutimos no capítulo 02 desta dissertação.

Na própria história da humanidade, ainda que os adolescentes não fossem considerados sujeitos de direitos como na atualidade, percebe-se que, ao adentrarem na fase hoje conhecida como puberdade e adolescência, os mesmos já eram convocados a integrarem e participarem das reuniões nos espaços sociais públicos, onde eram definidas as questões apresentadas pela sociedade; esse percurso da infância para a vida adulta nas civilizações antigas, como nos mostrou ocorria de forma abrupta e era marcada por algum tipo de ritual de passagem ao qual era o adolescente submetido perante toda a sociedade. Havia grande interesse pelo ensino da oratória e de uma educação militar, exaltando-se o patriotismo. Em verdade, o potencial da força física dos adolescentes era bastante explorado e aproveitado tendo em vista a defesa do próprio território, do próprio Estado e da

sociedade. Insta lembrar, contudo, que essa atuação juvenil nos espaços públicos era permitida aos adolescentes do sexo masculino; às adolescentes caberia o dever de cuidar do bom funcionamento do reduto doméstico, devendo apresentar-se linda, recatada e do lar; era o modelo social exigido conforme os valores daquela época, sendo preparadas para tornarem-se esposas (*uxores*) e mães (*matronae*) assim que adentrassem na puberdade.

Com a evolução das relações sociais e a mudança de paradigma sobre os adolescentes que se apresentavam cada vez mais questionadores e curiosos para com o mundo ao seu redor, foi inevitável perceber que eles tinham um potencial que deveria ser utilizado para a própria harmonia social e bem estar coletivo, aproveitando-os e incentivando-os a participarem das demandas sociais que lhes fossem apresentadas. Eles passaram então a serem considerados protagonistas e detentores de todo um potencial, um conhecimento e um modo de vida a serem compreendidos e aproveitados pelo meio social que integravam.

O protagonismo juvenil tornou-se, então, tema relevante de pesquisa, sendo conceituado por Antônio Carlos Gomes da Costa (2006), como uma atuação criativa, construtiva e solidária do jovem, junto a pessoas do mundo adulto (educadores), na solução de problemas reais na escola, na comunidade e na vida social mais ampla; é uma modalidade de ação educativa, por meio da qual se criam espaços e condições capazes de possibilitar àqueles o envolvimento em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso. E esta atuação deve ocorrer em todas as etapas do protagonismo juvenil, quais sejam: *Iniciativa, Planejamento, Execução, Avaliação e Resultados*.

Ao longo dos estudos realizados com esta pesquisa, pudemos perceber que os ganhos obtidos a partir de uma atuação protagonista juvenil são tanto no aspecto de desenvolvimento pessoal como social de tais sujeitos. Quanto ao aspecto pessoal o protagonismo juvenil, quando bem vivenciado, permite que os adolescentes tornem-se pessoas mais autoconfiantes e autônomas, com capacidade de se envolver e resolver as demandas e os conflitos que surgirem em seu entorno; estimulando neles a capacidade argumentativa, possibilitando afirmar-se enquanto sujeito de direito e agente de transformação de sua própria vida, como pudemos observar junto aos adolescentes do projeto Batuque, durante as entrevistas realizadas, ao afirmarem que depois de integrarem o referido projeto, as atividades

que ali desenvolvem possibilita a eles uma maior autoconfiança, seja de expressar suas ideias para os demais sujeitos do grupo, seja tendo a coragem e a vontade de participarem de apresentações culturais para o público, enfrentando e vencendo sentimentos de medo, insegurança, incapacidade, etc. E quanto ao aspecto social possibilita que o adolescente ‘enxergue’ além do seu ‘universo particular’, despertando neles o interesse pelo reconhecimento das necessidades presentes nos grupos que integram, seja a escola, o bairro, a igreja, grupos de lazer, entre outros, fazendo com que tenham a iniciativa de buscarem soluções para as demandas apresentadas.

Todavia, não se pode pensar uma atuação juvenil separada dos adultos, como se fossem relações isoladas e incomunicáveis. Os adultos possuem a experiência de vida e a maturidade que faltam aos adolescentes e, portanto, faz-se necessário que estes sujeitos mantenham entre si uma relação de *Colaboração*, partilhando ideias e sugestões para os diversos conflitos que se apresentarem no meio social ao qual pertençam.

Aproximando-nos mais especificamente do objetivo da nossa pesquisa, que tratou sobre o direito humano ao protagonismo juvenil vivenciado pelos adolescentes do Projeto Batuque, desenvolvido pela ONG NADESG, foi interessante perceber que a referida entidade civil busca proporcionar àqueles a vivência do protagonismo juvenil voltado à uma cultura de valorização dos direitos humanos, tendo uma atuação sólida principalmente na promoção do desenvolvimento pessoal deles, enquanto cidadãos. Isto restou perceptível a partir da vivência e observação das atividades desenvolvidas no projeto e consolidada pelas entrevistas com os adolescentes. A satisfação íntima dos adolescentes entrevistados por integrarem o projeto revelou a presença de uma elevada autoestima, sendo este atributo indispensável para que eles possam se valorizar e se reconhecerem enquanto sujeito de direitos, acreditando em seu potencial enquanto agente transformador da realidade em que vive. Contudo, não existe uma formação específica ou não é repassado aos adolescentes do projeto Batuque informações acerca do que vem a ser o direito humano ao protagonismo juvenil, fazendo com que tal direito não seja compreendido em sua essência. Isto torna-se perceptível no primeiro momento das entrevistas, que tinha por objetivo justamente saber qual o entendimento dos adolescentes do projeto social sobre direitos humanos e protagonismo juvenil e eles não souberam responder de forma segura com domínio sobre tais conceitos.

A prática do direito humano ao protagonismo juvenil, por eles vivenciado é, indubitavelmente, importante para que eles possam desenvolver as competências e habilidades inerentes a cada um e tornarem-se agentes de transformação de suas vidas, tanto no aspecto pessoal quanto social. Porém, a transmissão do conhecimento sobre o que vivenciam é fundamental para que eles possam entender o significado das atividades ali desenvolvidas e o objetivo que se quer alcançar. Assim, haverá a junção da teoria com a prática, ampliando-se o entendimento dos adolescentes acerca do direito e da importância da participação e do protagonismo de cada um nas diversas demandas sociais que os rodeiam, a fim de colaborarem para a construção de uma sociedade mais justa e digna, com menos desigualdades sociais.

Por outro lado, quanto ao aspecto do desenvolvimento social que, como visto, objetiva a chamada participação ou *cidadania ativa* dos jovens, interferindo diretamente na solução dos problemas comunitários que os circundam, por meio, por exemplo, de integrarem grupos e lideranças comunitárias a fim de buscar melhorias para o bairro em que reside, junto à Administração Pública, pudemos perceber que este não é muito incentivado ou vivenciado nas atividades do projeto Batuque. O projeto centraliza-se mais na capacidade de transformação pessoal dos sujeitos do que na transformação social propriamente dita, ou seja, das condições de vida e garantia dos direitos sociais dos mesmos, pois esta (transformação social) seria uma consequência lógica daquela (transformação pessoal).

No que concerne ao relacionamento interpessoal entre os adolescentes do projeto Batuque, restou perceptível que esta é uma subcategoria bem apreendida e vivenciada por aqueles sujeitos, exaltando-se a importância do respeito ao próximo para uma convivência harmoniosa, seja nas relações estabelecidas no projeto, seja nos demais espaços sociais que aqueles sujeitos integram, buscando sempre a prevalência da não discriminação de qualquer espécie: raça, gênero, orientação sexual, classe social, denominação religiosa, etc.

Também não escapou aos nossos olhares e observações, enquanto pesquisadores, situações denominadas anteriormente como *Formas de Não Protagonismo*, que deixaram transparecer relações de poder existentes no projeto e a presença ainda de uma cultura adultocêntrica, nos termos já analisados; sendo que tais posturas contrariam totalmente as ideias e fundamentos do protagonismo juvenil. Nos acontecimentos intitulados *Episódio da foto: 'Você tá excluída já que*

não quer obedecer e *'Batucando Sem a Camisa Preta'* houve atitudes, por parte da coordenação do projeto, desfavoráveis ao bom relacionamento para com os adolescentes; tanto que tais episódios foram criticados e comentados durante algumas semanas, nos ensaios, o que despertou o nosso interesse pela compreensão dos adolescentes sobre os mesmos.

O exercício de um cargo hierarquicamente superior em um grupo não implica em agir com autoritarismo, compreendido este como uma forma de comportamento dominadora, onde haja a prevalência da vontade do sujeito dominante sobre os sujeitos 'dominados', baseando-se tão somente no querer daquele, ou seja, na satisfação pessoal de um desejo ou vontade, como no episódio da foto, ou ainda, com o descumprimento das normas impostas pelo próprio sujeito dominador, como no caso *'Batucando Sem a Camisa Preta'*. Atitudes como estas, a nosso ver, constroem junto aos alunos do Batuque a ideia de que, por se exercer um cargo hierárquico superior em relação aos demais, o sujeito pode descumprir normas sem que haja qualquer responsabilização, devendo suas vontades ser obedecidas sem que haja qualquer questionamento, evidenciado bastante nas falas dos adolescentes entrevistados, valendo-se de termos como 'ditadura', 'excesso de poder', 'autoritária', entre outros. Insta salientar que quando da finalização da presente pesquisa, a coordenação havia sido substituída por apresentar uma postura incompatível com o esperado pelo cargo e pelos princípios do projeto, como restou esclarecido no capítulo anterior.

Compreendemos que o fato de os adolescentes cumprirem as ordens da coordenação e dos instrutores sem que estas se relacionem com as instruções musicais ou de comportamento ético adotado para convivência harmoniosa do grupo, não pode ser tido como um comportamento natural e padronizado a ser seguido, visto que não condiz com uma cultura de valorização dos direitos humanos e menos ainda com as ideias de empoderamento e autonomia que se espera que sejam desenvolvidas pelos adolescentes quando da vivência do protagonismo juvenil.

Contudo, de que seria útil uma análise pormenorizada, com a exposição de problemas evidenciados no projeto, sem a apresentação de possíveis soluções para os mesmos? A ciência, a pesquisa, o estudo e o conhecimento devem ser apreendidos e praticados sempre objetivando a melhoria das relações entre os homens. Assim, desvalida de qualquer pretensão de trazer verdades absolutas em

nossos escritos, trazemos como sugestão que fosse oferecida uma formação em Direitos Humanos e Protagonismo Juvenil dentro do projeto Batuque, primeiramente para os coordenadores e instrutores e, em seguida, para os próprios adolescentes do projeto, a fim de que o conhecimento científico e sistematizado possa ser apreendido e eles obtenham, desta forma, o entendimento real do que se propõem a fazer junto aos sujeitos destinatários do projeto social, para que possam planejar e realizar suas atividades em consonância com os objetivos almejados, como a promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes, desenvolvendo o potencial deles enquanto agentes de transformação pessoal e social, bem como a valorização de uma cultura de paz.

Desta forma, entendemos que por meio da formação e do compartilhamento do conhecimento, com a realização de atividades mais específicas e direcionadas a uma atuação protagonista dos adolescentes, estes haverão de ser verdadeiros multiplicadores de uma cultura de paz e de valorização dos direitos humanos, colaborando ativamente para a efetivação de um dos objetivos constitucionais do Brasil: a construção de uma sociedade mais digna, livre, justa e solidária. Ou, como sabiamente afirmou o educador Paulo Freire *“A pessoa conscientizada tem uma compreensão diferente da história e de seu papel. Recusa-se acomodar-se, mobiliza-se, organiza-se para mudar o mundo”*.

Por fim, registramos que a presente pesquisa não objetiva de forma alguma esgotar o estudo do tema proposto: o protagonismo juvenil enquanto direito humano positivado. Pelo contrário, anseia-se que estas breves linhas possam somar-se a muitas outras já finalizadas ou ainda em construção, bem como que possibilite o despertar de um maior interesse pelo assunto; colaborando, enfim, para que o adolescente deixe de ser visto como um problema e seja definitivamente compreendido como um sujeito com potencial para construir a própria história e a história do seu país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, 2005.

_____. Participação e organizações juvenis: contribuições. Projeto Redes e Juventudes. Recife, 2004.

ABRAMOVAY, M; CASTRO, G. M.; PINHEIRO, L. C.; LIMA, F. S.; MARTINELLI, C.C. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO/ BID, 2002.

ALBUQUERQUE, Simone Santos. “Socialização às avessas”: implicações de uma lógica cultural adultocêntrica na educação das crianças pequenas. In: IX ANPED Sul. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Rio Grande do Sul. Acesso em 07 de fevereiro de 2017. Disponível em http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Educacao_e_Infancia/Trabalho/07_46_02_2520-6676-1-PB.pdf.

AMIN, Andréa Rodrigues. Evolução histórica do direito da criança e do adolescente. In MACIEL, Kátia (coord.). Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos. 2ª edição. Editora Lúmen Júris: Rio de Janeiro, 2010.

ANDRADE, Pedrosa de; BERNABÉ, Lucimary. Educação Infantil: discurso, legislação e práticas institucionais. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2010.

ARIÈS, P. História social da infância e da família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1973.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a Criança? Revista Virtual de Textos e Contextos. São Paulo: vol. 01, n. 05, nov., p. 12, 2006.

BANDEIRA, C. de M., & Hutz, C. S. (2010). As implicações do bullying na autoestima de adolescentes. Revista Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, 14(1), 131-138. Acesso em: 07 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v14n1/v14n1a14>.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Tradução: Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Edições 70. Lisboa, 1977.

BENEVIDES, Maria Vitória. A cidadania ativa. São Paulo: Ática, 1991.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da.; VIEIRA, Maria Adenil. Protagonismo Juvenil: Adolescência, educação e participação democrática. 2ª Ed. FTD: São Paulo, 2006.

BORDENAVE, Juan Diaz. O que participação Social. São Paulo, Cortez, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, República Federativa do. Ato Institucional n. 5 (AI-5). Acervo, [S.l.], v. 27, n. 1 jan-Jun, p. 394-402, abr. 2014. ISSN 22378723. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/484>>. Acesso em: 25 Fev. 2017.

BRASIL. Lei nº 6.697 de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores.

CALIARI, HINGRIDY FASSARELLA. Um ensaio sobre a participação política da juventude brasileira. 2009. 195 f. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. 2009.

CALIL, M. I. (2003). De menino de rua a adolescente: Análise sócio-histórica de um processo de resignificação do sujeito. In Ozella, S. (Org.). *Adolescências construídas: A visão da psicologia sócio-histórica* (pp. 137-166). São Paulo: Cortez.

CAMPOS, A. et al. Atlas de exclusão social no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. Jovens, escolas e cidades: entre diversidades, desigualdades e desafios à convivência. II Colóquio Luso-Brasileiro de Sociologia da Educação. Porto Alegre. 2009. Disponível em http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/Comunica_Carrano_luso_brasileiro_sociologia_educacao.pdf. Acesso em 23 Mar 2017.

BRENNER, Ana Karina. Formas e Conteúdos da Participação de Jovens na Vida Pública. 2008. In: Observatório Juvenil. Disponível em <http://www.uff.br/observatoriojovem/materia/formas-e-conte%C3%BAdos-da-participa%C3%A7%C3%A3o-de-jovens-na-vida-p%C3%BAblica>. Acesso em 23 Mar 2017.

CAVALCANTE, Itanamara Guedes. A Participação Social da Juventude na Sociedade Brasileira Contemporânea. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. UFMA. São Luís. MA. 2015.

CONSELHO tutelar no estatuto da criança e do adolescente. *Repertório IOB de Jurisprudência*. São Paulo: n. 7, Caderno 3, abr. 2001, p. 140/145. Publicação exclusiva. Disponível em: <<http://www.mprs.mp.br/areas/infancia/arquivos/ctnoeca.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da.; VIEIRA, Maria Adenil. Protagonismo Juvenil: Adolescência, educação e participação democrática. 2ª Ed. FTD: São Paulo, 2006.

DEISTER, Jaqueline. 1968: entre a política e a cultura, jovens mudaram o mundo. Disponível em <http://www.uff.br/observatoriojovem/materia/1968-entre-pol%C3%ADtica-e-cultura-jovens-mudaram-o-mundo>. Acesso em 25 fev 2017.

ESCOREL, Sarah; Exclusão Social, Dicionário da Educação Profissional em Saúde, 2011. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/index.html>; Acesso em 15 de setembro de 2014.

FIDALGO, Fernando Selmar Rocha; MACHADO, Marcela Rosa de Lima. Juventude conectada: movimentos sociais e participação política no século XXI. IV Seminário de Educação Profissional e Tecnológica. 2014. Belo Horizonte. MG. Disponível em http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2014/GT09/GT_09_x11x.PDF. Acesso em 23 Fev 2017.

GASPAR, A. M. [coord.], (2000). Crianças e jovens que vivem em lar: Caracterização Sociográfica e Percursos de Vida. Estudos, Instituto para o Desenvolvimento Social. ISBN: 972-8553-07-02.

GOFFMAN, Ken; JOY, Dan. Contracultura através dos tempos: Do mito de Prometeu à Cultura Digital. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.p. 272

GOHN, M. G. Movimentos Sociais no Início do Século XXI: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GOIS, Chico de. Nas ruas, um mar de reivindicações. In: GODOY, Fernanda (org). O Brasil nas Ruas (e-book). O Globo, 2013.p. 102-109.

Hart Roger: La Participación de los niños, de la Participación Simbólica a la Participación auténtica. UNICEF. 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. Síntese de Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE; 2001-2010.

KLEBER, Magali Oliveira. Práticas musicais em ONGs: possibilidade de inclusão social e o exercício da cidadania. In: Fênix – Revista de História e Estudos Culturais. Uberlândia, v 5, nº 2, p. 01-24, abr/mai/jun, 2008.

LEIROS, Maria Wilma de Souza Bezerra. O Significado dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente em Exclusão Social. Monografia (Especialização em Direitos Humanos). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2002.

LEÓN, Oscar Dávila. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, Maria Virgínia de (org). Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005; pp. 6-18.

LEVI, Giovanni; SCHMIT, Jean-Claude. História dos Jovens. V. 1 e 2. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1991.

MARCÍLIO, Maria Luíza. História social da criança abandonada. São Paulo: Hucitec, 1998.

MEDEIROS, 1999; HUTZ, KOLLER, 1996; EL-KHATIB, 2001; LESCHER et al., 2004, Crianças e Adolescentes em Processo de Exclusão Social, 119-133.

MIRANDA, Humberto da Silva. No tempo da assistência: o Código de 1927, o Juizado de Menores e os Meninos do Recife. In: MIRANDA, Humberto (org). Crianças e Adolescentes: do tempo da assistência à era dos direitos. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010; pp. 81-94.

MIRANDA, Humberto da Silva. Entre ruas e praças: a trajetória do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua no Recife (1980). XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis. Santa Catarina (SC). 2015. Disponível em http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427751353_ARQUIVO_ARTIGO_HUMBERTODASILVAMIRANDA.pdf.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. Revista Educação, Porto Alegre, v.22, n. 37, p. 07-32, 1999.

MORAIS, Bárbara Maia. HISTÓRIAS DE VIDA DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO RSI COM CRIANÇAS EM RISCO: O estudo de caso na Cooperativa Sol Maior. 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto. Portugal. 2015.

MOSQUERA, J. J. M.; STOBÄUS, C. D. Autoimagem, autoestima e auto-realização na universidade. In: ENRICONE, D. (Org.). A docência na educação superior: sete olhares. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

NOVAES, Regina R. Juventude e participação social: apontamentos sobre a reinvenção da política. In: H. W. ABRAMO et al. (org.). Juventude em debate. São Paulo: Cortez, 2000.

NÚCLEO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE GARANHUNS (NADESG). Projeto Batuque. Garanhuns. 2004.

OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 33, p. 49-61, fevereiro de 1997.

OTAVIO, Chico. Multidões em marcha. In: GODOY, Fernanda (org). O Brasil nas Ruas (e-book). O Globo, 2013, p.16-21.

PENNA, João Camillo. A Violência da poesia. **Alea**, Rio de Janeiro , v. 13, n. 2, p. 205-226, Dec. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2011000200002&lng=en&nrm=iso>. accesson 20 Sept. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-106X2011000200002>.

PEREIRA, Antônio. A Educação no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR): A Contribuição do Projeto Axé na legitimação da Pedagogia Social de Rua. *Educação em Revista*, Marília, v.12, n.2, p. 125-144, Jul.-Dez., 2011.

RAMOS, Silvia. Respostas brasileiras à violência e novas mediações: o caso do Grupo Cultural AfroReggae e a experiência do projeto Juventude e Polícia. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(Sup): 1303-1311, 2007.

RIZZINI, Irene. Crianças e Menores- Do Pátrio Poder ao Pátrio Dever: Um Histórico para a Infância no Brasil(1830-1990) (1995). In PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene(org). *A Arte de Governar Crianças*. Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula. 1995.

ROCHA, José Aparecido da S; LÚCIO, Antônio B. Protesto Social no Brasil: Os jovens nos movimentos Diretas já e Fora Collor. *Congresso Alas*, Recife, vol.1, pp.1-9, 2009.

ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério Sanches. *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. P 52.

SACCONI, Luiz Antônio. *Grande Dicionário Sacconi: da língua portuguesa: comentado, crítico e enciclopédico*. Luiz Antônio Sacconi. São Paulo. Nova Geração. 2010.

SALLES, Leila Maria Ferreira. Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. *Estud. psicol. (Campinas)* [online]. 2005, vol.22, n.1, pp.33-41. ISSN 1982-0275. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2005000100005>.

SANFELICE, José Luiz. Breves reflexões sobre “juventude”, educação e globalização. In: MACHADO, Otávio Luiz (Org.). *Juventudes, democracia, direitos humanos e cidadania*. Frutal – MG, p. 67-87. Prospectiva, 2013.

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS (SEDH) Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente. *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília – DF: Conanda, 2009.

SILVA JUNIOR, Antônio Manuel da. O tempo inteiro eu tenho que estudar: a relação entre o ensino de história, juventude e música urbana no ensino médio. 141 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2016.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. In: *Rev. Katál. Florianópolis* v. 13 n. 2 p. 155-163 jul./dez. 2010.

SILVA, Moacyr Motta; VERONESE, Josiane RosyPetry. *A Tutela Jurisdicional dos Direitos da Criança e Adolescente*. São Paulo: LTR, 1998.

SILVA, P. R. & Mayorga, C. (2016). Experiências de jovens pobres participantes de programas de aprendizagem profissional.

SOFIATI, Flávio Munhoz. Religião e Juventude: os jovens carismáticos. 2009. 210 f. Doutorado (Departamento de Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.

STAMATO, Maria Isabel Calil. Protagonismo Juvenil: Uma Práxis Sócio-Histórica de Formação para a Cidadania. XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social. Faculdade Integrada Tiradentes (FITS). Maceió. 2009. Disponível em http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/389.%20protagonismo%20juvenil.pdf . Acesso em 23 Mar 2017.

STRECK, V. S. Pesquisando juventude no contexto brasileiro. UNIrevista - Vol. 1, nº 2 : (abril 2006).

TEIXEIRA, Joana D' Arc. A Reafirmação do Paradoxo Inclusão/Exclusão no Sistema Socioeducativo para Jovens Autores de Atos Infracionais. Termo In: Brabo, Tânia Suely Antonelli Marcelino & REIS, Martha dos Reis (orgs.) Marília. Educação, direitos humanos e exclusão social. São Paulo: Oficina Universitária, 2012. pp. 98-113.

UNICEF. O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades / Fundo das Nações Unidas para a Infância. – Brasília, DF, 2011.

VILAS-BÔAS, Renata Malta. Compreendendo a criança como sujeito de direito: a evolução histórica de um pensamento. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 101, jun 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11583>. Acesso em jan 2017).

ANEXOS

Anexo 01 – Roteiro da Entrevista Semiestruturada Realizada com os Adolescentes

Início: Saudar o entrevistado e agradecer pela disponibilidade em participar da pesquisa, concedendo a entrevista. Explicar, sucintamente, sobre a pesquisa que estou desenvolvendo, informando a importância de conhecer sobre a experiência vivenciada pelo (a) entrevistado (a) durante o tempo de permanência no Projeto Batuque.

Desenvolvimento (Guia prático):

1. Identificação:
 - a) Nome
 - b) Idade
 - c) Escolaridade
 - d) Telefone
 - e) Com quem mora?
 - f) Trabalha?
 - g) Participa de outros projetos sociais?

2. Compreensão sobre Protagonismo Juvenil e Direitos Humanos
 - a) Você já ouviu falar em protagonismo juvenil?
 - b) Você se considera um jovem protagonista? Por quê?
 - c) Poderia relatar algum momento no qual você se considerou um jovem protagonista? (Em caso afirmativo à letra *b*)
 - d) E em direitos humanos? Você já ouviu falar?
 - e) Você acha que tem direitos humanos?

3. Sobre Protagonismo Juvenil no Projeto Batuque
 - a) Você poderia falar um pouco sobre a sua rotina no projeto; como é sua dinâmica aqui?
 - b) O que você acha da forma como o espetáculo é montado?

- c) Você é responsável por alguma área específica?
- d) Você já tinha essas responsabilidades antes de ser bolsista?
- e) E os alunos novatos? Como é feita a recepção deles?
- f) E sobre o momento dos ensaios? Você vai aprendendo a tocar o instrumento, errando e acertando. Como você encara esses momentos?
- g) E sobre a apresentação para o público? A expectativa de subir ao palco e tocar para o público? Você poderia falar desse momento também?

4. Sobre o protagonismo juvenil em outros espaços sociais de convivência

- a) Fale-me um pouco da sua vida além do projeto; do seu bairro, como é a sua relação com colegas e vizinhos. Você integra algum grupo específico, liderança comunitária?
- b) Quais as dificuldades do bairro? Vocês já tentaram resolver algum problema do bairro junto aos órgãos públicos: prefeitura, câmara de vereadores, Ministério Público?

Momentos Finais: Tem algo que você não falou e que não questionei nesta entrevista e que você queira falar?

OBS: Deixar o adolescente à vontade, observar expressões faciais tentando identificar o sentimento vivenciado naquele momento (medo, ansiedade, nervosismo, desconfiança, segurança, etc).

Conclusão: Agradecer novamente ao entrevistado e me colocar à disposição para quaisquer dúvidas.

Anexo 02 - **TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**
(PARA MEORES DE 12 A 18 ANOS - Resolução 466/12)

Convidamos você _____, após autorização dos seus pais ou responsáveis legais, para participar como voluntário (a) da pesquisa **O Direito Humano ao Protagonismo Juvenil Vivenciado no Projeto Batuque**, que está sob a responsabilidade da pesquisadora HELOÍSA FERNANDA DA SILVA SANTOS, inscrita no CPF nº, residente à (endereço), Garanhuns/PE, Celular nº, E-mail: heloisasantos@hotmail.com.

Esta pesquisa está sob a orientação da Prof. Jaciara Josefa Gomes, Telefone nº, E-mail: jaciaraigomes@gmail.com.

Caso este Termo de Assentimento contenha informações que não lhe sejam compreensível, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados, caso concorde com a realização do estudo pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável. Caso não concorde não haverá penalização, bem como será possível retirar o consentimento a qualquer momento, também sem qualquer penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

A presente pesquisa busca compreender o protagonismo juvenil voltado à construção de uma cultura de valorização dos direitos humanos desenvolvido por jovens que integram projetos sociais em Organizações Não Governamentais.

Para tanto, serão realizadas entrevistas, com duração de aproximadamente 01 (uma) hora, com adolescentes que integram o Projeto Batuque. Cada pessoa terá 01 (um) encontro com a pesquisadora, onde irá retratar sobre a experiência que teve com o Projeto Batuque. A coleta dos dados será gravada apenas para facilitar a transcrição.

Riscos: ao conversar sobre sua participação no Projeto batuque você poderá sentir-se desconfortável ou constrangido em algum momento da entrevista, por relatar algum acontecimento durante a vivência das atividades do projeto batuque.

Benefícios: sua participação contribuirá para uma melhor compreensão das atividades desenvolvidas no Projeto Batuque que envolvam a participação dos adolescentes, inclusive, na busca pela melhoria das atividades do projeto, se forem aceitas possíveis sugestões pela equipe técnica.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa, por meio das entrevistas e/ou gravações, ficarão armazenados em pastas de arquivo, no computador pessoal da pesquisadora, sob a responsabilidade da mesma pelo período mínimo de 05 (cinco) anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua

participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: (Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).

Garanhuns, ____ de ____ de 20____.

(assinatura do pesquisador)

ASSENTIMENTO DO MENOR DE IDADE EM PARTICIPAR COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com a pesquisadora responsável, concordo em participar do estudo **O Direito Humano ao Protagonismo Juvenil Vivenciado no Projeto Batuque**, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data _____.

Assinatura do Menor: _____.

Testemunhas:

Presenciamos a solicitação de assentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar:

Nome:

Assinatura:

Nome:

Assinatura:

**Anexo 03 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(PARA RESPONSÁVEL LEGAL PELO MENOR DE 18 ANOS - Resolução 466/12)**

Solicitamos a sua autorização para convidar o(a) seu/sua filho (a) ou menor que esteja sobre a sua responsabilidade, para participar como voluntário (a) da pesquisa **O Direito Humano ao Protagonismo Juvenil Vivenciado no Projeto Batuque**, que está sob a responsabilidade da pesquisadora HELOÍSA FERNANDA DA SILVA SANTOS, inscrita no CPF nº 063.491.314-01, residente à Rua Bartolomeu Dias, 51, São José, Garanhuns/PE, CEP: 55.295-550, Celular (87) 99193444, E-mail: heloisasantos@hotmail.com.

Esta pesquisa está sob a orientação da Prof. Jaciara Josefa Gomes, Telefone: (87) 3761-1343, E-mail: jaciaraigomes@gmail.com.

Caso este Termo de Consentimento contenha informações que não lhe sejam compreensível, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados, caso concorde com a realização do estudo pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável. Caso não concorde não haverá penalização, bem como será possível retirar o consentimento a qualquer momento, também sem qualquer penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

A presente pesquisa busca entender e analisar a percepção dos sujeitos de direitos que integraram o Projeto Batuque sobre o protagonismo juvenil e a relação deste para a promoção de uma cultura voltada aos direitos humanos.

Para tanto, serão realizadas entrevistas, com duração de aproximadamente 01 (uma) hora, com pessoas que fizeram parte do Projeto Batuque, na condição de coordenadores, instrutores e alunos. Cada pessoa terá 01 (um) encontro com a pesquisadora, onde irá retratar sobre a experiência que teve com o Projeto Batuque. A coleta dos dados será gravada apenas para facilitar a transcrição.

Riscos: ao conversar sobre sua participação no Projeto batuque você poderá sentir-se desconfortável ou constrangido em algum momento da entrevista, por relatar algum acontecimento durante a vivência das atividades do projeto batuque.

Benefícios: sua participação contribuirá para uma melhor compreensão das atividades desenvolvidas no Projeto Batuque que envolvam a participação dos adolescentes, inclusive, na busca pela melhoria das atividades do projeto, se forem aceitas possíveis sugestões pela equipe técnica.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa, por meio das entrevistas e/ou gravações, ficarão armazenados em pastas de arquivo, no computador pessoal da pesquisadora, sob a responsabilidade da mesma pelo período mínimo de 05 (cinco) anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme

decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: (Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).

Garanhuns, ____ de ____ de 20 ____.

(assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DO RESPONSÁVEL PARA A PARTICIPAÇÃO DO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, responsável legal por _____ autorizo

a participação no estudo **O Direito Humano ao Protagonismo Juvenil Vivenciado no Projeto Batuque**, como voluntário, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com a pesquisadora responsável, concordo em participar do estudo como voluntário (a).

Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da participação dele(a). Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade para o menor em questão.

Local e data _____.

Assinatura do responsável: _____.

Testemunhas:

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar:

Nome:

Assinatura:

Nome:

Assinatura:

Anexo 04 – CARTA DE ANUÊNCIA DA ONG NADESG AUTORIZANDO A PESQUISA COM O PROJETO



CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora HELOÍSA FERNANDA DA SILVA SANTOS, a desenvolver o seu projeto de pesquisa **O Protagonismo Juvenil Enquanto Direito Humano Vivenciado nas Organizações Não-Governamentais**, que está sob a coordenação/orientação da Prof. (a) Jaciara Josefa Gomes cujo objetivo é compreender o protagonismo juvenil voltado à construção de uma cultura de valorização dos direitos humanos desenvolvido por jovens que integram projetos sociais em Organizações Não Governamentais (ONGs).

Declaramos ainda que cederemos acesso aos documentos relativos ao desenvolvimento das atividades do Projeto Batuque e da NADESG, como plano de ação, projeto escrito, estatuto social, entre outros.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento do (a) pesquisador (a) aos requisitos da Resolução 466/12 e suas complementares, comprometendo-se o/a mesmo/a a utilizar os dados pessoais dos sujeitos da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados a pesquisadora deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Garanhuns, em 30/ 07 / 2016.


MIRTES NUNES VIEIRA DOS SANTOS

Coordenadora da NADESG

CNPJ N° 04.218.216/0001-89

Anexo 05 – ESTATUTO DA ONG NADESG

ESTATUTO SOCIAL DO NÚCLEO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE GARANHUNS - NADESG



CAPÍTULO I

Denominação, Objetivos, Sede e Duração.

Artigo 1º - O NÚCLEO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE GARANHUNS - NADESG, fundada em 17 de novembro 1997 é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de duração por tempo indeterminado, com sede e foro em Garanhuns, Estado de Pernambuco, regida pelo presente estatuto e pelas leis pertinentes.

Artigo 2º - São objetivos do Núcleo.

1 - Objetivo Geral:

Desenvolver e promover programas, projetos e ações voltadas ao desenvolvimento sustentável nas dimensões econômica, social, tecnológica, cultural, educacional, político-institucional e ambiental visando o fortalecimento da cidadania e a melhoria da qualidade de vida;

2 - Objetivos Específicos:

- I. Desenvolver programas, projetos e ações de promoção e defesa dos direitos humanos, especialmente de crianças e adolescentes, idosos, portadores de deficiências e segmentos populacionais discriminados;
- II. Desenvolver programas, projetos e ações direcionados para área de educação, proteção e recuperação do meio ambiente, com ênfase na preservação dos recursos hídricos, no tratamento do lixo e no eco-turismo;
- III. Executar programas, projetos e ações de desenvolvimento de recursos humanos, qualificação e requalificação profissional;
- IV. Desenvolver programas, projetos e ações de geração de emprego e renda, de apoio a micro-empresas e ao associativismo;
- V. Desenvolver programas, projetos e ações de produção, qualificação, preservação e difusão de atividades artísticas e culturais;
- VI. Desenvolver programas, projetos e ações na área de comunicação e marketing.

- VII. Desenvolver programas, projetos e ações de promoção e assistência social, direcionado, preferencialmente, para o atendimento a saúde, educação, esporte e lazer de pessoas carentes.

Parágrafo único – Para a consecução dos seus objetivos o núcleo poderá:

- a. Prestar serviços de assessoria e consultoria, a órgãos governamentais, não-governamentais, organizações populares e a empresas;
- b. Realizar estudos, pesquisas, debates, cursos e seminários; elaborar e editar cartilhas, revistas, livros e vídeos;
- c. Celebrar acordos de cooperação, firmar convênios e contratos com entidades nacionais, estrangeiras e internacionais de direito público ou privado.

CAPÍTULO II

Da Categoria, Direitos, Deveres e Exclusão dos Sócios.

Artigo 3º - O Núcleo terá duas categorias de sócios: Efetivos e Colaboradores, em número limitado, sem distinção de cor, sexo, nacionalidade, profissão, credo religioso ou político;

Artigo 4º - Os Sócios Efetivos são os que, de forma permanente, participam das atividades do Núcleo, contribuindo para seu sucesso em sua área de atuação;

Artigo 5º - Os Sócios Colaboradores são os que, de forma eventual, concorrem para a consecução dos objetivos sociais.

Artigo 6º. São direitos e deveres dos sócios:

- I- Participar dos eventos, reuniões e atividades promovidas pelo núcleo,
- II- Contribuir para a consecução dos objetivos do Núcleo,
- III- Ser eleito para a coordenação e conselho fiscal do Núcleo,
- IV- Votar nas Assembléias gerais e extraordinárias;
- V- Indicar novos sócios, cuja aceitação dependerá, todavia de livre deliberação da coordenação.

Artigo 7º - Dar-se-á a exclusão do sócio que:

- I - Praticar atos incompatíveis com os objetivos do Núcleo.
- II - Solicitar voluntariamente sua saída da entidade.

Parágrafo Único: A deliberação pela exclusão dos sócios será tomada pela Coordenação do Núcleo por maioria absoluta dos votos.

CAPÍTULO III

Dos Órgãos de Deliberação, Execução e Fiscalização.

Artigo 8º- O Núcleo tem como órgãos de deliberação, execução e fiscalização;

- I - Assembléia Geral.
- II - Coordenação
- III - O Conselho Fiscal



SEÇÃO I

Da Assembléia Geral

Artigo 9º - A Assembléia Geral é o órgão deliberativo máximo, integrada por todos os sócios efetivos e se reunirá, ordinariamente, trimestralmente, e extraordinariamente, quando necessário.

Artigo 10º - A Assembléia Geral será convocada pelo Coordenador Geral ou pela maioria da coordenação, onde as deliberações serão lavradas em livro de ata.

Artigo 11º - Compete à Assembléia Geral Ordinária:

- I - Reformar o estatuto social do Núcleo;
- II - Aprovar o programa de trabalho do Núcleo, elaborado pela coordenação, bem como os balanços, relatórios e alienação de bens móveis e imóveis;
- III - Eleger a cada biênio a Coordenação.

Artigo 12º - Compete a Assembléia Geral Extraordinária:

- I - Eleger o coordenador em substituição, no caso de morte, ausência, destituição ou renúncia, para a conclusão do mandato do coordenador substituído;
- II - Deliberar sobre a dissolução e a destinação do patrimônio social.

Artigo 13º - As deliberações das Assembléias Ordinárias e Extraordinárias serão tomadas por votos da maioria absoluta de seus sócios efetivos, ressalvada a deliberação do Núcleo que só ocorrerá mediante aprovação de dois terços dos votos dos seus membros efetivos.

SEÇÃO II

Da Coordenação

Artigo 14º - O Núcleo será administrado por quatro coordenadores, escolhidos entre os sócios efetivos, eleitos para um mandato de 02(dois) anos podendo ser reeleitos por mais um mandato, sendo um Coordenador Geral, um Coordenador Financeiro, um coordenador administrativo e um Coordenador Técnico.

Artigo 15º - Compete a Coordenação:

- Dirigir as atividades do Núcleo, fixando-lhes programas e metas de trabalho para o

Biênio correspondente ao seu mandato;

II - Aprovar a contratação de pessoal de apoio funcional, assessores e administradores, bem como a constituição de mandatos em favor de terceiros, que outorgarem, no todo ou em parte, os poderes de representação e administração, inclusive para os atos de rotina bancária, comercial, fiscal e trabalhista.



Artigo 16º - Compete ao Coordenador Geral:

- I - Representar o Núcleo ativa e passivamente, em juízo e fora dele;
- II - Zelar pela credibilidade do Núcleo e supervisionar o conjunto de suas atividades;
- III - Emitir e endossar cheques e ordens bancárias, títulos de crédito e constituir advogados e mandatários, em conjunto com o coordenador financeiro;
- IV - Convocar e presidir as reuniões da Assembleia Geral.

Artigo 17º - Compete ao Coordenador Financeiro:

- I - Substituir o Coordenador Geral em seus impedimentos e ausências, com poderes para Realizar todos os atos de sua competência;
- II - Supervisionar a contabilidade e manter sob sua administração e guarda os valores, Patrimônio físico e comprovante de receitas e despesas do Núcleo;
- III - Apresentar trimestralmente, à Assembleia Geral, o relatório do movimento financeiro.
- IV - Emitir e endossar cheques, Ordens bancárias, títulos de crédito em conjunto com o Coordenador Geral.

Artigo 18º - Compete ao Coordenador Administrativo:

- I - Secretariar as reuniões da Coordenação e Assembleias Ordinárias e Extraordinárias, lavrando em atas suas deliberações, quando necessário.
- II - Substituir o Coordenador Financeiro em seus impedimentos e ausências;
- III - Acompanhar e orientar os sócios nas questões administrativas dos recursos captados.

Artigo 19º - Compete ao Coordenador Técnico:

- I - Substituir o Coordenador Administrativo em seus impedimentos e ausências;
- II - Propor, planejar e fazer executar as atividades do Núcleo em concordância com os objetivos sociais;
- III - Manter registros de todas as atividades desenvolvidas pelo Núcleo e apresentar, anualmente, relatório à Assembleia Geral;

SEÇÃO III

Do conselho Fiscal

Artigo 20º - Compete ao Conselho Fiscal:

- I - Apreçar as contas do Núcleo no fim de cada exercício administrativo;

- II - Fiscalizar a atuação do Núcleo, orientando-o para a consecução de seus objetivos sociais;
- III - acompanhar o Trabalho de auditores internos e externos e zelar pela correlação dos eventuais erros apontados.



CAPÍTULO IV

Do Patrimônio Social

Artigo 21º - O Patrimônio Social será constituído de bens imóveis, móveis, títulos, valores e direitos pertencentes ou que venham a pertencer ao Núcleo;

Artigo 22º - Constituem receita do Núcleo as doações, auxílios e subvenção, as rendas auferidas sobre aplicações financeiras, a remuneração pelas prestações de serviços técnicos e demais valores.

Artigo 23º - O Núcleo aplicará seu patrimônio e suas receitas, integral e exclusivamente, no país e na consecução de seus objetivos sociais.

Artigo 24º - No caso da dissolução da Associação, seu patrimônio deverá destinado a instituição congênera, devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.

CAPÍTULO V

Disposições Finais

Artigo 25º - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Artigo 26º - O exercício financeiro

Artigo 26º - O Núcleo manterá escrituração de suas receitas e despesas através de registros revestidos de todas as formalidades legais, capazes de assegurar sua exatidão e no fim de cada exercício, levantará um balanço geral que será apreciado pelo Conselho Fiscal e aprovado pela Assembleia Geral.

Artigo 27º - O presente Estatuto entrará em vigor na data do seu registro e arquivamento no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Município de Garanhuns.

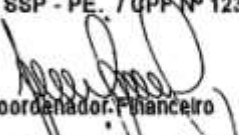
Artigo 28º - O Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento Social de Garanhuns, terá como foro a cidade de Garanhuns.

Garanhuns, 17 de Novembro de 1997.



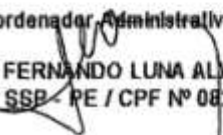

Coordenador Geral

MIRTES NUNES VIEIRA DOS SANTOS
R.G. Nº 1.113.524 SSP - PE / CPF Nº 123.746.874 - 49


Coordenador Financeiro

JOSÉ PAULO DA SILVA
R.G. Nº 2629377 SSP - PE / CPF Nº 349.729.864 - 68

Coordenador Administrativo


JOSÉ FERNANDO LUNA ALVES
R.G. Nº 986.575 SSP - PE / CPF Nº 082.328.494 - 87

Coordenador Técnico


MICHELE MANDICI FILHO
R.G. Nº 4.214.878 SSP - PE / CPF Nº 887.861.294 - 49


Advogado

JOSÉ ROBERTO FALCÃO ARAÚJO
OAB-12661

20/05/2015

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral - Impressão



Receita Federal

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.218.216/0001-89 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 22/12/2000			
NOME EMPRESARIAL NUCLEO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE GARANHUNS - NADESG			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) NADESG			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIAÇÃO PRIVADA			
LOGRADOURO R DR. JOSE MARIANO		NÚMERO 188	COMPLEMENTO SALA 02
CEP 55.293-310	BARRIO DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO GARANHUNS	UF PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (081) 3762-0159	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 22/12/2000	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 20/05/2015 às 12:26:46 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar

Anexo 06 – DOCUMENTO FORMAL DO PROJETO BATUQUE



4 – OBJETIVO

Continuidade das atividades do Projeto Batuque, buscando o aperfeiçoamento das técnicas percussivas em todos os ritmos populares e do canto, criando possibilidades para melhoria e aperfeiçoamento das técnicas buscando sempre resultados exitosos, sem perder o foco na convivência e a capacidade de transformação do ser humano obtidos com a leveza e o prazer que atividades lúdicas oferecem, sem fugir do objetivo principal que é o atendimento de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social.

5 – METODOLOGIA

Apresentar os ritmos da cultura popular pernambucana de forma pedagógica trazendo o conhecimento das raízes históricas do povo nordestino, da sua formação e importância cultural exercida, criando oportunidades para criações de novos batuques perpassando por outros ritmos que proporcionem essas criações.

6 - METAS

META	AÇÃO	RESULTADO	PRAZO
01	1.1 Inscrever 60 adolescentes e jovens a partir de 10 anos.	Todas as vagas preenchidas.	JANEIRO/2015 A ABRIL/2015
	1.2 Formação de turmas de acordo com a experiência acumulada em percussão, canto e dança	Turmas com nível de conhecimento equivalentes.	JANEIRO A MARÇO/2015
		Elaboração da proposta de espetáculo para apresentações	MARÇO/2015
02	2.1 Ensaios/aulas	Aperfeiçoamento das técnicas	FEVEREIRO/2015 a DEZEMBRO/2015
	2.2 Apresentações do grupo	Apresentações do grupo	MARÇO/2015 a DEZEMBRO/2015

07 – RECURSOS HUMANOS

Item	Profissional	Quantidade
01	Coordenação	01
02	Instrutor de percussão	02
03	Instrutor de canto	01
03	Bolsistas	02

1 – APRESENTAÇÃO

Entidade: NÚCLEO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
DE GARANHUNS – NADESG

Endereço: Rua Dr. José Mariano nº 188 Sala 02 Centro Garanhuns PE
CEP 55290 000

CNPJ: 04.218.216/0001-89

DADOS BANCÁRIOS:

Banco: Caixa Econômica Federal

Agência: 0052

Conta Corrente: 10.408-0

Operação: 003

Nome do Projeto:

PROJETO BATUQUE EM **VAMOS CONTINUAR A BATUCAR**

2 – INTRODUÇÃO

O PROJETO BATUQUE EM **VAMOS CONTINUAR A BATUCAR** vem dar continuidade as atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento Social de Garanhuns – NADESG desde 2004 consolidando trabalho de arte popular para transformação de adolescentes e jovens em vulnerabilidade social utilizando a musica como instrumento transformador e formador de novos rumos onde a elevação da autoestima revigora a esperança e a certeza de que pode ser protagonista de uma historia de vida inovadora e cheia de sucessos.

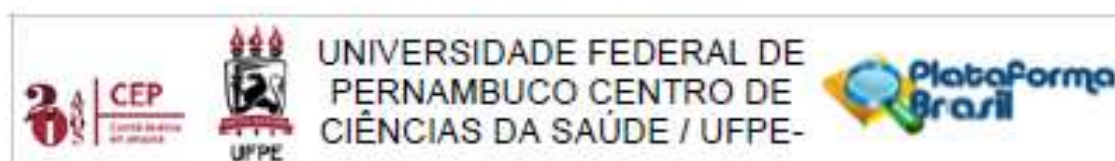
3 – JUSTIFICATIVA

Ao falar em esperança e mudança de vida nos baseamos em resultados alcançados durante esses dez anos de trabalho tendo foco central que o desenvolvimento humano, especialmente de crianças e jovens em ambiente onde todos são bem vindos independente de credo, raça, preferência sexual, portadores de dificuldades especiais dentre outras, oportunizando o desenvolvimento das potencialidades artisticas, mas especialmente a humanização da convivência, com fins de fazer emergir um novo olhar em relação ao mundo e especialmente apresentando a diversidade cultural do nosso povo, remetendo a reflexão da ressignificação da vida das relações humanas de forma prazerosa ao utilizar a música como instrumento de transformação pessoal e social.

08 – ORÇAMENTO FINANCEIRO

Item	Discriminação	Quant.	Meses	V.Unitário R\$	V. total R\$
01	Coordenação	01	11	400,00	4.400,00
02	Instrutor de percussão	01	11	400,00	4.400,00
03	Instrutor de canto	01	11	400,00	4.400,00
04	Bolsistas	04	11	400,00	4.400,00
05	Lanche	11	11	150,00	1.650,00
06	Aquisição de instrumentos	10	01	250,00	2.500,00
07	Aluguel de espaço	01	12	400,00	4.800,00
	Total				26.550,00

Anexo 07 – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA AUTORIZANDO A REALIZAÇÃO DA PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O PROTAGONISMO JUVENIL ENQUANTO DIREITO HUMANO VIVENCIADO NAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Pesquisador: HELOÍSA FERNANDA DA SILVA SANTOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 58942216.9.0000.5208

Instituição Proponente: Centro de Artes e Comunicação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio
Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.958.597

Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa se propõe a compreender o chamado protagonismo juvenil voltado à construção de uma cultura de valorização dos direitos humanos desenvolvido por jovens que integram projetos sociais em organizações não governamentais (ONG). E terá como objeto de pesquisa adolescentes integrantes especificamente do Projeto Batuque, desenvolvido no município de Garanhuns, agreste de Pernambuco. O referido projeto é implementado pela Organização Não Governamental (ONG) Núcleo de Desenvolvimento Social de Garanhuns – NADESG.

Objetivo da Pesquisa:

A presente pesquisa se propõe a identificar e entender o protagonismo juvenil voltado para uma cultura de direitos humanos à luz das experiências vivenciadas por jovens que integram o Projeto Batuque, um projeto social desenvolvido pela ONG NADESG, sediada no município de Garanhuns/PE. E secundariamente, verificar como o protagonismo juvenil e os direitos humanos são desenvolvidos pelo Projeto Batuque; Compreender as ideias dos próprios adolescentes do Projeto Batuque sobre protagonismo juvenil e direitos humanos; Identificar se os jovens do Projeto Batuque possuem uma participação ativa no referido projeto e em outros contextos sociais que eles se encontram inseridos (família, escola, comunidade).

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do CCS

Bairro: Cidade Universitária

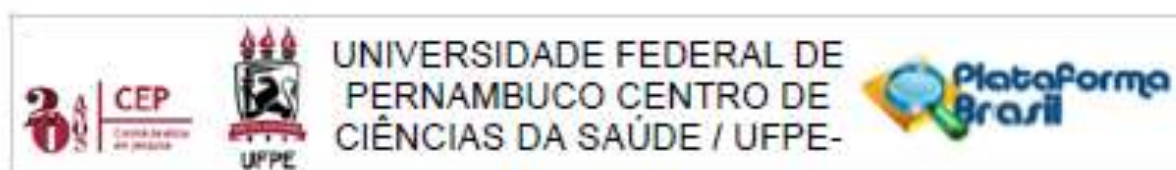
CEP: 50.740-600

UF: PE

Município: RECIFE

Telefone: (81)2126-8588

E-mail: cepccs@ufpe.br



Continuação do Parecer: 1.358.597

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Atendido o solicitado no parecer anterior, através da Carta Resposta às Pendências da pesquisadora, com inserção do novo texto no Projeto de Pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O detalhamento da metodologia da pesquisa demonstra uma fundamentação teórica consistente e coerente com os propósitos da pesquisa, bem como indica respeito ético aos envolvidos na consecução do Projeto.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória estão conforme os preceitos normativos.

Recomendações:

Não recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Atendido ao solicitado no parecer anteriormente emitido, julgo que esse Projeto pode receber a aprovação deste Comitê.

Considerações Finais a critério do CEP:

As exigências foram atendidas e o protocolo está APROVADO, sendo liberado para o início da coleta de dados. Informamos que a APROVAÇÃO DEFINITIVA do projeto só será dada após o envio do Relatório Final da pesquisa. O pesquisador deverá fazer o download do modelo de Relatório Final para enviá-lo via "Notificação", pela Plataforma Brasil. Siga as instruções do link "Para enviar Relatório Final", disponível no site do CEP/CCS/UFPE. Após apreciação desse relatório, o CEP emitirá novo Parecer Consubstanciado definitivo pelo sistema Plataforma Brasil.

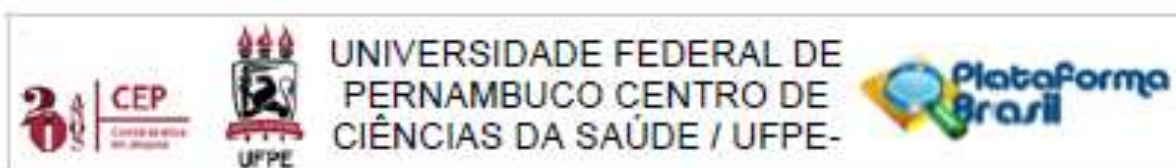
Informamos, ainda, que o (a) pesquisador (a) deve desenvolver a pesquisa conforme delineada neste protocolo aprovado, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao voluntário participante (Item V.3., da Resolução CNS/MS Nº 466/12).

Eventuais modificações nesta pesquisa devem ser solicitadas através de EMENDA ao projeto, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

Para projetos com mais de um ano de execução, é obrigatório que o pesquisador responsável pelo Protocolo de Pesquisa apresente a este Comitê de Ética relatórios parciais das atividades desenvolvidas no período de 12 meses a contar da data de sua aprovação (Item X.1.3.b., da Resolução CNS/MS Nº 466/12).

O CEP/CCS/UFPE deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do CCS
 Bairro: Cidade Universitária CEP: 50.740-600
 UF: PE Município: RECIFE
 Telefone: (81)2126-8588 E-mail: cepccs@ufpe.br



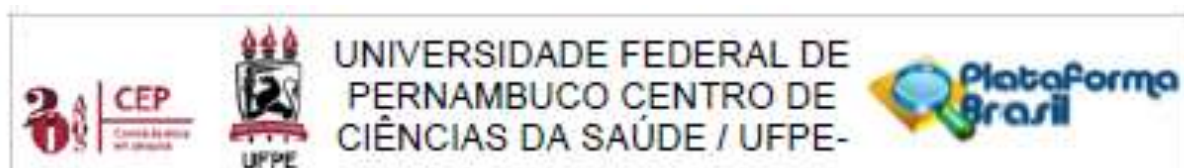
Continuação do Parecer: 1.958.597

o curso normal do estudo (Item V.5., da Resolução CNS/MS Nº 466/12). É papel do/a pesquisador/a assegurar todas as medidas imediatas e adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e ainda, enviar notificação à ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, junto com seu posicionamento.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_750224.pdf	07/03/2017 14:35:07		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_MESTRADO_PLATAFORMA_BRASIL_CONTENDO_AS_ACOES_PARA_MINIMIZACAO DOS RISCOS.d	07/03/2017 14:34:33	HELOISA FERNANDA DA SILVA SANTOS	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_AS_PENDENCIA S.docx	07/03/2017 14:33:22	HELOISA FERNANDA DA SILVA SANTOS	Aceito
Outros	TERMO_DE_COMPROMISSO_E_CONFIDENCIALIDADE.pdf	20/08/2016 13:27:04	HELOISA FERNANDA DA SILVA SANTOS	Aceito
Outros	CARTA_DE_ANUENCIA_E_CNPJ_DANAESG.pdf	20/08/2016 13:26:12	HELOISA FERNANDA DA SILVA SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_MESTRADO_PLATAFORMA_BRASIL.docx	20/08/2016 13:03:13	HELOISA FERNANDA DA SILVA SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO RESPONSÁVEL LEGAL_PELADOLESCENTE.docx	20/08/2016 13:02:38	HELOISA FERNANDA DA SILVA SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS PROPRIOS ADOLESCENTES.docx	20/08/2016 12:53:49	HELOISA FERNANDA DA SILVA SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.doc	15/08/2016 20:56:58	HELOISA FERNANDA DA SILVA SANTOS	Aceito
Outros	Curriculo do Sistema de Curriculos Lattes Orientadora Jaciara Josefa Gomes.pdf	01/08/2016 22:06:45	HELOISA FERNANDA DA SILVA SANTOS	Aceito
Outros	Curriculo do Sistema de Curriculos Lattes Pesquisadora Heloisa Fernanda da Silva Santos.pdf	01/08/2016 22:06:14	HELOISA FERNANDA DA SILVA SANTOS	Aceito

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do CCS
 Bairro: Cidade Universitária CEP: 50.740-600
 UF: PE Município: RECIFE
 Telefone: (81)2126-8588 E-mail: cepccs@ufpe.br



Continuação do Parecer: 1.058.507

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Atendido o solicitado no parecer anterior, através da Carta Resposta às Pendências da pesquisadora, com inserção do novo texto no Projeto de Pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O detalhamento da metodologia da pesquisa demonstra uma fundamentação teórica consistente e coerente com os propósitos da pesquisa, bem como indica respeito ético aos envolvidos na consecução do Projeto.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória estão conforme os preceitos normativos.

Recomendações:

Não recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Atendido ao solicitado no parecer anteriormente emitido, julgo que esse Projeto pode receber a aprovação deste Comitê.

Considerações Finais a critério do CEP:

As exigências foram atendidas e o protocolo está APROVADO, sendo liberado para o início da coleta de dados. Informamos que a APROVAÇÃO DEFINITIVA do projeto só será dada após o envio do Relatório Final da pesquisa. O pesquisador deverá fazer o download do modelo de Relatório Final para enviá-lo via "Notificação", pela Plataforma Brasil. Siga as Instruções do link "Para enviar Relatório Final", disponível no site do CEP/CCS/UFPE. Após apreciação desse relatório, o CEP emitirá novo Parecer Consubstanciado definitivo pelo sistema Plataforma Brasil.

Informamos, ainda, que o (a) pesquisador (a) deve desenvolver a pesquisa conforme delineada neste protocolo aprovado, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao voluntário participante (Item V.3., da Resolução CNS/MS Nº 466/12).

Eventuais modificações nesta pesquisa devem ser solicitadas através de EMENDA ao projeto, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

Para projetos com mais de um ano de execução, é obrigatório que o pesquisador responsável pelo Protocolo de Pesquisa apresente a este Comitê de Ética relatórios parciais das atividades desenvolvidas no período de 12 meses a contar da data de sua aprovação (Item X.1.3.b., da Resolução CNS/MS Nº 466/12).

O CEP/CCS/UFPE deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do CCS

Bairro: Cidade Universitária

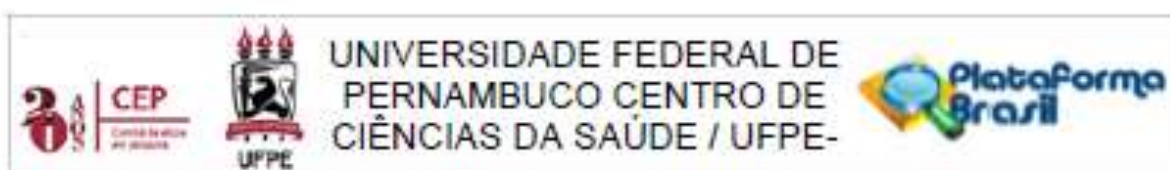
CEP: 50.740-600

UF: PE

Município: RECIFE

Telefone: (81)2126-8588

E-mail: cepccs@ufpe.br



Continuação do Parecer: 1.258.597

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RECIFE, 10 de Março de 2017

Assinado por:

LUCIANO TAVARES MONTENEGRO
(Coordenador)

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do CCS

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 50.740-600

UF: PE

Município: RECIFE

Telefone: (81)2125-8588

E-mail: cepccs@ufpe.br

Anexo 08 – FOTOS DE MOMENTOS VIVENCIADOS PELOS JOVENS NO PROJETO BATUQUE

1. Ensaios: aulas teóricas e práticas

Foto 1 – Aula Teórica no Batuque



Foto 2 – Ensaio no Parque dos Eucaliptos



Foto 3 – Ensaio na Praça da Fonte Luminosa



2. Oficinas de Construção de Instrumentos:

Foto 4 - Confeção de Ahbe



Foto 5 – Ahbe Confeccionados



Foto 6 - Confeção de Alfaia I



Foto 7 – Confeção de Alfaia II



Foto 8 – Alfaias Confeccionadas



3. Apresentações Públicas

Foto 9 – Apresentação do Projeto Batuque Festival de Jazz/Garanhuns -2014.



Foto 10 - Apresentação do Projeto no Batuque no Festival Jazz/Garanhuns.



Foto 11 – Apresentação do Projeto Batuque no Festival de Inverno/Garanhuns -2015



Foto 12 – Apresentação do Projeto Batuque com o guitarrista Kiko Loureiro - 2015



4. Ensaio do Projeto Percuciclando

Foto 13 – Momento de conversa com as crianças



Foto 14 – Momento de Aula Prática/Ensaio com as crianças do projeto

